

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
Mestrado Acadêmico**

Ana Lucia Oliveira Gomes

#MEUPRIMEIROASSÉDIO: INTERAÇÕES DE MULHERES VIOLADAS

**Porto Alegre
2018**

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
Mestrado Acadêmico**

Ana Lucia Oliveira Gomes

#MEUPRIMEIROASSÉDIO: INTERAÇÕES DE MULHERES VIOLADAS

**Dissertação de Mestrado do Programa de
Pós-Graduação em Saúde Coletiva da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul**

**Orientadora: Profa. Dra. Stela Nazareth
Meneghel**

**Co-Orientadora: Profa. Dra. Daniela
Negraes Pinheiro Andrade**

**Porto Alegre
2018**

CIP - Catalogação na Publicação

Oliveira Gomes, Ana Lucia
#MeuPrimeiroAssédio: interações de mulheres
violadas / Ana Lucia Oliveira Gomes. -- 20018.
542 f.
Orientadora: Stela Nazareth Meneghel.

Coorientadora: Daniela Negraes Pinheiro Andrade.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Enfermagem, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Porto Alegre, BR-RS, 20018.

1. Violência sexual. 2. Assédio. 3. Patriarcado. 4. Análise da Conversa. 5. Categorizações de Pertença. I. Meneghel, Stela Nazareth, orient. II. Negraes Pinheiro Andrade, Daniela, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

“Me sentia suja, quando iria para banho que sentia mais vergonha ainda, por que entre as frechas do banheiro da casa pobre olhos me penetravam e eu os sentia, o meu banho tomava mais rápido que trovão, pode-se imaginar que eu vivia suja, não tinha paz nunca, na época meus seios estavam brotando como feijões e eu os odiava, porque nessa condição, uma vez contei a minha mãe que eles doíam muito, caralho ele ouviu aquela conversa íntima entre mãe e filha, e nessa ele embarcou que eu precisava de massagens, com aqueles óleos fedorentos que se usa pra dor, e assim eu sentia o inferno na pele, como o demônio tem total comando sobre fracos ele mandava meus irmãos pra rua e eu tinha que ficar, era a hora dele se divertir, toda vez que sinto cheiro canforados me dá embrulhos no estômago.

Só quem passa por situações semelhantes tem pesadelos horríveis mesmo estando acordados, minha mãe faleceu devido ao HIV, imaginem ele era soropositivo, e quando realmente tentou "aprofundar as coisas comigo, eu tirei forças e fugi dele.”

(Depoimento 10 / Comentário 30)

Dedico esta dissertação de mestrado ao meu pai, Almerindo Natalício Gomes, quem tristemente partiu no meio da minha jornada e não me pôde ver subir mais um degrau no percurso da educação, que ele sempre me incentivou a priorizar por não ter tido oportunidade de estudar.

AGRADECIMENTOS

Sabendo que nunca estive só e que muitas foram as mulheres que me inspiraram e me deram forças nesse percurso da minha vida e da conclusão deste Mestrado, desejo realizar alguns agradecimentos especiais:

À minha mãe, Carmen Lucia de Oliveira, quem me ensinou a resistir e a ser firme nas minhas convicções e, com amor, compreendeu minha ausência e me preencheu de afeto nesses últimos meses.

À Daniela Lima, quem há muito tempo me ensinou o valor da saúde coletiva e plantou em mim uma sementinha de desejo de conhecimento nesta área.

À Louise Kanefuku, Clarissa Tamns, Aline Andres, Gressiana Estevan, Liege, Livia e Larissa Biasotto, Gabriele Tolotti, Natália e Emanuela Pegoraro, Raquel Mattos, Virgínia Baumhardt, Nanda Duarte, Fabiane Lima e Thaís Rucker, mulheres que tanto acolheram meus choros e inseguranças, me mostraram caminhos e sustentaram com suas alegrias a minha caminhada acadêmica e de vida.

À Daniela Negraes, quem aceitou o desafio da minha co-orientação, me guiando com atenção e presteza pelo novo caminho.

À Stela Meneghel, quem carinhosamente me acolheu como orientanda no momento que pensei que tudo estava perdido, me contagiou com sua empolgação e me mostrou que novas relações de trabalho repletas de amorosidade e respeito são possíveis.

RESUMO

O rompimento da integridade física, psíquica, moral e sexual do indivíduo configura-se em um ato de violência. Mulheres de todas as idades frequentemente são vítimas de violência exercida pela “força-potência-dominação” empregada por homens e respaldada pela cultura patriarcal, que estabelece relações hierárquicas assimétricas entre os gêneros. Gênero é uma construção social que naturaliza condutas de ambos os sexos. Comumente utiliza-se a terminologia “violência de gênero” como sinônimo de violência contra a mulher. Além desse uso não evidenciar para qual dos lados, feminino ou masculino, o vetor da dominação aponta, ele também não denuncia como a dominação masculina ocorre e não analisa as relações homem-mulher resultantes deste controle. De forma a preencher essa lacuna, este trabalho utiliza o embasamento teórico-conceitual de violência patriarcal contra a mulher para problematizar as análises deste estudo, evitando dúvidas em relação a como se configura o vetor de força-potência-dominação. O assédio sexual pode ser definido como qualquer forma de violência de natureza sexual, seja por meio de agressão física ou verbal, seja por meio de outros tipos de agressão; o assédio é uma via de manifestação do poder masculino sobre o feminino. No entanto, pesquisas mostram que mulheres não reconhecem o assédio como uma violência sexual, tampouco identificam situações que configuram assédio. A partir de um episódio de assédio sexual realizado na internet contra uma criança, o projeto feminista Think Olga criou a mobilização #MeuPrimeiroAssédio buscando promover o debate para a desnaturalização de violência sexual contra a mulheres. Esta pesquisa busca identificar as identidades reveladas a partir dos papéis sociais esperados de homens e mulheres pela cultura patriarcal nas interações ocorridas via publicações de participantes da mobilização #MeuPrimeiroAssédio. É um estudo de análise de dados naturalísticos amparado na Comunicação Mediada por Computador e pelo recorte metodológico êmico da Análise de Categorizações de Pertença e de Análise da Conversa. A análise das interações revelou três categorizações de pertença: (a) Meninas: infância, socialização, percepções e culpa, evidenciando a “socialização de gênero das meninas”, “como as meninas vêem o abusador” e “a culpa relatada pelas meninas”, (b) Mulher Ideal, revelando as identidades de “mulher bela”, “mãe ideal” e “mulher obrigada a perdoar” e (c) Mulheres corajosas, imunes e educadoras, apresentando as identidades “mulheres corajosas”, “mulheres imunes” e “mulheres educadoras”. Outras possíveis categorizações podem ser buscadas nas interações que fizeram parte deste estudo e, espera-se que estes achados possam contribuir para melhorar o entendimento acerca do assédio sexual que acontece em nossa sociedade.

Palavras-chave: violência sexual, assédio, gênero, patriarcado, análise da conversa, categorizações de pertença, comunicação mediada por computador.

ABSTRACT

The breaking of physical, psychological, moral and sexual integrity of the individual is an act of violence. Women of all ages are often victims of violence exercised by the "force-power-domination" employed by men and backed up by patriarchal culture, which establishes asymmetrical hierarchical relations between genders. Gender is a social construction that naturalizes conduct of both sexes. The term "gender violence" is commonly used as synonym for violence against women. Besides not evincing which side, either male or female, the vector of domination points to, this terminology also does not denounce how male domination occurs and does not analyze man-woman relations resulting from this control. In order to fill this gap, this work uses the theoretical-conceptual basis of patriarchal violence against women to discuss the analysis of this study, avoiding doubts regarding how the force-power-domination vector is configured. Sexual harassment can be defined as any form of sexual violence, whether through physical or verbal aggression or through other types of aggression; harassment is a way of manifestation of male power over the feminine. However, researches show that women do not recognize harassment as sexual violence, nor do they identify situations that constitute harassment. From an online sexual harassment episode against a child, the feminist project Think Olga created the #MeuPrimeiroAssédio (#MyFirstHarassment) mobilization to promote the debate on the denaturalization of sexual violence against women. This research aims to identify the identities revealed from the expected social roles of men and women by the patriarchal culture in the interactions that took place via the publications of participants of the mobilization #MeuPrimeiroAssédio. It is a study of naturalistic data analysis based on the Computer-Mediated Communication (CMC) and the methodological cutoff of the Membership Categorization Analysis (MCA) and Conversation Analysis (CA). The analysis of the interactions revealed three Membership Categorizations: (a) Girls: childhood, socialization, perceptions and guilt, evidencing the "gender socialization of girls", "how girls see the abuse perpetrator" and "guilt reported by girls" (b) Ideal Woman, revealing the identities of "beautiful woman," "ideal mother" and "woman obligated to forgive," and (c) courageous, immune and educating women, presenting the identities "brave women", "immune women" and "Educating women". Other possible categorizations can be sought in the interactions that were part of this study, and it is hoped that these findings may contribute to improve the understanding about sexual harassment that happens in our society.

Keywords: sexual violence, harassment, gender, patriarchy, Conversation Analysis (CA), Membership Categorization Analysis (MCA), Computer-Mediated Communication (CMC).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC: Análise da Conversa

ADMC: Análise do Discurso Mediado pelo Computador

CID: Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde

CMC: Comunicação Mediada por Computador

CMDA: Computer Mediated Discourse Analysis

CP: Categorizações de Pertença

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHC: Interação Homem-Computador

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

MCP: Mecanismos de categorização de pertencimento

OMS: Organização Mundial da saúde

PNAD: Pesquisa nacional por Amostra de Domicílio

PRP: Pares Relacionais Padrão

STT: Sistema de Tomadas de Turnos

SUS: Sistema Único de Saúde

UCT: unidade de construção de turno

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número e percentual de atendimentos de mulheres pelo SUS, segundo tipo de violência e ciclo de vida. Brasil. 2014.	26
Tabela 2: Tabela Níveis de CMDA	45
Tabela 3: Depoimentos analisados e discutidos	54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 A violência contra a mulher	15
2.1.1 <i>Violência sexual: conceitos e definições</i>	15
2.1.2 <i>Assédio sexual</i>	20
2.1.3 <i>Dados estatísticos</i>	24
2.1.4 <i>Violência sexual: percepções e efeitos</i>	27
2.1.5 <i>Intersecções da violência</i>	30
2.1.6 <i>Violência contra a mulher: gênero ou patriarcado?</i>	32
3 CAPÍTULO TEÓRICO-METODOLÓGICO	36
3.1 Teorias sobre a fala-em-interação	36
3.1.1 <i>Análise da Conversa</i>	36
3.1.2 <i>Categorizações de Pertença</i>	40
3.1.3 <i>Análise do Discurso Mediado por Computador</i>	44
3.2 Caminho Metodológico	50
3.2.1 <i>Tipo de estudo</i>	50
3.2.2 <i>Produção de dados</i>	51
3.2.3 <i>Considerações éticas</i>	53
4 ANÁLISE DE DADOS	53
4.1 Meninas: infância, socialização, percepções e culpa	60
4.1.1 <i>Meninas feridas</i>	60
4.1.2 <i>As práticas de socialização de gênero das meninas</i>	68
4.1.3 <i>Como as meninas veem o abusador</i>	72
4.1.4 <i>A culpa relatada pelas meninas</i>	80
4.2 Mulher Ideal	84
4.2.1 <i>Mulher bela</i>	85
4.2.2 <i>Mãe Ideal</i>	93
4.2.3 <i>A mulher obrigada a perdoar</i>	96
4.3 Mulheres corajosas, imunes e educadoras	103
4.3.1 <i>Mulher corajosa</i>	103
4.3.2 <i>Mulher imune</i>	108

4.3.3 <i>Mulher educadora</i>	118
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	129

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado tem como objeto de estudo as interações de usuários¹ do Facebook em relatos de mulheres sobre o primeiro assédio sofrido por elas. Tais interações foram motivadas pela mobilização #MeuPrimeiroAssédio, realizada pelo Think Olga, projeto feminista online criado em 2013, com a missão de empoderar mulheres por meio de compartilhamento de informações sobre violência sexual. A mobilização digital foi uma resposta ao assédio sofrido no Facebook e no Twitter, em outubro de 2015, por uma menina de 12 anos, Valentina, que participava do programa de televisão de culinária MasterChef Júnior.

Ao ver a menina, alguns homens materializaram a cultura machista e patriarcal de violência contra as mulheres através de comentários de cunho sexual. Eles atacaram virtualmente a criança, usando frases irônicas e abusivas, como “se tiver consentimento é pedofilia?”. Publicações com frases de teor culpabilizador da criança pela violência sofrida também vieram à tona nas redes sociais: “a culpa da pedofilia é dessa molecada gostosa” e “essa Valentina fazendo esses pratos: que vagabunda!” são exemplos de frases desse teor. Em contraposição às postagens que materializaram a cultura machista e patriarcal, a mobilização do Think Olga, por sua vez, usou a mesma ferramenta, a internet, para propor uma reflexão sobre a banalização do assédio. Os objetivos da mobilização foram colocar luz sobre a violência sexual contra as mulheres e mostrar que muitas delas passam por situações de abuso ainda crianças ou jovens. Lançada no dia 21 de outubro de 2015, a mobilização pedia que as mulheres relatassem seus primeiros assédios e alcançou 82 mil menções na rede social Twitter no período de quatro dias. A análise de uma amostra de 3.111 histórias realizada pelo Think Olga apontou que a idade média do primeiro assédio sofrido pelas mulheres que relataram suas experiências por meio da mobilização é de 9,7 anos.

Na verificação disponível no website², o Think Olga aponta que, a partir da mobilização, descobriu-se que o assédio é muito mais frequente do que se imagina.

¹ Neste estudo é utilizado o gênero masculino na escrita a fim de proporcionar fluidez na sua leitura, entretanto este uso não reflete o entendimento de seus autores sobre a necessidade de generalização masculina e feminina.

² Acessível em: <http://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/>

O grupo alerta que não se pode lutar contra o que se nega ter acontecido, afirmação que ressalta a importância de mobilizações como essa para que mulheres problematizem conceitos e ampliem sua compreensão, a partir do relato de seus pares, de que certas situações análogas às reveladas via participação na mobilização e vivenciadas por elas configuram assédio. Tomar consciência disso é o primeiro passo para a mudança de uma cultura que naturaliza o assédio. Talvez se possa acrescentar que outro passo é a denúncia de tais atos (MENEGHEL, PORTELLA, 2017). Em sua página na internet, o grupo escreve:

“É a partir daí que a mulher começa a se despir das mordaças: entende que o que aconteceu é errado, que o suporte que não recebeu ou teve medo de buscar na época são também frutos do machismo, bem como qualquer noção de que tivesse provocado ou permitido que o fato acontecesse. Descubrem-se, enfim, vítimas de assédio sexual, ainda na infância. E, finalmente, podem enxergar com clareza que existe um culpado, e que não são elas”. (THINK OLGA, 2015)

Diante desse contexto, acrescido ao fato de que a violência, incluindo a realizada contra as mulheres em todas as idades, configura-se uma questão de saúde pública, observa-se a relevância de estudar o tema. Para tanto, utiliza-se como base conceitual a problematização da violência de gênero como produto da cultura patriarcal, a qual determina um padrão hierárquico do masculino sobre o feminino (SAFFIOTI, 2015). Este estudo tem como objetivo analisar os depoimentos da mobilização #MeuPrimeiroAssédio e as interações geradas a partir destes, a fim de identificar as identidades reveladas fundamentado no embasamento teórico-conceitual de violência patriarcal. Para tanto, utiliza-se como metodologia de pesquisa a Análise de Categorizações de Pertença, na qual identidades são coconstruídas a partir de interação dos falantes, metodologia desenvolvida por Sacks em 1960 (SELL, OSTERMANN, 2012; WATSON, GASTALDO, 2015).

A análise das interações revelou distintas categorizações, não se esgotando as possibilidades de pesquisa neste estudo. Para apresentação dos resultados de investigação optou-se por sua divisão em três capítulos, quais sejam: (a) Meninas: infância, socialização, percepções e culpa, evidenciando a “socialização de gênero das meninas”, “como as meninas veem o abusador” e “a culpa relatada pelas meninas”, (b) Mulher Ideal, revelando as identidades “mulher bela”, “mãe ideal”, “mulher obrigada a perdoar” e (c) Mulheres Corajosa, imunes e educadoras, apresentando as identidades “mulher corajosas”, “mulheres imunes” e “educadoras”.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para a discussão e a reflexão acerca da violência sexual contra as mulheres, permitindo uma maior compreensão sobre as causas da sua manifestação e conseqüente desnaturalização.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A violência contra a mulher

“A violência contra a mulher não encontra limites.”

(Depoimento 1 / Comentário 26)

2.1.1 Violência sexual: conceitos e definições

A violência se dá quando há rompimento da integridade da vítima, podendo ser física, psíquica, sexual e moral (SAFFIOTI, 2015), sendo que a psíquica e moral são consideradas mais difíceis de serem identificadas e percebidas. Segundo Maria Cecília Minayo (2016), há três tipos principais de violências: a física, que atinge diretamente o corpo, como em casos de homicídios, agressões, torturas, etc.; a econômica, relacionada à apropriação ou uso de bens contra a vontade de seus donos; e a violência moral e simbólica, ligada à dominação cultural, ofensas e desrespeito à dignidade e direitos alheios.

A “violência” é diferente de “agressividade humana”, sendo a primeira um “gesto cultural”, criado em e pela sociedade e a segunda um “impulso natural”, ligado às necessidades de sobrevivência. Dessa forma, invalida-se o argumento de que os homens estão seguindo seus instintos quando assediam ou violam uma mulher (MINAYO, SOUZA, 2003), pois a violência contra as mulheres não se caracteriza como uma necessidade de sobrevivência, refletindo, portanto, hábitos de uma cultura focada na dominação e opressão masculina sobre as mulheres.

Minayo (2006) trata a violência sexual (violações) como uma expressão da violência física e não como uma categoria própria, mas considera também a violência moral sob a influência da dominação cultural. A violência contra as mulheres encontra sua base na dominação exercida pelos homens. De acordo com Saffioti (2015), a sociedade patriarcal tolera e até incentiva que os homens empreguem a “força-potência-dominação” sobre as mulheres, respaldados em relações assimétricas, representando assim uma convivência e adesão ao sistema patriarcal que mantém o controle feminino.

Dessa forma, concordamos com Minayo (2006), ao considerar que a violência é múltipla, é um “fenômeno pulverizado”, pois além de poder ser dividida em diferentes categorias, suas linhas não são rígidas, mas sim borradas, potencializando as suas manifestações contra as mulheres. Assim, o abuso sexual, entendido como violência sexual, contém em si a violência física, a violência moral e a psicológica, podendo estar embasado pela violência econômica, sendo que todas essas formas violentas de agir abrigam-se no interior da violência patriarcal.

A violência sexual é definida pela Organização Mundial de Saúde (KRUG et al., 2004) como: qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários ou investidas sexuais indesejados, ou atos direcionados ao tráfico sexual ou, de alguma forma, voltados contra a sexualidade de uma pessoa usando a coação, praticados por qualquer pessoa independentemente de sua relação com a vítima, em qualquer cenário, inclusive em casa e no trabalho, mas não limitado a eles. A coação pode abranger diversos graus de força física, intimidação psicológica, chantagem ou ameaças de dano físico ou em relação a perdas laborais ou sociais. A coação também pode ocorrer quando a pessoa agredida é incapaz de dar seu consentimento, enquanto está embriagada, drogada, adormecida, ou é mentalmente incapaz de entender a situação. A violência sexual inclui o estupro, definido como a penetração forçada - fisicamente ou por meio de alguma outra coação, mesmo que sutil - da vulva ou do ânus, utilizando o pênis, outras partes do corpo ou um objeto.

O abuso sexual é uma das formas mais frequentes de violência sexual, um problema cotidiano e não fato isolado, ocorrendo em todas as classes sociais e praticado, na maioria das vezes por homens considerados “normais”, no interior da família (FELIZARDO et al., 2004). Apesar de poucas informações sobre prevalência da violência sexual, um inquérito populacional brasileiro com amostra representativa de 2.5052 mulheres de 16 anos ou mais, revelou que 13% das pessoas entrevistadas sofreram violência sexual pelo menos uma vez na vida. (VENTURINE et al., 2004).

Saffioti (2015) discute que as violências moral e psicológica estão sempre presentes nas demais, inclusive nas violações sexuais, e é grande o dano emocional causado a partir da dominação cultural androcêntrica/ patriarcal dos homens em relação às mulheres. Segato (1999) define o estupro como ao ato de sexo realizado a força por uma pessoa com “poder de morte” sobre a outra. Ainda, a autora vê o estupro como um ato de exercício da violência com a única finalidade de ser violento,

sem outro objetivo. Dito de outra forma, não há intenção outra no estupro do que a violência (SEGATO, 1999), ou seja, não há desejo sexual a ser satisfeito, nesse sentido o estupro é o exercício violento do poder (SAFFIOTI, 2015)

Em uma breve revisão histórica sobre o estupro, Segato (1999) problematiza que nas sociedades pré-modernas o uso sexual do corpo feminino sem seu consentimento é uma questão de Estado, sendo a mulher uma propriedade masculina e, portanto, os homens competem entre si pela posse das mesmas, considerando-as de seu direito. O estupro, desse modo, é um ato regulado pelas ações sociais, passando a assumir caráter de crime somente na sociedade moderna.

Segato (1999) apresenta a problematização de Pateman (1993), para a qual o estupro é uma ação na qual os homens tentam manter o status social e de gênero por meio do uso da força contra as mulheres. Este exercício do domínio masculino pode manifestar-se por meio de agressões sexuais e uso da força para penetração, como também com a retirada de preservativo durante o sexo sem que a mulher perceba, ou pela imposição de alguma situação degradante durante o sexo. Essas ações são uma quebra de contrato, ou seja, um rompimento do acordo estabelecido entre o homem e a mulher, expondo a fragilidade dos contratos em relações de gênero e a rigidez da estrutura hierárquica patriarcal que coloca a mulher em posição de inferioridade e vulnerabilidade em relação ao homem (SEGATO, 1999). Quando o homem sente-se ameaçado de perder o poder patriarcal que lhe é conferido pela sociedade, ele busca recuperá-lo, não permitindo ações que possam ameaçar a estrutura hierárquica de gênero. Para tanto, vale-se do estupro para a busca pela recuperação do status de poder (SEGATO, 1999).

A tentativa de restauração do status masculino manifesta-se, entre outras formas, por meio do “estupro cruento”, caracterizado por ser realizado por pessoas desconhecidas à vítima, muitas vezes efetivado nas ruas e com uso de violência física (SEGATO, 1999). Esse tipo de estupro é facilmente compreendido como um crime pela sociedade, não havendo dúvidas sobre a crueldade do ato. Segato (1999) apresenta os três principais achados recorrentes em seu estudo realizado com homens em situação de cárcere devido à realização do crime de estupro cruento, através de entrevistas, os quais são:

1- O estupro é utilizado como punição ou vingança contra uma mulher desconhecida que “desobedeceu” a estrutura hierárquica de gênero, saindo da sua

posição subordinada no sistema de status. Isto pode ocorrer quando a mulher demonstra atitudes de autonomia sexual e social ou quando não está protegida fisicamente por outro homem, ou quando ela está frequentando um espaço “interditado”, como lugares públicos em horários noturnos. O estupro, nesses casos, é uma punição e o estuprador, um moralizador, em seu próprio entendimento (SEGATO, 1999).

2- O estupro também é realizado como agressão ou ofensa a outro homem, cujo status é desafiado e capturado através do uso de um corpo feminino próximo ou como recuperação do status do estuprador que foi de alguma forma minimizada por outro homem. “Além de ser violência física e assassinato psicológico, o estupro é também um ato de linguagem corporal enviado a outros homens através e no corpo da mulher.” (SEGATO, 1999: 403,404), ou de corpo feminizado.

3- O estupro, ainda, pode ser uma exibição de força e virilidade a um grupo de homens, buscando alcançar ou manter um lugar de status perante esta comunidade, mostrando a “competência sexual” (SEGATO, 1999). Comum em casos de estupros coletivos, mas também observado em estupro “solitário”, no qual o estuprador almeja a chancela de seu status por algum grupo masculino (SEGATO, 1999), como é o caso de homens que contam quais mulheres vão violentar e que violência realizarão em grupos de whatsapp masculinos.

Evidencia-se, desse modo, que a realização do estupro não é uma manifestação de desejo sexual, mas sim um “ato de poder”, fruto da cultura patriarcal que implantou a supremacia do homem sobre a mulher (SAFFIOTI, 2015), inclusive sobre seu corpo. Davis (2017) chama a atenção para outra forma de manifestação do poder, o qual se alinha ao conceito problematizado por Segato (1999) de recuperação do status: o estupro como terror político. Em muitos países o estupro é utilizado como modo de fomentar pânico e instaurar a supremacia de grupos políticos. O estupro em zonas de guerra é muito frequente e pode até ser respaldado pelas lideranças políticas oficiais, como forma de repressão e humilhação aos povos. “O estupro tem relação direta com todas as estruturas de poder existentes em determinadas sociedades” (DAVIS, 2017: 49).

Trazendo a discussão sobre o estupro para o âmbito conjugal, Dantas-Berger e Giffin (2005), discutem que a sociedade patriarcal permite um padrão de violência contra as mulheres, conferindo ao homem o papel ativo e dominador entre os gêneros

inclusive nas relações sexuais e às mulheres, o papel submisso e reprodutor. Desse modo, cabe às mulheres os deveres conjugais de estar à disposição para o sexo quando e quantas vezes o homem desejar. Diante dessa cultura, a recusa do sexo pela mulher, pode ser visto como uma afronta, uma tentativa de refutar o papel de objeto sexual que lhe foi socialmente imposto (DANTAS-BERGER, GIFFIN, 2005). Alinhado ao conceito de Segato (1999), a mulher, desse modo, afronta a hierarquia estabelecida, e o homem, na tentativa de recuperar o seu status de poder na relação, realiza o estupro conjugal.

Outra manifestação frequente do estupro é a violência sexual contra crianças, a qual começou a ser estudada nos anos 1980 por dois pediatras americanos Kempe e Kempe (1984). Estes pesquisadores partiram das definições que havia na época e que consideravam o abuso sexual como: “o uso sexual de uma criança por uma pessoa adulta para a sua satisfação sexual sem levar em consideração o desenvolvimento psicossocial e social dessa criança” (KEMPE, KEMPE, 1984). Este conceito inicial foi sendo aprimorado e atualmente há consenso de que deve haver pelo menos uma das seguintes características presentes em ocorrências de violência sexual contra crianças: (a) a intenção do adulto (abusador); (b) a coerção da criança para manter segredo (por quaisquer meios); (c) a transgressão das regras e papéis sociais dentro do grupo familiar. Além disso, deve-se considerar o contexto sociocultural e histórico de sociedades patriarcais que têm, na sua estrutura, a violência e a socialização desigual entre homens e mulheres como instrumento de sua própria manutenção (FELIZARDO et al., 2004).

Grande parte da violência sexual cometida contra adolescentes ainda é mantida em sigilo, vindo à tona apenas quando há gravidez. As crianças e jovens são atemorizadas pelos agressores que exercem sobre elas relações de poder, além do fato delas sentirem-se culpadas ou envergonhadas pelo abuso ou com medo de novas agressões. Não devemos culpar as vítimas pelo silêncio, é compreensível que quem passe por tamanho trauma fique tão atemorizado e abalado emocionalmente que não saiba como agir e se desvencilhar da situação (TEIXEIRA, TAQUETTE, 2010).

Lima (2014) realizou uma análise dos boletins de ocorrência dos anos de 2007 a 2011, da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul com registros de estupro no município de Porto Alegre. Nesta série histórica, a violência contra menores de 14 anos é superior à violência sexual contra mulheres maiores

dessa faixa etária, indicando que a notificação de abusos perpetrados contra crianças supera os registros de casos da mesma violência contra mulheres adultas.

Dados sobre a violência sexual apontam que o ambiente doméstico é o que mais oferece risco a mulheres e crianças, no entanto mulheres adultas notificaram a rua como o local de maior ocorrência dessa violência, fato que pode ser explicado pela dificuldade delas perceberem o estupro de parceiro íntimo como violência (LIMA, 2014), não o denunciando. A média de idade em que iniciou o abuso sexual de crianças e jovens encontrada no estudo de Lima (2014) foi 14 anos, ao passo que a média das mulheres participantes da mobilização #MeuPrimeiroAssédio, referiram ter sofrido a primeira agressão foi 9,7 anos. Essa diferença não significa necessariamente que a idade em que as violações ocorrem vem diminuindo, mas, de modo diferente, podemos pensar que os Boletins de Ocorrências foram feitos pelo responsáveis das vítimas, estando essas já na adolescência, com compreensão do fato. Já as mulheres participantes da mobilização na internet, relatam um assédio sofrido na infância, quando talvez não tivessem total compreensão do ocorrido ou condições de registrar a violência.

Em relação à busca por cuidados de saúde, o estudo de Lima (2014) revela que em casos de violência sexual cometidos contra mulheres adultas, o tempo da notificação após a agressão era em média de 72 horas e quando cometidos contra crianças, esse tempo aumentava para 10 dias (LIMA, 2014). Podemos elencar dentre os motivos para isso, o medo das crianças, a omissão dos pais, a falta de credibilidade para com a denúncia da criança, o fato de os pais não desejarem contar que seu filho sofre abuso. A demora no atendimento à criança que sofre abuso sexual cronifica e agrava a situação.

Embora não seja o foco deste estudo, não se pode deixar de considerar que uma das consequências danosas que recai sobre as crianças vítimas de violência sexual em contexto doméstico em circunstâncias em que ocorre intervenção do Estado é o processo de revitimização pelo qual elas tendem a passar (CEZAR, 2007 apud SELL, 2012). Nesse processo, observa-se inclinação de condução de depoimentos de crianças abusadas de modo que elas produzam o discurso da “vítima ideal” (SELL, 2012), a qual deve demonstrar sofrimento e resistência e não evidenciar ter sentido prazer. O discurso da “vítima ideal”, que contribui para subjugar mulheres

que “desviam” do padrão moralmente institucionalizado na sociedade, constitui, portanto, mais uma forma de opressão sobre crianças abusadas em contexto familiar.

Como “fenômeno pulverizado na sociedade”, a violência atinge a vida privada e a vida pública (MINAYO, 2006), ou seja, pode acontecer na rua, a caminho da escola ou em casa. E sendo dentro de casa, raramente é perpetrada por um estranho. O estudo Atlas da Violência publicado pelo IPEA (2018) revela ainda que quando a vítima e agressor se conhecem, não se limitando nesse caso a familiares, mas incluindo também amigos, namorados e outros, 78% dos casos de violência sexual ocorrem dentro de casa.

Saffioti lembra que as crianças são frequentemente orientadas a nada aceitar de estranhos, caronas, balas, passeios, mas é muito mais frequente a violência contra as crianças, ser realizada por pessoas próximas, conhecidas ou familiares das vítimas, de acordo com os registros. “Isto é muito claro em casos de abuso sexual, crime no qual predominam parentes” (2011, 92). Dados do Atlas da Violência 2018 (IPEA, 2018) revelam que no Brasil aproximadamente 30% dos casos de violência contra crianças (até 13 anos) é realizado por pais, irmãos e padrastos. Se acrescentarmos a esse cálculo os adolescentes entre 14 e 17 anos, essa porcentagem sobe para 41%. Observa-se que o estudo não inclui a violência realizada por tios e avós, familiares que aparecem com frequência significativa como perpetradores de abusos nos depoimentos da mobilização #MeuPrimeiroAssédio. Ou seja, “o lar”, local socialmente considerado mais seguro é onde ocorre a maioria dos atos violentos perpetrados contra meninas, jovens e mulheres. Mesmo assim, ainda permanece no imaginário feminino, reforçado pelo mito do amor romântico, a ideia de que a família, o casamento e o domicílio são os atores e cenários mais seguros para uma mulher (SAGOT, 2000).

2.1.2 Assédio sexual

O assédio sexual também é uma forma de violência contra a mulher, embora ainda não seja percebido como tal por muitas delas, mesmo sendo uma das formas de violência mais comuns e enfrentadas diariamente. Alemany (2009) explicita que a definição legal de assédio sexual pode ser ampla ou restrita, variando de país para país, podendo ser definida como qualquer forma de violência de natureza sexual, seja por meio de agressão física ou verbal, seja por meio de outros tipos de agressão.

Nesse aspecto, deve ser levado em consideração que o assédio sexual é a expressão de poder do homem sobre a mulher. A autora aponta que o termo assédio sexual foi cunhado pelas feministas nos anos 1970 como forma de denunciar, na época, principalmente os assédios sexuais sofridos em ambientes de trabalho. Entretanto, o assédio sexual foi considerado como uma entidade singular somente na década de 1980. Apesar das primeiras manifestações se referirem aos assédios em contexto de trabalho, suas expressões não se restringem a esse ambiente, estando presente em todos os espaços sociais públicos e privados. No entanto, uma busca no site de buscas *Google Scholar* com as palavras-chaves “assédio sexual” percebe-se que grande parte dos estudos cita ou menciona o ambiente de trabalho, minimizando, dessa forma, os assédios sofridos em outros espaços.

Outro ponto trazido por Alemany (2009) é que pesquisas europeias mostram que quando são apresentadas às mulheres uma lista de atitudes que configuram assédio sexual, 60% delas afirmam já ter passado por tais situações. No entanto, quando se pede que as mulheres assinalem os comportamentos que elas consideram assédio sexual, aqueles considerados “mais leves”, como comentários sobre atributos físicos, vestimenta ou olhares descarados e, por vezes, intimidadores são pouco considerados. Tal fato parece apontar que as mulheres tendem a minimizar assédios considerados “leves” ou possuem percepção e entendimento equivocados sobre o fato de que essas atitudes também são assédios sexuais. Observa-se ainda que conceitos como violência e assédio vem sofrendo alterações adquirindo novos contornos ao longo do tempo, ou seja, o entendimento sobre o que é ou não aceitável é remodelado com o tempo. Desse modo, a dificuldade de compreensão das mulheres sobre terem sofrido ou não o assédio deve-se também a esse entendimento em construção, que na data da realização deste estudo é maior do que quando da mobilização #MeuPrimeiroAssédio, e provavelmente menor do que será nos próximos anos.

A “Olga” divulgou a campanha Chega de Fiu Fiu, outra mobilização do grupo, a qual discute exatamente a questão da violência através do assédio sexual. O grupo desenvolveu uma pesquisa³ com aproximadamente oito mil mulheres, e mostra que 98% delas já havia sofrido assédio, sendo que 83% delas não achava esse ato legal, 90% trocara de roupa antes de sair de casa pensando onde iam para evitar serem

³ Acessível em: <https://thinkolga.com/2018/01/31/chega-de-fiu-fiu/>

assediadas e 81% havia deixado de fazer algo (ir a algum lugar, passar na frente de uma obra, sair a pé) por esse motivo. Campanhas como essas são muito importantes para estimular o debate sobre o assédio naturalizado em nossa cultura. Ainda são raros os espaços que as mulheres possuem para discutir e até mesmo se dar conta que uma “cantada” é um assédio e uma violência contra a mulher.

Sendo o assédio sexual uma prática antiga contra as mulheres, o que tem se mostrado mais frequente nos últimos anos é a discussão sobre o tema, bem como a punição e criminalização desta prática ou esforço para que isso ocorra. “À medida que as sociedades se democratizam, os indivíduos, aliados ao maior acesso à informação, ficam mais conscientes de seu papel como cidadãos, tornando mais difícil a convivência com práticas repressivas e autoritárias.” (FREITAS, 2001: 13).

Freitas (2001) discute que o assédio sexual não se dá em relações entre iguais, mas ocorre em relações hierárquicas de poder, sendo frequentemente uma manifestação de poder do homem sobre a mulher. É bem verdade que também há casos em que mulheres assediam homens, mas estas situações tendem a ser menos frequentes. Falando em contexto de trabalho, Freitas (2001) aponta que o assédio é diferente de uma cantada, pois na primeira há intimidação e constrangimento, e na segunda há uma abordagem mais delicada e sutil.

“Seria o assédio sexual uma cantada? Ora, a cantada é uma proposta habilidosa, visando convencer o outro. Utiliza-se de rodeios, floreios, elogios, promessas, sugestões, etc. para que o outro concorde com um relacionamento amoroso. Existe aí uma intencionalidade em buscar a cumplicidade, diferentemente do assédio. A cantada é do signo da sedução e o assédio da ordem autoritária, perversa; a primeira promete um acréscimo, a vivência de uma experiência luminosa; o segundo promete um castigo se não for atendido em suas investidas”. (FREITAS, 2001:14)

Freitas ainda pondera que o sedutor, ou seja, aquele que profere as cantadas, “é um narciso que diverte, fascina e comove”, já o assediador teria uma mente perversa, doente e frágil” (2001, 14). Alguns questionamentos surgem aqui: se um homem precisa “convencer” uma mulher de algo, seria esse uma forma de pressão e demonstração de força-dominância masculina? Ainda, qual o limite entre o que “diverte e fascina” e o que oprime? Quem o define? Outro ponto a ser questionado é o de colocar o assediador na posição de “doente” e “frágil”. Essa é uma explicação inaceitável. Diferente de afirmações de senso comum, por exemplo, de que a sexualidade dos homens é incontrolável, argumenta-se que a sexualidade não está

atrelada apenas ao biológico, sendo os homens capazes, sim, de controlar seus instintos (MINAYO, 2006). A construção da sexualidade pautada no biológico, e, portanto, irrefreável dos homens, ao lado da concepção do assediador e ou abusador como uma pessoa afetada por perturbações mentais fazem um desserviço às mulheres, no que se refere à tolerância à sexualidade masculina violenta que opera como instrumento de opressão às mulheres.

A Organização Mundial da Saúde mostra que uma das formas de manter a dominação e opressão do homem em relação à mulher é a violência sexual (KRUG et al., 2004). Os agressores poucas vezes realizam a agressão por desejo sexual, mas sim para humilhar, oprimir, subjugar suas vítimas. A sexualidade não deixa de estar presente no ato, mas o foco da violência é uma forma do “agressor expressar seu poder e controle” (LIMA, 2014: 26). Informação que vai ao encontro do que apresenta Saffioti ao questionar:

“Não é precisamente por meio do gênero que o sexo aparece sempre vinculado ao poder? O estupro não é um ato de poder, independente da idade e da beleza da mulher, não estando está livre de sofrê-lo mesmo aos 98 anos de idade? Não são todos os abusos sexuais atos de poder?” (2011:135)

2.1.3 Dados estatísticos

A violência contra mulheres, usada pelo sistema patriarcal como mecanismo de controle de mulheres, ainda continua presente na contemporaneidade e em escala mundial (BIGLIA, SAN MARTIN, 2007). Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de 70% das mulheres no mundo sofre algum tipo de violência no decorrer da vida. A organização calcula que mundialmente uma em cada cinco mulheres é vítima de estupro ou tentativa de estupro. Outro aspecto que não se pode deixar de considerar sobre as consequências da violência contra mulheres é o número de feminicídios e femicídios⁴, que não cessa em aumentar em nível mundial.

No Brasil, os dados não são menos impactantes. O estudo Atlas da Violência (2018) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelou que 4.645 mulheres foram assassinadas no país no ano de 2016, representando uma taxa de 4,5 feminicídios para cada 100 mil brasileiras, revelando um aumento de 6,4% em 10 anos. Em 2016, 49.497 casos de estupros foram registrados nas delegacias de polícia

⁴ Femicídio é o assassinato de mulheres devido ao fato de serem mulheres e pautado na hierarquia de poderes entre homens e mulheres. (RUSSEL, CAPUTTI, 1992). Feminicídio é o assassinato de mulheres em que houve omissão ou negligência do Estado em proteger a mulher (SEGATO, 1999).

do país, sendo que apenas um pouco menos da metade destes casos - 22.918 - foram registrados no Sistema Único de Saúde (SUS) (IPEA, 2018). O estudo revela um acréscimo de 90% nos casos de estupros entre 2011 e 2016. Em relação às violências contra as mulheres, o aumento no mesmo período foi 155%. Estima-se, no entanto, que os números apresentam subnotificação, não retratando a magnitude do problema, devido à cultura patriarcal que impõe um tabu sobre o tema impedido que muitas mulheres denunciem as agressões sofridas (IPEA, 2018), além de outras questões que impedem essa denúncia, como a dependência econômica e emocional, a naturalização da violência, etc. (SAFFIOTI, 2015).

O IPEA elenca três possibilidades para este aumento no número de registros de violência sexual: “i) aumento da prevalência de estupros; ii) aumento na taxa de notificação devido a inúmeras campanhas feministas e governamentais; ou iii) expansão e aprimoramento dos centros de referência que registram as notificações” (2018: 58). O estudo ainda evidencia que houve uma redução dos registros de estupros em adolescentes (entre 14 e 17 anos) no período de análise do estudo. As taxas em relação às crianças (até 13 anos) mantiveram-se estáveis e a taxa da violência contra a mulher adulta sofreu aumento, passando de 28 a 32% entre 2011 e 2016.

O estudo Mapa da Violência, publicado em 2015⁵ (WAILSELFISZ, 2015) trata o homicídio de mulheres no Brasil a partir da análise de dados de anos anteriores, mostra que, em 2014, 223.796 mulheres foram atendidas no sistema de saúde após sofrerem algum tipo de violência; 147.691, ou seja, 2 em cada 3, necessitaram de atendimento médico após violência sexual, doméstica ou de outra natureza, perfazendo 405 mulheres atendidas diariamente. O estudo mostra que a violência sofrida pelas mulheres se dá em todas as etapas da vida, sem importar a idade. A proporção de atendimento de meninos e meninas na infância é de 45% e 54% respectivamente, mas a proporção é diferenciada na vida adulta, chegando a 71% para mulheres e 28% para homens. Entre idosos, volta a ocorrer equilíbrio entre os sexos.

Ainda de acordo com os dados publicados no Atlas da violência (IPEA, 2015), a maior taxa de atendimentos registrada em idades entre 12 e 17 anos para ambos os sexos mostra uma incidência de 18 atendimentos para cada 10 mil adolescentes.

⁵ Acessível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br>.

Para as jovens 23% das agressões são produzidas por seus parceiros ou ex-parceiros e 26% pelos pais. Na fase adulta, a mulher é vítima, principalmente, do seu parceiro ou ex-parceiro, em aproximadamente 50% dos registros. Ocorre alto grau de reincidência da violência, chegando à metade dos casos de atendimentos realizados às mulheres (49%), diferente do que acontece com os homens, para os quais os percentuais de reincidência de violência são de 30%. “A violência contra a mulher é mais sistemática e repetitiva do que a que acontece contra os homens. Esse nível de recorrência da violência deveria ter gerado mecanismos de prevenção, o que não parece ter acontecido.” (WAILSELFISZ, 2015: 53).

O quadro abaixo, com informações sobre violência contra a mulher, mostra que a violência sexual ocupa a terceira posição no total de notificações de violência (11%), sendo que a violência sexual contra as mulheres ocorre em maior proporção em crianças até 11 anos (29%) e adolescentes (24%). As delegacias de Polícia ainda são as principais fontes de notificação de casos de violência sexual e o Ministério da Saúde estima que somente 10% dos casos são notificados nesses órgãos (LIMA, 2014).

Tabela 1: Número e percentual de atendimentos de mulheres pelo SUS, segundo tipo de violência e ciclo de vida. Brasil. 2014.

Tipo de violência	Número						%					
	Criança	Adolescente	Jovem	Adulta	Idosa	Total	Criança	Adolescente	Jovem	Adulta	Idosa	Total
Física	6.020	15.611	30.461	40.653	3.684	96.429	22,0	40,9	58,9	57,1	38,2	48,7
Psicológica	4.242	7.190	12.701	18.968	2.384	45.485	15,5	18,9	24,5	26,6	24,7	23,0
Tortura	402	779	1.177	1.704	202	4.264	1,5	2,0	2,3	2,4	2,1	2,2
Sexual	7.920	9.256	3.183	3.044	227	23.630	29,0	24,3	6,2	4,3	2,4	11,9
Tráfico seres	20	16	28	30	3	97	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Econômica	115	122	477	1.118	601	2.433	0,4	0,3	0,9	1,6	6,2	1,2
Neglig./abandono	7.732	2.577	436	593	1.837	13.175	28,3	6,8	0,8	0,8	19,0	6,7
Trabalho Infantil	140	133				273	0,5	0,3	0,0	0,0	0,0	0,1
Interv. Legal	75	94	64	90	29	352	0,3	0,2	0,1	0,1	0,3	0,2
Outras	649	2.359	3.228	4.978	684	11.898	2,4	6,2	6,2	7,0	7,1	6,0
Total	27.315	38.137	51.755	71.178	9.651	198.036	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil (p. 50)

Os movimentos feministas e de conscientização sobre assédio e violência contra as mulheres vem ganhando visibilidade e incentivado as mulheres a denunciar suas experiências de assédio sexual sendo inegável que as mobilizações e

compartilhamentos de informações na internet, que hoje alcançam milhões de brasileiros, têm papel fundamental nesse cenário.

2.1.4 Violência sexual: percepções e efeitos

Uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo referida por Heleieth Saffioti (2015), ilustra o fato de que as mulheres não percebem o assédio sexual como violência. Em resposta espontânea, 19% das entrevistadas declararam ter sofrido violência por parte dos homens, destas somente 1% mencionou ter sofrido assédio sexual. Já em pergunta com respostas estimuladas, o número de mulheres que reconhece ter sofrido violência sexista passou para 43% das entrevistas, dentre as quais 11% apontaram ter passado por situação de violência sexual.

A baixa percepção das mulheres acerca de situações em que sofreram assédio sexual e de que esse ato é uma violência decorre da não identificação das violências a que são acometidas, como a moral e a psicológica. As mulheres são educadas para desempenharem os papéis “femininos” que a sociedade lhes impõe. Neste rol de papéis, cimentados pelo “mito do amor romântico” o destino almejado para uma mulher ainda é o casamento. Desta maneira, muitas mulheres não reconhecem as violências psicológicas e morais que estão sofrendo porque consideram que não estão cumprindo adequadamente os papéis socialmente esperados e os homens estão apenas exigindo que os cumpram. Também ocorre de perceberem o assédio como um elogio ou algo lisonjeiro recebido pelas suas qualidades “femininas.” Quando a pesquisa mencionada acima nos aponta que 43% reconheceram ter sofrido violência, Saffioti categoricamente afirma: “Os 57% restantes devem ter sofrido alguma modalidade de violência, não as considerando, porém, como tal” (2015: 50).

Talvez se a pesquisa tivesse sido realizada atualmente, quando o debate e o entendimento das formas de assédio vem tomando força, a sua identificação seria maior. No entanto, a máquina da cultura patriarcal ainda se empenha para essa e outras violências sejam consideradas naturais e aceitas sem questionamentos. Se isso acontece com as violências consideradas mais graves, pode-se imaginar o que ocorre em maior proporção com as formas mais sutis de violência. A mesma pesquisa da Fundação Perseu Abramo mostra que as mulheres identificaram apenas papéis negativos em relação à especificação dos papéis tradicionais, em resposta à pergunta de como é ser mulher hoje. Ainda que com baixos percentuais, as entrevistadas

indicaram um peso frente à responsabilidade pela criação dos filhos, à falta de autonomia imposta pelos maridos, ao desagrado pelas diferenças salariais entre homens e mulheres, entre outros.

Estes dados vão ao encontro do que aponta Minayo (2006), de que há violências condenadas, mas também há violências toleradas. De modo similar, Saffioti (2015) diz que cada mulher colocará um limite para delimitar o que é violência e o que é tolerado, havendo diferentes percepções para cada uma. Quanto menor for a compreensão da mulher em relação à opressão masculina em que vive, mais naturalizada como essencial será a violência e a possibilidade das mulheres passarem por tais situações. Com isso, não estamos culpabilizando as mulheres por não perceberem as violências sofridas, apenas refletindo o cenário cultural. Para a autora, é difícil utilizar o conceito de violência como quebra de integridade (física, sexual, psicológica ou moral), porque é tênue a linha entre a violência e o entendimento de que as ações violentas são obrigações a serem suportadas em seus papéis de filhas e mães (SAFFIOTI, 2015). A percepção coletiva sobre o que constitui um ato violento contra uma mulher é uma construção social, no qual o ato de “machucar” está atrelado a julgamentos de homens acerca de condutas exercidas por mulheres nos papéis identitários de esposas, companheiras, parceiras e etc., consideradas por eles como erradas, desviantes e imorais, gerando sanções físicas, morais, econômico-financeiras, entre outras. Tais sanções, no ideário social não seriam consideradas violências, mas sim apenas uma reação aos atos “desviantes” das mulheres.

A manifestação da culpa é freqüente pelas mulheres que sofrem violência, incluindo o assédio. De acordo com Saffioti (2015), as mulheres são ensinadas a sentir culpa, mesmo quando não há qualquer razão para elas “se culpabilizarem”. Em relação à diferença entre abuso sexual nas famílias ricas e nas pobres, a autora explica que o pai pobre usa da violência sem nenhuma sedução, “simplesmente” a estupra a filha que, sem conseguir se defender e evitar o estupro, se sente vítima, culpabilizando o pai pelo ato. Já o pai rico, enreda a filha na sedução introduzindo-a no jogo do amor e colocando-a, por vezes, contra a mãe, fazendo com que a filha abusada sinta-se atraída, apaixonada pelo pai. Nesse segundo “*modus operandi*”, a filha pode sentir-se sedutora, amante do pai, colocando-o no papel de vítima. Contudo, ainda assim, a filha sente-se culpada, como se o pai tivesse sido seduzido por ela.

Podemos pensar nessa mesma dinâmica de culpa e vitimização quando uma mulher é abusada sexualmente estando alcoolizada. Não raro são acusadas de terem seduzido os homens, de os terem deixado “loucos de desejo”, com seus corpos sedutores e risos fáceis provocados pelo álcool, sendo os homens vítimas da sedução feminina e incapazes de resistir aos seus instintos (veja-se a discussão acerca desse assunto na seção 2.1). Muitas vezes as mulheres acreditam nesse esquema opressor e culpabilizam-se por terem bebido ou aceitado uma carona, quando na verdade a culpa é masculina de ter exercido força (muitas vezes física) e dominação sobre o corpo da mulher. Mesmo quando a mulher consegue entender que a violência não foi sua culpa, muitas vezes ela não consegue se liberar do sentimento, experimentando ainda um conflito entre o racional e o emocional.

Ao investigar a interrelação entre discurso, gênero e violência sexual, Ehrlich (2002) argumenta que, para os efeitos práticos, por exemplo, do sistema judicial, e, arrisca-se dizer, do *status quo* moralmente instaurado pela cultura do patriarcado, em casos de estupro, existe um “discurso do trauma”, que opera de modo a legitimar vítimas e agressores. Nesse sentido, a autora explica que, aos olhos da lei e da sociedade, há um tipo de reclamação “bem fundamentada”, um tipo de vítima considerada “legítima” ou crível e um tipo de agressor também “legítimo”. (EHRlich: 2002, 6, grifo da autora). Segundo o discurso do trauma discutido pela autora, enquanto o agressor “autêntico” é estranho à vítima, porta arma e causa lesões para além da violência sexual, as vítimas “autênticas” são precisamente as mulheres atacadas por esses agressores. Em conformidade com os pressupostos dessa lógica legitimante da díade vítima/agressor, há uma inclinação para a subnotificação de estupros perpetrados em situações que não se encaixam na tipificação considerada como legal e moralmente condenável e digna de reclamação. Conjectura-se que esse discurso do trauma, em específico, também atua em prol da culpabilização da mulher em circunstâncias de estupros perpetrados por pais, familiares e parceiros ou em situações em que as vítimas encontram-se alcoolizadas, por exemplo.

Independentemente de discursos sob o ponto de vista da opressão a qual as mulheres estão submetidas por ocorrência de violência sexual, os abusos causam traumas de difícil cura. “[...] O abuso sexual, sobretudo o incestuoso, deixa feridas na alma, que sangram, no início sem cessar, e, posteriormente, sempre que uma situação ou fato lembre o abuso sofrido. A magnitude do trauma não tem

proporcionalidade com o abuso sofrido” (SAFFIOTI, 2015: 19). Saffioti (2015) ainda levanta um argumento bastante pertinente para desmascarar essa culpabilização feminina. Se a culpa fosse por causa da bebida, roupa curta ou sedução feminina, como se justificariam os diversos abusos perpetrados a crianças e bebês?

A violência sexual tem um impacto profundo sobre a saúde física e mental das mulheres e meninas. Além de causar lesões físicas, ela está associada a um maior risco de problemas de saúde sexual e reprodutiva, com consequências imediatas e tardias tanto em relação à saúde física como mental. Podem ocorrer problemas ginecológicos, gravidez indesejada, infecção pelo vírus HIV/aids e a ocorrência de outras doenças sexualmente transmissíveis. Além disso, muitas são estigmatizadas ou expulsas de casa por suas famílias, ingressando ainda meninas na prostituição e vitimizadas por aliciadores. Em relação à saúde mental pode ocorrer culpa, vergonha, medo, adição a álcool e drogas, estresse pós-traumático, depressão, auto-agressão e, nos casos mais agudos, o suicídio. Jovens que sofreram abuso parental possuem dificuldade nos relacionamentos amorosos, já que na infância o cuidado que lhe devia ser prestado gratuitamente, foi “cobrado”, ficando a imagem de que o cuidado deve ser pago. Outras tantas são vítimas de assassinatos - que pode ocorrer durante uma agressão sexual para apagar o ato, ou posteriormente, como um assassinato motivado "pela honra" (KRUG, 2002).

2.1.5 Intersecções da violência

É interessante observar que as mulheres não sofrem os mesmos tipos e intensidades de violência, embora esse ainda seja um discurso de senso comum predominante na sociedade contemporânea. Angela Davis (2017) discute a necessidade do feminismo branco classe média repensar seus conceitos equivocados. “As ativistas brancas do movimento de mulheres vítimas de violência devem estar especialmente atentas às implicações racistas de suas atitudes, que elas podem não perceber, mas que as mulheres de minorias étnicas são altamente sensíveis.” (DAVIS, 2017: 36). É necessário refletir criticamente sobre a intersecção de violências de gênero, raça e classe social que as mulheres negras sofrem, não podendo ser a questão de gênero discutida descolada das questões de etnia e trabalho. As mulheres brancas de classe média lutam contra o sexismo de homens brancos e de mesma classe social, deixando de lado as discussões sobre o sistema

socioeconômico que é racista, institui preconceitos de classes e não promove mudança para a condição de tripla violência sofrida pelas mulheres negras (DAVIS, 2017). Desse modo, há uma universalização da categoria mulher, não sendo percebidas as várias formas que esse gênero possui, pois as mulheres negras, além de sofrerem os preconceitos ligados ao gênero, acumulam a opressão ligada à raça (RIBEIRO, 2017). O racismo, de acordo com Lélia Gonzales, é resultado de uma cultura de inquestionável superioridade “eurocristã”, ou seja, branca e patriarcal (RIBEIRO, 2017).

Davis (2017) problematiza que além das mulheres, nem o movimento negro pauta as questões políticas das mulheres negras, como a questão da pobreza dessas mulheres. A pobreza, que também pode ser considerada uma violência estrutural, pensando no sentido macropolítico, mostra como as mulheres negras são afetadas diferentemente das brancas. Embora mais da metade das famílias pobres sejam chefiadas por mulheres e mais de 50% de crianças que vivem em lares chefiados por mulheres sejam pobres, quase 70% das crianças negras e latinas que vivem em lares chefiados por mulheres são pobres (DAVIS, 2017). Isso mostra que a pobreza está relacionada à raça e às limitações impostas ao povo negro, em especial às mulheres negras. No entanto, as discussões sobre o que vem sendo chamado de “feminização da pobreza” refere-se a mulheres brancas que empobreceram devido a divórcios, apesar das mulheres negras já sofrerem essa situação desde a escravização. Isso reflete que as pautas “feministas” privilegiam as pautas brancas e só são discutidas quando atingem essa parcela das mulheres.

“[...] as adolescentes negras não criam a pobreza ao darem a luz. Ao contrário elas são mães em uma idade tão precoce justamente porque são pobres - porque não tem oportunidade de receber educação, porque a elas não existe acesso a empregos significativos e bem remunerados nem a formas criativas de lazer. Elas são mães em uma idade tão precoce porque métodos seguros e efetivos de contracepção não são disponíveis para elas.” (DAVIS, 2017: 33)

De acordo com o Instituto Patrícia Galvão⁶, aproximadamente 56% dos estupros registrados no estado do Rio de Janeiro em 2014 foram de mulheres negras. Ainda, 62% das mulheres vítimas de homicídio eram negras ou pardas. O que nos leva a concluir que as mulheres negras não sofrem a violência, inclusive sexual,

⁶ Acessível em: <http://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/violencia-e-racismo/>

somente por serem mulheres, mas também por serem negras. Argumento validado pelo Atlas da Violência (IPEA, 2015), o qual aponta um aumento de 54% de homicídios de mulheres negras entre os anos de 2003 e 2013, enquanto os homicídios de mulheres brancas reduziram 8% no mesmo período.

2.1.6 Violência contra a mulher: gênero ou patriarcado?

“A violência de gênero [...] constitui uma questão de saúde pública, além de ser uma violação explícita dos direitos humanos, que causa mais mortes às mulheres de 15 a 44 anos do que o câncer, a malária, os acidentes de trânsito e as guerras” (MINAYO, 2006: 94). Observa-se que nessa citação a autora aborda a violência de gênero como sendo essencialmente a violência masculina sobre as mulheres. No entanto, Saffioti (2015), argumenta que a violência de gênero deixa aberto o vetor de agressão, ou seja, também pode ser realizada, mesmo que em menor grau, pela mulher contra o homem, da mulher contra a própria mulher e do homem contra homem.

Em relação à violência contra a mulher, Minayo considera “qualquer ato de violência baseado no gênero e que resulta, ou provavelmente resultará em dano físico, sexual, emocional ou sofrimento, incluindo ameaças, coerções ou privação arbitrária da liberdade, seja na vida pública ou privada.” (2006: 95). São violências provocadas especificamente contra as mulheres, pelo fato de serem mulheres. Esse é o principal diferencial desse tipo de violência, o fato de a parte afetada ser uma mulher. A violência sexual, a nosso ver, é uma das mais graves manifestações da violência contra a mulher, a qual pode se dar por meio de relações sexuais forçadas, estupros e assédio sexual, gestos e atitudes obscenas (MINAYO, 2006).

Faz-se importante entendermos gênero como uma construção social sobre os sexos (SAFFIOTI, 2015), a qual aponta como ligada ao feminino a fragilidade do corpo da mulher e ao masculino a força do corpo do homem, naturalizando, dessa forma, condutas de ambos. Como explica a autora, o conceito de gênero não significa necessariamente desigualdade entre homens e mulheres, diferente do que propõe o conceito de patriarcado.

Dessa forma, o conceito de gênero se diferencia do conceito de sexo, visto que o primeiro é socialmente construído e o segundo é naturalmente herdado. De acordo com Rodrigues (2005), os conceitos de sexo e gênero embasam o discurso feminista

para defender a perspectiva da desnaturalização, ligando o feminino à fragilidade e à submissão.

Deve-se ter cuidado para, ao utilizar o conceito de gênero, não impor uma separação entre sexo (biológico) e gênero (social), visto que não há sexualidade biológica sem a influência do social ou da cultura em que se está inserido. Para Joan Scott (1990) o conceito de gênero pressupõe a desnaturalização das relações entre homens e mulheres e o entendimento de que a identidade sexual é construída histórica e socialmente. Gênero é um modo primordial de significar relações de poder, representa uma recusa ao essencialismo biológico e à hierarquia sexista e coloca em pauta o aspecto relacional entre homens e mulheres (MENEGHEL, 2014). Assim como não se deve utilizar o conceito de gênero como sinônimo de mulheres, de acordo com Saffioti (2015), Joan Scott aponta que a esse conceito não está obrigatoriamente imbricado à desigualdade e ao poder, tampouco a parte violentada. Portanto, em relação à violência de gênero, temos que:

“O uso deste conceito pode, segundo Scott (1988), revelar sua neutralidade, na medida em que não inclui, em certa instância, desigualdades e poder como necessários. [...] esta explicação permite tornar o conceito de gênero como muito mais amplo que a noção de patriarcado, ou se preferir viriarcado, androcentrismo, falocracia, falo-logo-centrismo. [...] gênero deixa aberta a possibilidade do vetor da dominação-exploração, enquanto os demais termos marcam a presença masculina neste polo.” (SAFFIOTI, 2015: 74)

Ou seja, o conceito de gênero além de representar a relação homem e mulher, também abrange as relações, homem-homem e mulher-mulher. Também, essas, podem não ser necessariamente relações de violência, poder e dominação. Dessa forma, Scott deixa claro que as relações de gênero são compreendidas por diversas conexões, relações de poder e hierarquias assimétricas, não sendo evidente o domínio masculino sobre o feminino.

De acordo com Saffioti (2015), a teoria do patriarcado refuta o conceito de violência de gênero por entender que esse é um conceito aberto, podendo o vetor de força-dominação-exploração ser bidirecional. A utilização do conceito de gênero, segundo a autora, tomou relevância no final da década de 1960 e início dos anos 1970, quando feministas, mesmo sem grande embasamento teórico, passaram a utilizar o conceito de patriarcado a partir de propósitos políticos com a finalidade de chamar a atenção para o domínio masculino e repensar as relações consequentes dessa dominação (SAFFIOTI, 2015). Apesar do patriarcado se modificar ao longo da

história, ele continua ativo na sociedade, representando a dominação e a exploração dos homens sobre as mulheres, explica Saffioti (2015). A autora (2015) defende a manutenção da utilização do conceito de patriarcado porque esse sistema: (a) trata da relação civil; (b) dá direitos sexuais aos homens em relação às mulheres; (c) há hierarquia nas relações em todos os espaços da sociedade; (d) tem uma base material, corporifica-se; (e) representa uma estrutura de poder baseado na ideologia e na violência.

Para Pateman (1993), o contrato social original “constitui o patriarcado moderno”, isso porque o termo pressupõe a dominação do homem sobre a mulher, tendo o homem direito político e sexual sobre a mulher e concede liberdade ao homem e dominação à mulher. Dessa forma, a liberdade embora conceitualmente seja um direito conferido a ambos, na realidade refere-se apenas ao masculino.

A cultura patriarcal não afeta as mulheres somente como vítimas, mas também como mantenedoras desse sistema. É uma participação não consciente, a qual a mulher ajuda a manter, seja a partir da educação dos filhos de acordo com as leis do pai, seja pela competição com outras mulheres pelo mesmo homem ou pela falta de apoio e julgamento quando outra mulher é assediada. Não se quer dizer com isso que as mulheres são cúmplices dos homens, pois, para isso ocorrer, as mulheres teriam de possuir o mesmo nível de poder e capacidade de dominação-exploração que os homens. As mulheres também podem exercer a “síndrome do pequeno poder”, caracterizada pela violência realizada pelas mulheres àqueles que possuem menos poderes do que elas, como crianças ou mulheres mais frágeis. Seja para proteger a família, por não se dar conta da violência, ou como cúmplices ativas da violência, as mulheres conscientes ou inconscientemente contribuem para perpetuar o patriarcado (SAFFIOTI, 2015).

Outro ponto discutido por Saffioti (2015) é a falta de questionamento das mulheres sobre sua condição de submissão à ordem patriarcal de gênero, poucas problematizam sua inferioridade social, não percebem as violências sofridas, como mostram os resultados de pesquisas discutidas anteriormente, ou minimizam a violência sofrida pelas outras mulheres. Essas atitudes refletem uma visão machista incorporada também pelas mulheres, mesmo que inconscientemente.

O patriarcado, que é marcado pela dominação masculina, exerce um controle social simbólico, no qual “corpos e mentes, discursos, práticas sociais e institucionais”

(LIMA, 2014: 21) estão submersos e culturalmente naturalizados. Questionar e problematizar as práticas e os discursos é fundamental para que a opressão, desigualdade e discriminação contra as mulheres sejam rompidas. Resistir e denunciar esses casos nem sempre é fácil, relatam as mulheres. Por vezes, as mulheres que expõem essas questões são culpabilizadas ou revitimizadas pela sociedade. Todavia, enfrentar essa cultura, na qual foi conferido o status de dominante aos homens, é fundamental para que o corpo e a vida das mulheres sejam preservados.

Saffioti (2015) defende a utilização do conceito de patriarcado quando se trata das situações de violência, uma vez que o sentido de gênero é muito mais amplo, além de não representar a disparidade de poder entre as relações. Já o patriarcado, “se baseia no controle e no medo, atitude/sentimento que forma um círculo vicioso” (SAFFIOTI, 2015: 129) e deixa evidente o sistema hierárquico de poder entre homens e mulheres. Gênero, como expõe a autora, é um termo muito mais palatável, mais impreciso, mais ameno para a boa aceitação da sociedade (SAFFIOTI, 2015) que até se importa com o tema, mas prefere não ver a verdade a fundo a fim de buscar uma solução. Por que será? Será que é porque todos somos frutos e repetidores de uma sociedade patriarcal e é muito mais “leve” pensar em violência de gênero? Por outro lado, seria mais transformador assumirmos a ideia de violência patriarcal contra a mulher? Algumas campanhas tem buscado colocar luz sobre essa violência, incentivando as mulheres, e também os homens, a refletirem sobre as violências sofridas e exercidas.

“O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, ao contrário, como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tem a pretensão da generalidade nem da neutralidade, deixando propositadamente explícito o vetor da dominação-exploração. Perde-se em extensão, porém se ganha em compreensão. [...] Trata-se, pois, da falocracia, do androcentrismo, da primazia masculina.” (SAFFIOTI, 2015:148)

Por este motivo, a teoria do patriarcado (PATEMAN, 1997, SAFFIOTI, 2015) e o conceito de violência contra a mulher são os referenciais teóricos que adotamos neste trabalho. Isso porque entendemos que a cultura patriarcal subjuga as mulheres e utiliza a violência como meio de controle (BIGLIA, SAN MARTIN, 2007). A cultura patriarcal faz com que grande parte das mulheres, consciente ou inconscientemente, tenha pouca ou nenhuma autonomia sobre seus corpos, seus pensamentos e suas atitudes. É preciso não deixar dúvidas sobre os processos de exploração e submissão

que incidem sobre as mulheres, para que as ações não sejam apenas de caráter ameno ou paliativo.

3 CAPÍTULO TEÓRICO-METODOLÓGICO

3.1 Teorias sobre a fala-em-interação



“o silêncio precisa acabar!”

(Depoimento 1 / Comentário 44.1)

3.1.1 *Análise da Conversa*

A Análise da Conversa (AC), também denominada de Análise da Conversa de base etnometodológica, é a abordagem teórico – metodológica que estuda as ações sociais a partir da fala-em-interação por meio da descrição dos métodos utilizados pelos próprios falantes (ou, etnométodos) para constituírem sua ação no mundo através da fala. De acordo com Hutchby e Wooffitt (1998), a AC tem como objetivo descrever os modos de falar / agir tornados visíveis por quem conversa para atribuir sentidos às ações produzidas pelo(s) interagente(s) e responder às ações de modo inteligivelmente situado, o que se entende por produção de intersubjetividade (HERITAGE, 1984). Nesse sentido, nas palavras de Psaltas (1995), a AC “caracteriza-se por estudar a ação social mundana, buscando descrever, analisar e compreender a fala como uma característica básica e constitutiva da vida social humana” (OSTERMANN, MENEGHEL, 2012: 18).

A Análise da Conversa tem sua origem creditada à Harvey Sacks, que, em parceria com Emanuel Schegloff e Gail Jefferson, nos anos de 1960, iniciou a investigação da fala-em-interação a partir de gravações de áudios (SELL, 2007; OSTERMANN, 2012; WATSON, GASTALDO, 2015). Ostermann problematiza que,

“[...] ao analisar expressões usadas pelos participantes nas interações no serviço de emergências psiquiátricas, tais como, ‘ninguém com quem contar’ ou ‘a gente quer descobrir se alguém realmente se importa’, Sacks pode demonstrar como a relação do ser humano com a sociedade é visível e continuamente manifesta através da fala.” (2012:31)

Calcada na etnometodologia, a AC possui caráter êmico e analisa falas de caráter naturalístico (MAZUR, 2004; SELL, 2007; GARCEZ, 2008; OSTERMANN, MENEGHEL, 2012; WATSON, GASTALDO, 2015). Por fala naturalística, entendem-

se as interações que ocorrem entre pessoas em situações em que elas estão “vivendo suas vidas” (por exemplo, jantando em família ou com amigos, realizando uma consulta médica, pedindo informações por telefone, etc.), independente da ação do investigador. O caráter êmico, da AC, por sua vez, deve-se à base etnometodológica que sustenta a análise – alicerçada nas vivências e na racionalidade prática do dia-a-dia – o que permite descrever, refletir sobre e compreender a fala-em-interação como um fenômeno ativo, uma ação constitutiva da ação social dos indivíduos. Segundo Ostermann, citando Watson (2010), a etnometodologia se aproxima do nível micro das interações sociais e dessa forma investiga o cotidiano das pessoas, buscando “compreender como elas realizam, criam e transformam o seu dia-a-dia.” (2012: 29). Colocando de outra maneira, como explica Garcez, “[...] para produzir a sua elocução a cada dado momento, o participante da fala-em-interação precisa fazê-lo de tal modo que revele seu entendimento do que foi dito e do que foi feito anteriormente, e assim de novo a cada turno subsequente [...]” (2008: 24,25), representando assim o caráter êmico da AC. Dessa forma, a metodologia da AC foca sua atenção no que foi falado, na ação dos agentes sociais enquanto falantes, não nas intenções, crenças e/ou experiências por trás da fala. (OSTERMANN, SELL, 2012; GARCEZ, 2008). Nas palavras de Maynard (2013: 15), “para um investigador explicar um enunciado como um objeto social ou uma ação, uma questão primordial é como os destinatários lidam com ele, como eles são os analistas das falas em primeiro lugar.”

Por buscar compreender como os interagentes mutuamente demonstram compreensão do que estão fazendo na fala-em-interação, alguns conceitos são fundamentais para a Análise da Conversa, são eles: tomada de turno, sequencialidade, adjacência e preferência. Passamos a tratar desses conceitos a seguir.

3.1.1.1 Tomada de turno e sequencialidade

Ao analisar uma coleção de conversas cotidianas, Sacks, Shegloff e Jefferson (1974) observaram que, ao contrário do que se pensava, eventos de fala-em-interação são altamente organizados em seus mínimos detalhes. Recorre-se ao texto de Silva, Andrade e Ostermann (2009: 3) para a reprodução das observações feitas pelos autores:

“(1) A troca do falante se repete, ou pelo menos ocorre.

- (2) Na grande maioria dos casos, fala um de cada vez.
- (3) Ocorrências de mais de um falante por vez são comuns, mas breves.
- (4) Transições (de um turno para o próximo) sem intervalos e sem sobreposições são comuns. Junto com as transições caracterizadas por breves intervalos ou ligeiras sobreposições, elas perfazem a grande maioria das transições.
- (5) A ordem dos turnos não é fixa, mas variável.
- (6) O tamanho dos turnos não é fixo, mas variável.
- (7) A extensão da conversa não é previamente especificada.
- (8) O que cada um diz não é previamente especificado.
- (9) A distribuição relativa dos turnos não é previamente especificada.
- (10) O número de participantes pode variar (SACKS, SCHEGLOFF, JEFFERSON, 2003/1974)”

A partir dessas observações, Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) concluem que eventos de fala-em-interação ocorrem por meio de um sistema de tomada de turnos (STT)⁷ universal, pois se caracteriza por ser “independente do contexto de uso e sensível a ele” (FREITAS, MACHADO, 2008: 61). A independência do contexto se dá na medida em que tomadas de turno ocorrem de modo organizado em qualquer interação social, em diferentes situações, e é sensível a ele porque o contexto orienta a tomada de turnos e o conteúdo da fala. Apresenta-se o STT proposto por Sacks, Schegloff e Jefferson (1974), a partir de Garcez: são “eminente sequenciais os padrões observados para compreender as ações e os métodos de ações segundo as perspectivas dos participantes” (2008: 28). Isso quer dizer que os participantes das conversas organizam sequencialmente suas falas, levando “em consideração o que o outro disse previamente” (LODER, SALIMEN, MULLER, 2008). Nas palavras de Levinson (2013), uma das coisas que possibilitam o “milagre” da fala-em-interação é justamente a orientação dos interagentes para o que ocorre no turno imediatamente anterior ao turno que se está elaborando de forma a produzir uma fala que seja responsiva ao que foi falado antes. Fala essa, que ao ser produzida, por sua vez, servirá de base para o turno do próximo falante e, assim, sucessivamente.

⁷ Há eventos interacionais diferentes do Sistema de Tomada de Turnos, que são os institucionais, como, por exemplo, as conversas de tribunais, cerimônias de casamentos, cerimoniais de eventos, nos quais os turnos são pré-estabelecidos (SILVA, ANDRADE, OSTERMANN, 2009; LODER, YOUNG, 2009)

3.1.1.2 Pares adjacentes

Ao produzir um turno de fala, o falante lança um curso de ação que torna relevante uma resposta relacionada à ação implementada. Em outras palavras, as ações que constituem as interações sociais por meio da fala-em-interação são pareadas. O pareamento das ações formam uma unidade de sequência mínima. À sequência mínima originada pela alternância de turnos produzidos por falantes diferentes, dá-se o nome de par adjacente (HUTCHBY, WOUFFITT, 1998). Exemplos de pares adjacentes são oferecidos por Loder; Salimen e Müller (2008). Como nos contam os autores, um convite torna relevante um aceite ou uma recusa, assim como é o caso de uma oferta, já uma solicitação de informação torna relevante o provimento da informação solicitada ou, no caso de impossibilidade de sua provisão, uma explicação ou justificativa. Contudo, as possibilidades de ações realizadas em resposta a um curso de ação não são equivalentes em termos de consequências sócio-relacionais dentro do contexto interacional local e situado em que se encontram os interagentes, o que nos conduz ao conceito de preferência.

3.1.1.3 Preferência

O conceito de preferência refere-se ao fato de que para cada ação produzida (ex.: uma oferta: “quer um café?”), pelo menos, duas ações contrastivas são possíveis de serem dadas em resposta à ação que iniciou uma sequência (ex.: um aceite: “sim” ou uma recusa: “não”). Por serem contrastivas, não são equivalentes em termos de preferência. No caso de uma oferta, a resposta que equivale ao aceite é preferível, enquanto que a resposta que equivale à recusa é despreferível, lembrando que esse sistema de preferência não leva em consideração a intenção de quem faz a oferta, mas, sim, regras de solidariedade sociais tácitas, porém, operantes de modo ubíquo.

Assim como no caso do par adjacente convite – aceite/recusa, a orientação dos interagentes para a preferência ou despreferência social de suas ações é revelada na formação de outras sequências mínimas constituídas por pares adjacentes (por exemplo: cumprimento – cumprimento, elogio – recusa/aceite, pedido – anuência/rejeição, etc.). Importa, ainda, esclarecer que a organização de preferência é constitutiva do contexto de fala-em-interação e é entendida como uma ecologia interacional social e não individual.

Diante desse contexto, a Análise da Conversa tem as capacidades analíticas para revelar a organização da fala-em-interação cotidiana em níveis micro, as quais estruturam questões em seus níveis macro, como poder, empoderamento, silenciamento e outras formas de opressão (MAZUR, 2004).

3.1.2 *Categorizações de Pertença*

As categorizações de pertencimento (ou categorizações de pertença), denominadas em sua origem como Membership Categorization Analysis, foram desenvolvidas por Harvey Sacks na década de 1960, sendo utilizadas para a análise da coconstrução de identidades a partir da interação entre falantes (SELL, OSTERMANN, 2012; WATSON, GASTALDO, 2015)⁸.

A diferença essencial entre Análise da Conversa e Categorizações de Pertença está no fato de que a primeira concentra-se em descrever as ações dos interagentes (ex.: convidar, reclamar, pedir informação, negar etc.) e a segunda dedica-se a problematizar as descrições que os falantes fazem de si e do(s) seu(s) interlocutor(es) por meio de categorizações disponíveis no dia a dia (ex.: mãe, amiga, professora, mulher) para as quais atribuem direitos e obrigações a partir de entendimentos socialmente construídos e, frequentemente, normativizados. Apesar dessa diferença, Análise da Conversa e Categorização de Pertença, enquanto perspectivas analíticas, convergem no pressuposto de que as ações implementadas e as categorias mobilizadas pelos interagentes emergem na sequencialidade dos turnos de fala, sendo ambas análises de natureza etnometodológica e de abordagem êmica (SELL, OSTERMANN, 2012). Podemos dizer, então, que essas duas metodologias de pesquisa se complementam, visto que proporcionam uma análise situada e contextualizada culturalmente para formação de identidades. Para Sacks, de acordo com Watson e Gastaldo (2015), a “categorização de pertencimento refere-se a essas descrições de pessoas na linguagem cotidiana”, ou, dito de outra forma, referem-se aos processos de organização dessas categorias de descritores disponibilizados pelos próprios participantes na sequencialidade da interação e de modo local e situado.

⁸ Para maiores detalhes sobre a divisão entre coleções naturais e ocasionais proposta por Sacks, veja-se a *Lecture 7 (Part III Spring 1996)* de Sacks (1992, v. 1).

Sacks ainda aponta que “direitos e obrigações normativos” dos falantes estão expressos nas categorizações de pertença (WATSON, GASTALDO: 2015). Isso significa que as categorizações, ou o processo de categorizar, são flexíveis, uma vez que são moldadas pelas diferenças culturais dos indivíduos, contexto e momentos interacionais, além do fato das pessoas estarem atentas ao que se espera de suas interações (SELL, OSTERMANN, 2012; WATSON GASTALDO, 2015). Desse modo, as categorizações não são fixas como “etiquetas coladas nas pessoas ou em si mesmo”, mas constituem-se a partir da negociação orientada por comportamentos normativos e expectativas entre os interagentes (SELL, OSTERMANN, 2012).

Para realizar as categorizações, Sacks afirma que cada indivíduo vale-se do seu aparato cultural, ou seja, usufrui da sua visão de mundo para estabelecer suas categorizações de pertença, como “elogiar ou insultar” (WATSON; GASTALDO, 2015). Nesse sentido, Sell e Ostermann (2012, p.125,126) discutem que essa metodologia de pesquisa,

“ [...] assim como a Análise da Conversa, também prioriza a visão êmica, ao buscar entender quando e como os membros fazem descrições, buscando, com isso, descrever os dispositivos (ou métodos) pelos quais as descrições são produzidas. Esses dispositivos remetem à ideia de maquinaria operando por trás da ação de categorizar, da mesma forma como opera na ação de falar. Ou ainda, constituem uma espécie de matriz geradora, que possibilita aos membros fazerem descrições.”

Como explicam Watson e Gastaldo (2015), Sacks afirma que as pessoas são enquadradas em muitas categorias de pertença (mãe, filha, economista, feminista, etc). Ainda, muitas dessas categorias de pertença são agrupadas em “coleções”, como a da família que agrega categorias de mãe, pai, filho, avó, etc. Tais categorias, de acordo com Sacks, que são fortemente convencionais, são denominadas de “coleções naturais de mecanismos de categorização de pertencimento (MCP) e eles [tais mecanismos] aplicam outra regra normativa, denominada regra da consistência” (WATSON, GASTALDO, 2015). Por meio da regra da consistência, em resumo, observa-se que duas ou mais categorias de pertencimento podem também fazer parte de em um MCP, como veremos em seguida.

Como vimos anteriormente, a “[...] A AC defende que a produção de enunciados é um processo multilateral, em vez de ser livre arbítrio do enunciador” (WATSON, GASTALDO, 2015). Ou seja, a resposta do interlocutor ao falante, ao fazer emergir o sentido que o respondente atribuiu ao turno do falante, guia o rumo da

conversa. Por exemplo, se a menina diz à mãe: “meu colega passou a mão na minha bunda hoje na escola”, o rumo da conversa tem relação consequencial à ação que a mãe da falante realizar em resposta ao turno de fala da filha. Assim, se ela responder “Como foi isso? Me conta melhor” ou, de modo distinto, “Não dá bola que ele para”, há grande probabilidade de a conversa, após uma ou outra resposta, seguir em rumos bem diferentes. O primeiro caminho dá importância ao acontecido e tende a ter desdobramentos, já o segundo, pode ser encerrado ali mesmo, visto que a mãe tomou o fato como não importante. No contexto de senso comum, cada uma dessas respostas pode ser utilizada como dispositivo para acionar duas identidades distintas da categorização “mãe.” Por exemplo, a primeira pode ser acionada para fazer emergir a identidade de “mãe cuidadosa”, pois, por meio de sua resposta, a mãe mostra-se atenta às denúncias da filha. No segundo caso, a resposta da mãe pode ser utilizada como dispositivo para fazer emergir a identidade de “mãe negligente”, uma vez que à categoria “mãe” atribui-se a obrigação de “zelar pelo bem estar das filhas e protegê-las de abusos (sexuais).” Ambas identidades estão fundamentadas nas culturalidades e crenças sobre quais atributos são entendidos como positivos ou negativos em relação à categorização mãe, no contexto em que “aquela” mãe está inserida. Sacks mostra ainda que as mesmas categorizações podem pertencer a diferentes MCP. Seguindo o nosso exemplo, mãe e filha, além de pertencerem ao MCP família, podem pertencer ao MCP papéis sociais ou estágios de vida (WATSON, GASTALDO, 2015). O MCP selecionado, de acordo com os autores, é uma questão de contexto.

Watson e Gastaldo (2015) discutem o exemplo de um homem que quando interrogado pela polícia por causa do assassinato de uma mulher a categorizou de “mulher perdida”, “que age como prostituta”. Nesse caso, o homem pretendia formar uma identidade de mulher amoral e de que teria “pedido” pelo crime. Tal criação de identidade para a mulher, pode ter sido acionada na busca por atenuante da pena. Mesmo tendo assumindo a culpa pelo crime de assassinato, a tentativa de construção de identidade de “mulher perdida” para a vítima pode ser interpretada como uma busca por parte do assassino de responsabilizá-la pelo ato criminoso. Os autores continuam contando que a pena do homem não foi amenizada, visto que no seu julgamento outra identidade para a categorização mulher foi criada a partir de descritores tais como “respeitável”, “dona de casa” e “trabalhadora”. Frequentemente

mulheres são assediadas e/ou estupradas sob a “justificativa” de que “mereceram”, de que “pediram por isso”, pois estavam usando roupa curta ou “viajando sozinhas.” Dentro dessa lógica, “mulheres” não possuem tais direitos e, portanto, ao “desafiarem as normas de conduta” relacionadas ao que uma mulher “pode/deve vestir” ou em que momentos ela “pode transitar na rua sozinha”, elas “sabem” que estão sujeitas a atos violentos. Se uma mulher “infringiu tais normas de conduta”, ela o fez porque deseja o estupro ou o assédio. Consequentemente, de acordo com a bagagem cultural e as crenças de falantes que externam esse ponto de vista, mulher é tomada como desrespeitável. Nas palavras de Watson e Gastaldo (2015: 147), “a distribuição específica de culpa e responsabilidade é uma situação que produz” aquilo que Watson chamou de “perfil moral”. Em outras palavras, é a construção de um sentido moral atribuído pelo(s) participante(s) a determinada situação, que opera como dispositivo para constituir identidades. “O perfil moral de uma situação é uma produção colaborativa de todos (as) os (as) participantes” (WATSON, GASTALDO, 2015: 147). Um exemplo de sentido moral refere-se ao caso da adolescente que sofreu estupro coletivo no Rio de Janeiro, ato criminoso filmado e publicado na internet pelos agressores⁹. Não faltaram comentários atribuindo à categoria mulher as identidades de “puta”, “mulher de traficante” e outros adjetivos pejorativos, formando uma identidade de mulher desrespeitável e que, portanto, estaria conscientemente suscetível ao estupro coletivo, incluindo-a na categorização de “mulher desrespeitável”.

Além da formação da identidade do outro, ao “descrever alguém e colocar tal descrição em negociação o falante pode estar dando pistas de si mesmo, pois expõe formas de ver o mundo e as pessoas” (SELL, OSTERMANN, 2012: 127), construindo dessa forma a sua identidade. Essas descrições podem ser feitas de formas diferentes pelo mesmo falante de acordo com o seu interlocutor e o ambiente de fala, estando ele atendo de que certos posicionamentos / categorizações podem ser aceitas em

⁹ O caso aconteceu em maio de 2016 na zona oeste do Rio de Janeiro. Na época a jovem avisou ter ido até a casa do namorado e que estavam a sós, depois disso não lembra de mais nada, somente tendo acordado dias depois com as marcas da violência. Os agressores que filmaram e fotografaram a violência, divulgaram a cena no whatsapp e redes sociais, vangloriando-se que mais de 30 homens a haviam estuprado. Não faltaram comentários nas redes sociais tentando desqualificar a adolescente, buscando (em vão) justificar a violência. A imprensa, também fazendo uso da sua perversidade, publicou matérias sob o título “Aos 14, vítima de estupro coletivo foi apreendida por postar fotos com armas”, entre tantas outras tentativas de formação de identidade negativa à adolescente. A adolescente e sua família foram incluídos em programa de proteção à testemunhas e até fevereiro de 2017 somente dois homens haviam sido condenados à prisão.

alguns ambientes, mas totalmente repudiadas em outros Deborah Cameron (2005) apud Sell e Ostermann (2012).

As categorizações de pertencas, dessa forma, não se valem “de categorias prontas ou recorridas pelo pesquisador para explicar aquilo que está acontecendo, e tampouco apelam para categorias do senso comum”. Ao contrário, Sacks propõe “a ação de categorizar como uma atividade cultural e dinâmica, e não como uma “grade cultural inerte” em que as categorias são inseridas” (SELL, OSTERMANN, 2012: 128). Ou seja, nas Categorizações de Pertença não se trabalha com categorias apriorísticas buscando interações para justificá-las, mas sim se analisa as interações e se identificam categorizações a partir delas. Ressalta-se aqui que tais categorizações não estão alinhadas a processos psicológicos, mas como já se disse anteriormente, baseia-se em recursos culturais, que são públicos, compartilhados e transparentes (WATSON, 1997 apud SELL, OSTERMANN, 2012: 128)

Essa é a análise principal que se pretende realizar nesse projeto de dissertação de mestrado, com base nas interlocuções estabelecidas no Facebook a partir dos depoimentos de mulheres impulsionadas pela mobilização #MeuPrimeiroAssédio.

3.1.3 Análise do Discurso Mediado por Computador

Com o avanço das tecnologias, o aumento interacional a partir de chats, aplicativos, redes sociais, salas de aulas virtuais mostra-se exponencial. Tais interações ocorrem pelas mais variadas finalidades, podendo ter natureza educacionais, laborais, mobilizadoras sociais, etc. Dentre as redes sociais, por exemplo, o Facebook permite ao usuário publicar (também chamado de postar) um pensamento, foto, vídeo, notícia, o que leva outras pessoas a realizar comentários em respostas às postagem, podendo ainda esses comentários ser respondidos, gerando assim uma conversa virtual entre os usuários da rede. Por se darem sequencialmente, as interações sociais que ocorrem nas redes sociais são passíveis de serem estudas pela AC e pela CP, podendo ser recorrido também à Análise do Discurso Mediado pelo Computador.

A definição de discurso mediado pelo computador, segundo Herring (2011) citado por Recuero e Soares (2013: 243), é a “comunicação produzida quando seres humanos interagem uns com os outros através da transmissão de mensagens pela rede de computadores”. Dessa forma, assim como uma interação presencial, os

diálogos expressam restrições, apropriações e emoções, diante de um contexto do ambiente online cultural dos indivíduos. “Estudar o discurso online é estudar a linguagem em uso, é estudar a linguagem em construção de sentidos” (RECUERO, SOARES, 2013: 243).

A Análise do Discurso Mediado pelo Computador (ADMC) - traduzido do original Computer Mediated Discourse Analysis – (CMDA), desenvolvida por Herring, de acordo com Recuero e Soares (2013), tem o foco na análise da linguagem utilizada nas interações online. A proposta apresenta uma metodologia baseada na análise linguística do discurso, a partir do seu foco híbrido. As autoras salientam que essa análise, porém não se afilia a formas tradicionais do estudo do discurso como a Análise do Discurso de fundo francês, tampouco na Análise Crítica do Discurso. Sua proposta busca ser mais ampla e flexível do que as metodologias mencionadas, organizando-se em quatro “níveis de análise”, os quais são: a estrutura, o sentido, a organização da interação e o fenômeno social. Em trabalho mais recente (2012), Herring, de acordo com Recuero e Soares (2013), acrescenta aos níveis de análise mencionados, a comunicação multimodal, a partir do entendimento da autora de que com o crescimento da Web 2.0, também se ampliam novos ambientes comunicacionais que promovem novos padrões de interações e “contextos de linguagem, convergentes e hipermediáticos” (RECUERO, SOARES, 2013: 244). O quadro abaixo mostra a organização desses níveis.

Tabela 2: Tabela Níveis de CMDA

Nível	Questões	Fenômeno	Método
Estrutura	Oralidade, formalidade, eficiência, expressividade, complexidade, características de gênero.	Tipografia, ortografia, morfologia, sintaxe, esquema do discurso, convenções de formatação.	Linguística estrutural e descritiva, Análise textual, Corpus linguístico, estilística.
Sentido	Qual é a intenção O que é comunicado O que é realizado	Sentido de palavras, atos de fala, locuções, trocas.	Semântica e pragmática.
Interação	Interatividade, tempo, coerência, reparação, interação como	Turnos, sequenciamentos, trocas.	Análise da Conversação e etnometodologia.

	construção.		
Comportamento Social	Dinâmica social, poder, influência, identidade, comunidade, diferenças culturais.	Expressões linguísticas de status, negociação de conflito, gerenciamento da face, jogos, discurso.	Sociolinguística interacional, Análise Crítica do Discurso, Etnografia da comunicação.
Comunicação Multimodal	Efeitos do modo, coerência do cruzamento de modos, gerenciamento de endereçamento e referência, espalhamento de unidades de sentido gráficas, coatividade de mídia.	Escolha do modo, texto na imagem, citações em imagens, animação, deixis e posição espacial e temporal.	Semiótica social, análise de conteúdo visual.

Fonte: Recuero; Soares (2013, 244), adaptado de Herring (2004)

Outra abordagem interessante sobre as interações virtuais é trazida por Joan M. Mazur (2004), em *Análise da Conversa para tecnologias de educação: teoria e questões metodológicas para investigação de estruturas processos e significado da conversa online*¹⁰. O autor traz que a Análise da Conversa inicialmente utilizava-se de gravações em áudio e/ou vídeo transcritas, valendo-se também, além do que é falado, dos “aspectos observáveis”, como as expressões corporais e faciais. Já nas salas de bate-papo online, ou na timeline do Facebook, como no caso do nosso estudo, a fala é realizada através da escrita, que, segundo o autor, oferece uma variedade de comunicações e representações passíveis de examinação, definindo uma paisagem semiótica. Essas interações *online*, trazem uma “linguagem híbrida”, incluindo *emoticons*, por exemplo, que cheios de significados também devem ser passíveis de análise, assim como a linguagem não verbal nas interações presenciais.

O autor aborda a cognição do discurso, explicando que a fala e a escrita expressam os conhecimentos do agente, os quais são um fenômeno mental e cultural. Mental porque os processos e representações alocados na memória são reproduzidos em conversas e escritas. Essas representações por sua vez não são descontextualizadas dos pensamentos e crenças culturais e sociais do agente e seu interagente. O autor destaca que o contexto e discurso são mutuamente constitutivos,

¹⁰ Traduzido do título original: *Conversation analysis for educational technologists: theoretical and methodological issues for researching the structures, processes, and meaning of on-line talk.*

sendo o primeiro moldado pelo segundo e vice-versa. Essa teoria estaria mais alinhada com a análise componencial, visto que aponta a teoria cognitivista de conhecimento moldado pelo contexto, armazenado mentalmente e reproduzido nos diálogos. Enquanto a teoria proposta por Sacks de categorizações de pertença afasta-se do conceito cognitivista, propondo que o contexto molda a prática interacional e consequentemente os discursos. Para Mazur (2004), para se entender como a conversa funciona, como reflexo da mente e da ação, a análise deve ser contextualizada no aparato cultural dos interagente, visto que apenas a abordagem cognitivista teria um poder limitado, aproximando-se dessa forma da metodologia de categorizações de pertença proposta por Sacks.

As Comunicações Mediadas pelo Computador (CMC) são aquelas em que dois ou mais interagentes travam um diálogo utilizando ferramentas do computador¹¹. Essa interação é diferente da Interação Homem-Computador (IHC), na qual respostas previamente programadas são entregues ao agente por meio de emails de auto-respostas e palavras-chaves, como nos sites de lojas, por exemplo, pois essa não nos permite analisar os contextos culturais envolvidos e as dinâmicas das pessoas frente a eles. O autor também aponta que as tecnologias não são neutras no processo interacional, mas afetam a qualidade e a conduta da conversa, devendo então ser considerada como contexto da conversa. Quem nunca teve a conexão de internet interrompida no meio de uma chamada por skype ou bate-papo do messenger? Certamente essa interrupção dificultou ou até impossibilitou a continuidade da conversa. Também se considera o contexto, porque, como vimos anteriormente, há espaços em que diálogos são mais bem aceitos do que outros. Um *nude*¹², por exemplo, pode ser bem aceito em uma conversa de chat privado, mas vira alvo de piadas e até investigação policial quando postadas publicamente sem consentimento do autor.

As CMC se dão por diferentes ferramentas e contextos como por exemplo, e-mail, vídeo-conferências, discussões assíncronas ou em tempo real, etc. Essas

¹¹ Utilizamos aqui a terminologia Comunicação Mediada pelo Computador por ser a disponível na bibliografia pesquisada. No entanto, compreendemos que poderia ser mais adequado cunhar a terminologia comunicação mediada pela internet ou por equipamentos eletrônicos, visto que computador é apenas um dos instrumentos utilizados e que comumente é substituído por tablets e celulares com acesso a internet. Portanto, neste trabalho ao ler comunicação mediada pelo computador, entenda comunicação mediada pela internet.

¹² Foto de pessoa nua.

interações, que são baseadas em textos, também são conteúdos ricos para Análise da Conversa, argumenta o autor. Acrescentamos que pode ser muito valioso também para as Categorizações de Pertença. Mazur (2004) aponta que as discussões teóricas sobre as conversas virtuais começaram a ser consideradas como fontes de dados de pesquisa na literatura da Análise da Conversa, sendo “relações interpessoais, identidades sociais e estruturas de participação” focos de estudo. Análises de tomada-de-turno em um bate papo virtual apontam que, de acordo com Garcia e Jacobs (1999), mencionado por Mazur (2004, 1081), “essas conversas virtuais de fato (a) têm características normativas, (b) exibem formas únicas de expressão, e (c) contêm procedimentos pelos quais os recém-chegados ao ambiente conversacional são iniciados no uso de a e b”¹³.

Além dos textos, as conversas virtuais são carregadas de símbolos, os denominados *emoticons*. O autor os traz como “representações de emoções” que, quando utilizados na conversa, expressam variedades afetivas como alegria, :) , ou tristeza, :(. O uso de certas expressões é tão comum que ao digitar “:” seguido de “)” algumas ferramentas de interação já transformam a combinação gráfica em um rostinho feliz ☺ (MAZUR, 2004). Observamos que, além das representações de emoções pelos *emoticons*, há ocorrência de muitas outras representações, tais como:

ações ( , cortar o cabelo), palavras (“vou pegar a minha  e já saio”) e muitas outras variações ( ,  , ). O mesmo *emoticon* pode representar inclusive mais de um significado. Além dos *emoticons*, gifs animados e figurinhas também são utilizados nessas interações virtuais em alternância aos textos.

A Análise da Conversa possui convenções para sua transcrição, utilizando simbologias para descrever pausas, silêncios, diferentes entonações e outras ações conversacionais. No entanto, as CMC escritas já nos apresentam o texto, não sendo necessário a transcrição. Aqui também não é possível a análise corporal das pessoas, como faz a AC, mas deve ser incorporada a análise de padrões diferentes da escrita como uma palavra em caixa alta no meio de uma frase, o uso de reticências, e outros. Também os emoticons, gifs, figurinhas e todos os elementos utilizados na interação entre os textos. Essa perspectiva de análise pode ser utilizada para interações textuais

¹³ Traduzido de: [...] *these virtual conversations indeed (a) have normative characteristics, (b) exhibit unique forms of expression, and (c) contain procedures by which newcomers to the conversational environment are initiated in the use of both a and b.*

online, tanto síncronas quanto assíncronas. “Claramente, as convenções desenvolvidas por Jefferson¹⁴ e elaboradas por inúmeros pesquisadores da tradição da AC precisam ser modificadas e estendidas para documentar a gama de ações realizada através da conversa nestes contextos online.” (ZAMUR, 2004: 1084)¹⁵. Numerar linhas e anonimizar interagentes continua sendo importantes na CMC, assim como é na AC. A numeração nas linhas auxilia no processo de análise e para identificação do momento da ação na sua discussão do caso, já a não identificação dos falantes, mesmo que a conversa tenha sido colhida em espaços virtuais públicos, quando não for uma exigência dos Conselhos de Ética em Pesquisa é no mínimo um cuidado para a não exposição dos interlocutores. Para conversas síncronas, o autor recomenda também a coleta do horário das falas, pois assim como a comunicação não verbal, os intervalos de tempo podem ter diversos significados.

Em relação aos comportamentos interativos, o autor aponta duas principais características: hostilidades e comportamentos colaborativos/ positivos. Dentre os comportamentos hostis, temos (1) Flaming, com utilização excessiva de texto em caixa alta e *emoticons*, insultos de toda ordem; (2) Spamming, mensagem considerada lixo eletrônico, normalmente não solicitada na interação, causando desprezo e irritação pelos demais. O autor destaca que a anonimidade do mundo online (ou pelo menos não a interação *face-to-face*) contribui para a hostilidade. Já os comportamentos colaborativos/positivos podem ser divididos em (1) orientados para informação, que pode ser de qualquer tipo desde fofoca, educativo, até “comportamentos empáticos que oferecem apoio emocional e moral”; (2) busca de informação, anúncios, notícias, pedidos de informações. O autor destaca que as abordagens taxonômicas, como propostas por Burnett, podem ser restritivas, no entanto a Análise da Conversa pode oferecer uma abordagem mais ampla e rica, inclusive na análise de alterações de comportamento dos interagentes.

Diante desse aparato teórico, fica claro que a Comunicação Mediada pelo Computador constitui-se em um espaço de socialização em que há troca de informações, acolhimentos, desacordos, sensibilizações e tantas outras interações quanto um conversa presencial. Essas interações, então, podem ser fonte de estudos.

¹⁴ Gail Jefferson (1972) é indicado como criador das convenções de descrições da Análise da Conversa.

¹⁵ Traduzido de: *Clearly the conventions developed by Jefferson and elaborated on by countless researchers in the CA tradition need to be modified and extended for documenting the range of social action accomplished through talk in these on-line contexts [...].*

3.2 Caminho Metodológico

“O difícil é esquecer! Fica marcado!”

(Depoimento 5 / Comentário 1)

3.2.1 Tipo de estudo

Pesquisa de dissertação de mestrado de caráter transdisciplinar, que de acordo com Luz (2009), ocorre quando “a produção discursiva [do paradigma da transdisciplinaridade] tende a ser cooperativa entre os distintos saberes que tomam um tema estratégico para a vida humana como tema de investigação”. No caso específico deste estudo, o tema estratégico recai sobre a violência contra a mulher, tendo como balizador as discussões sobre violência, gênero e patriarcado. O caráter transdisciplinar da pesquisa dá-se por meio de análise amparada pela perspectiva metodológica da Análise da Conversa (SACKS, 1992; SCHEGLOFF, 2007), abordagem de cunho sociológico, que, no Brasil, encontra-se instaurada em programas de pós-graduação em linguística aplicada. Em conjunto com a perspectiva metodológica da AC, recorre-se ao aparato metodológico da Categorias de Pertença, que foca nas práticas ordenadas que próprios/as participantes das interações utilizam para descrever o mundo e demonstrar seus entendimentos do mundo e das rotinas de senso comum operando na sociedade (FITZGERALD et al., 2009: 47), para se discutir a violência contra a mulher sob uma perspectiva êmica.

O estudo, de recorte qualitativo, analisou interações realizadas no Facebook por meio de depoimentos de assédios publicados por mulheres incentivadas pela mobilização #MeuPrimeiroAssédio. A partir do advento da internet, milhares de pessoas passaram a se comunicar virtualmente por meio de redes sociais, que oportunizaram uma série de novas maneiras de interagir. Dentre as redes sociais de maior apelo social, o Facebook propagou-se como uma grande seara virtual, onde muitas pessoas estão conectadas, expondo seus sentimentos, crenças e ideias. Ao postar (publicar) algum conteúdo no Facebook, a pessoa “postante” disponibiliza-se para iniciar uma interação, seja com usuários/as pertencentes à sua rede de amigos virtuais, seja com usuários/as que extrapolam sua rede de amizades. A interação se estabelece na medida em que uma segunda pessoa, amigo virtual ou não do primeiro “postante” responde ao *post* publicado em primeira instância. Cada resposta ao *post*

inicial, por sua vez, pode ser respondido tanto pelo autor do post inicial, quanto por outros usuários, o que pode gerar várias interações encadeadas a partir da postagem inicial. Essa dinâmica pode se repetir inúmeras vezes a cada publicação. Sendo o Facebook um espaço com poucos filtros e em que a comunicação não é face a face, as pessoas se sentem confortáveis para realizar ações por meio da linguagem em uso sobre as quais os seus interlocutores demonstram entender como posicionamentos assumidos e, críticas e elogios realizados. Ao atribuírem sentido para as ações realizadas por seus interlocutores, os usuários deixam transparecer seus entendimentos sobre quais identidades interacionais o interlocutor faz relevante no aqui e agora da interação. Partindo do pressuposto, então, que ações são implementadas e identidades disponibilizadas e ratificadas (ou não) dentro de uma organização sequencial que constitui e, ao mesmo tempo, renova o contexto interacional no qual a mobilização #MeuPrimeiroAssédio se estabelece, tais interações são, em última instância, um lócus de investigação para um estudo de Categorizações de Pertença de base analítico conversacional.

3.2.2 *Produção de dados*

Os dados analisados são de caráter naturalístico, visto que não há qualquer intervenção do pesquisador no cenário da pesquisa e as falas/escritos coletados da forma como foram publicados. De acordo com Sell este tipo de pesquisa se configura como indutiva, na qual o pesquisador, imerso no campo de pesquisa, coleta os dados como são e “percebendo como os/as atores/as sociais constroem sua realidade, significam suas ações e se percebem no conjunto social” (2007: 52).

Dessa forma, a coleta de dados foi realizada através da busca de depoimentos pela hashtag #MeuPrimeiroAssédio no Facebook, sendo aplicados os filtros:

- a. Publicado por qualquer pessoa;
- b. Publicado em qualquer grupo;
- c. Localização marcada em qualquer lugar;
- d. Data de publicação outubro de 2015, período imediatamente após o início da campanha;
- e. Publicações públicas.

Os depoimentos identificados pela busca foram selecionados de acordo com os seguintes critérios:

- a. Excluídos posts de vídeos, reportagens e ilustrações;
- b. Mantidos posts de páginas de influenciadores e páginas de grupos e movimentos feministas;
- c. Selecionados para análise somente posts que possuem comentários, evidenciando uma interação;
- d. Coletados todos os comentários e respostas dos posts analisados, selecionando-se a opção “comentários mais relevantes (sem filtro)”;
- e. Foram analisados os primeiros 14 posts, respeitando esses critérios na ordem em que foram apresentados;¹⁶
- f. A quantidade de depoimentos selecionados se deu pela viabilidade de análise dentro do tempo disponível para conclusão do trabalho;
- g. Os depoimentos e suas interações foram coletadas em setembro de 2017.

A partir da relação das postagens foi elaborada uma tabela no programa Excel para identificar quais categorizações emergiram em cada conjunto de interações (depoimento e seus comentários e respostas) e mensurar quantas vezes cada categorização foi revelada no total do material analisado. Com base nesse resultados optou-se pela análise e discussão das categorizações com maior número de manifestações, as quais são:

- Meninas feridas;
- As práticas de socialização de gênero das meninas;
- Como as meninas vêem o abusador;
- A culpa relata pelas meninas;
- Mulher bela;
- Mão ideal;
- Mulher obrigada a perdoar;
- Mulher corajosa;

¹⁶ Observa-se que devido a constantes alterações algorítmicas do Facebook, a ordem dos depoimentos não é mais a mesma da data de coleta de depoimentos. Ou seja, mesmo que outro pesquisador utilize os mesmos critérios de busca e seleção de depoimentos, outros resultados serão apresentados pelo Facebook.

- Mulher imune;
- Mulher educadora.

Salienta-se que devido à metodologia de pesquisa, diferentes categorizações podem apresentar-se a novos pesquisadores.

Não houve necessidade de transcrição, visto que os dados já estão em formato de texto, os quais foram copiados tal qual publicados no Facebook, incluindo emoticons, gifs, caixa alta, pontuação, espaços e erros de digitação.

3.2.3 Considerações éticas

Seguindo os preceitos de ética, os excertos apresentados no trabalho, embora sejam de domínio público e disponibilizados na internet, foram anonimizados, buscando a não identificação das autoras dos depoimentos, bem como dos usuários que publicam comentários e respostas aos depoimentos de primeiro assédio. O presente estudo faz parte da pesquisa “Equidade de Gênero nos serviços de saúde como marcador de integralidade na atenção básica”, aprovado pelo CEP da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob o número 23752.

4 ANÁLISE DE DADOS

Buscando facilitar a leitura dos capítulos analíticos, apresentamos os depoimentos utilizados nas análises que seguem. As interações publicadas a partir destes depoimentos são apresentadas em forma de excertos anteriormente à sua discussão no decorrer do texto¹⁷. Salientamos que os nomes apresentados nos depoimentos, comentários e respostas são fictícios, buscando preservar a anonimidade dos seus autores.

¹⁷ Destaca-se que são apresentados na Tabela 3 somente os depoimentos discutidos ou que possuem interações problematizadas nos capítulos analíticos. Sendo, desse modo, não apresentados nesta Tabela os depoimentos analisados, mas não discutidos neste estudo.

Tabela 3: Depoimentos analisados e discutidos

Depoimento 01

Joana / 28 de outubro de 2015

01 #meuprimeiroassedio aconteceu quando tinha 11 anos numa sorveteria. Antes
02 mesmo de escolher o sabor do meu sorvete, me apaixonei por uma mini
03 bicicleta feita de metal apoiada no balcão. O dono da sorveteria prontamente
04 disse que tinha outras lindas biciletinhas no seu estoque. Atraída pelo brinquedo,
05 não pensei duas vezes e o acompanhei até os fundos da loja. No estoque,
06 havia uma bandeja cheia delas! Mas estavam no alto, em cima de uma pilha de
07 engradados. O homem, de mais ou menos 60 anos e semblante inofensivo, fez
08 um degrau com um engradado para que eu pudesse alcançar a bandeja e seu
09 o quadril alcançar o meu. Concentrada na escolha da minha bicicleta, congelei
10 completamente ao sentir o homem me bolinar por fora e por dentro do meu
11 short escorando seu quadril no meu. Tudo isso não durou mais de cinco
12 minutos, mas foi tempo suficiente para me causar medo, culpa e nojo por
13 muitos 12 anos.

14 Pensei muito antes de trazer essa história às mídias sociais. Estava recosa
15 com a exposição. Mas o papel de trazer isso à tona é muito mais importante que
16 qualquer sentimento privado.

17 Esse episódio é mais violento e traumático que um estupro? Claro que não. Eu
18 mesma fui vítima do machismo e misoginia que assolam a nossa sociedade
19 algumas vezes depois.

20 O movimento do #meuprimeiroassédio nada tem a ver com vitimização. A ideia
21 é trazer luz a uma questão muito mais séria e obscura que envolve sim, os
22 estupros, abusos e violência contra mulheres menores ou maiores de idade. É
23 tudo uma coisa só! Se você ainda não percebeu isso, precisa rever seus
24 conceitos.

25 Toda minha admiração às mulheres que expuseram suas histórias a fim trazer à
26 flor de todas as peles o que elas viveram.

Depoimento 3

Alice / 23 de outubro de 2015

01 #MeuPrimeiroAssedio, eu tinha doze anos. Estava indo para a escola sozinha
02 as sete da manhã, resolvi pegar o caminho mais rápido, e mais vazio também.
03 Estava tudo sendo como outra manhã qualquer, mas naquele dia um homem
04 desviou do próprio caminho porque me viu e resolveu vir em minha direção. Ele
05 era careca e grande. Me perguntou se sabia as horas, disse que não e continuei
06 andando. Ele voltou a me chamar e me perguntou onde eu estudava, ignorei e
07 caminhei o mais rápido que pude em direção a avenida, ele me chamou
08 novamente e continuei andando. Minhas pernas bambas e o coração na
09 garganta. Eu estava com a camiseta da escola, fiquei com medo que me
10 seguisse ou que soubesse onde a escola era. Fico com medo de fazer aquele
11 caminho até hoje, e só Deus sabe o que teria acontecido comigo se eu tivesse
12 ficado e dito onde eu estudava.

13 Eu tinha apenas doze anos, eu ainda brincava de bonecas e não prestava muita
14 atenção em meninos. Eu nem sabia o que era menstruar.

15 Eu tinha só doze anos!

Depoimento 4

Feminismo Atuante / 29 de outubro de 2015

01 Enviado inbox #meuprimeiroassedio

02 "Acontece que eu não sei até hoje se foi minha culpa ou não. Poderia me tirar
03 essa dúvida?

04 Acontece que quando tinha 11 anos conheci um rapaz 12 anos mais velho que
05 eu...e ele foi me cativando ou me aliciando eu não sei...sei que me sinto muito
06 culpada por ter sido inocente e achado que estava em um relacionamento com
07 ele...o que posso dizer ele me tocava e muitas vezes eu que não tinha noção de
08 sexo, sentia algo estranho, mas estranho mal...foi então que com medo dele me
09 deixa disse que faria o que ele quisesse ...enfim eu não chorei eu só pedi pra

10 parar e fui embora correndo...me sentindo um lixo por deixar ele fazer aquilo
11 comigo...até hoje me culpo...sou infeliz sexualmente não consigo me manter fiel
12 a nenhum namorado...e sei que a culpa é minha.... desculpe o desabafo mas eu
13 precisa falar com alguém mesmo que eu não te conheça, nunca te vi. isso me
14 da mais segurança obrigado e desculpe!"

Depoimento 5

Cathy/ 31 de outubro de 2015

01 #meuprimeiroassedio

02 Já foram tantos assédios nesses 31 anos que já nem me lembro bem qual foi o
03 primeiro. Eu lembro da minha avó cobrindo minhas pernas de criança quando
04 algum homem desconhecido aparecia. Me protegendo do que minha inocência
05 não via. Já que ela mesmo e minha mãe tinham coleções de história pra contar.
06 Mas lembro muito bem de estar no portão do prédio de Cabo Frio pronta pra ir a
07 praia com meus 14 anos, canga e chapéu. Passa um homem numa bicicleta
08 coloca seu pau pra fora já meio endurecido. Passa devagar me olhando com
09 cara de tarado e esfregando aquele pau nojento. Dá arrepio só de lembrar da
10 sensação de nojo. Sai correndo pra dentro e me salvei, mas a memória tá
11 aqui...

Depoimento 6

Mel / 27 de outubro de 2015

01 #meuprimeiroassedio é chocante mesmo ver que dentro de uma roda de
02 amigas eu sou a única que não se lembra de nada assim.
03 me pergunto o que falta ensinar pra crianças pra que tudo isso mude.
04 coragem, barreira e denúncias imediatas. o não-permitir!
05 a sexualidade é uma dádiva dos deuses muito mal interpretada pela
06 humanidade. tenho arrepios de pensar quanta coisa ainda temos que mudar.
07 quantos de nós evocam espiritualidade e ascensão na hora de fazer sexo?
08 estes seres opressores sentem tesão no erro.na tortura.o tesão está
09 completamente fora do lugar, está escondido na sombra dos seres. este
10 momento de trazer à luz todos os em prol de uma união é um momento muito

11 lindo e especial. agradeço a todas e todos pela coragem. vamos falar mais e
12 mais sobre tudo isso. sempre.

Depoimento 7

Lilian / 23 de outubro de 2015

01 Dedico toda minha solidariedade e sororidade a campanha
02 #meuprimeiroassedio
03 Mas n participarei pq meu primeiro assédio na infância foi um estupro e expor
04 isso iria além de triggers.

Depoimento 9

Luana / 29 de outubro de 2015

01 #meuprimeiroassedio
02 Eu ia a pé fazer curso de inglês. Eram mais ou menos 30 minutos de caminhada
03 numa região não muito segura do Sta Quitéria. Eu tinha o costume de quando
04 andava sozinha ir rezando, porque acreditava que isso me protegia. Nesse dia,
05 um homem parou a bicicleta e começou a se masturbar enquanto me chamava.
06 Eu mal entendia o que tinha acontecido. Me levaram pra delegacia, onde eu
07 não conseguia contar direito pro policial (homem, e sem muita paciência) na
08 minha frente a situação. Eu sentia vergonha, medo e nem sabia dar nome pra
09 aquilo. O policial me levou pra casa e orientou minha mãe a me vestir com
10 roupas mais largas e eu, a andar mais rápido. A história ainda se repetiu mais 7
11 vezes e acho que nunca pegaram o cara. Eu tinha 11 anos.

Depoimento 10

Virgínia / 29 de outubro de 2015

01 Não consegui participar da campanha #MeuPrimeiroAssédio, só de pensar em
02 falar publicamente sobre, fico enjoada e minha pressão baixa. Foi pesado para
03 mim aos 5 anos e essa experiência me faz ate hoje passar mal em ler os
04 depoimentos.

05 De qualquer forma fica minha parabenização a coragem e força das mulheres
06 que estão se expondo em suas fragilidades afim de trazer consciência sobre
07 esse assunto muito importante.

Depoimento 12

Mariana / 27 de outubro de 2015

01 #meuprimeiroassédio

02 Tinha 15 anos e estava a caminho da escola, sozinha e a pé, quando um
03 homem de moto passa do meu lado bem devagar me olhando. Achei estranho,
04 me deu um embrulho no estômago, mas (infelizmente) já estava acostumada
05 com esse tipo de atitude. Depois de alguns minutos ele passa novamente, mas
06 rápido, sem me olhar. Senti medo e comecei a apertar os passos. Dali a pouco
07 o mesmo o homem passa novamente do meu lado na rua, em pé em sua moto
08 me olhando e se masturbando. Fiquei em choque e comecei a correr (nunca
09 corri tão rápido em minha vida), cheguei na escola, liguei pro meu pai e fomos a
10 delegacia. Os policiais tinham queixas parecidas, mas esse traste nunca foi
11 pego! Depois desse dia, não tive mais paz quando saio sozinha na rua.

12 E agora me digam, a culpa foi minha? Eu era uma menina, sempre fui muito
13 magra, estava de calça e uniforme. Independentemente da minha roupa e do
14 meu tipo físico, eu não tinha o direito de sofrer esse tipo de violência, como
15 NENHUMA mulher tem!

Depoimento 13

Angelo / 27 de outubro de 2015

01 Muitas amigas tem postado algum tipo de assédio que sofreram com a hashtag
02 #meuprimeiroassédio.

03 Não, não foram muitas. Na verdade foram todas.

04 Então conversei com algumas amigas e pensei em relatar a primeira vez que
05 lembro de ter assediado alguém.

06 Deixando claro que não me orgulho disso, não é uma lembrança boa e que foi
07 uma atitude machista que tive quando ainda não desconstruia o meu machismo.

08 Todas acharam uma boa ideia. Afinal, se toda mulher já sofreu, provável que
09 todo homem ou quase todo homem já tenha praticado.

10 Se não me engano, #meuprimeiroassédio foi quando dei meu primeiro beijo. Eu
11 tentava apertar a bunda dela e ela tirava a mão. Eu ia lá e apertava de novo e
12 ela tirava. Vi que ela não tava muito confortável mas meus amigos todos faziam
13 isso.... O "papel do homem" era tentar e a mulher, caso não quisesse, que
14 ficasse tirando minha mão. Mas eu tinha que mostrar que era macho, que
15 gostava, que tinha pegada. Pelo menos foi como fui ensinado. Ainda não sabia
16 que isso era uma grande babaquice.

17 Quando era mais moleque ainda, estava no colo de uma prima na piscina. Eu
18 devia ter meus 6/8 anos, por aí.

19 Lembro que abaixei o biquíni dela pra ver os peitos e todo mundo em volta
20 bateu na minha mão como se fosse foda, falando "booooo muleque".

21 A sociedade cria nós, homens, pra sermos machistas. O nosso papel como
22 homens (mais no sentido de ser humano mesmo do que no sentido de gênero)
23 é usar nosso cérebro, já que somos seres racionais, e ver que estamos com
24 esse machismo enraizado na sociedade e temos que desconstruir.

A coleta dos depoimentos não forneceu dados suficientes para identificar características demográficas das mulheres participantes da mobilização. No entanto, podemos realizar algumas inferências a partir da Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE em 2016 (BRASIL, 2018). O estudo aponta que entre as pessoas com 14 anos ou mais que possuíam uma ocupação profissional, 75% utilizavam a internet, sendo que dentre as pessoas sem ocupação esse índice cai para 52%. Dentre os grupos de profissionais com maior utilização de internet destacam-se trabalhadores da ciência e intelectuais, membros das forças armadas, policiais e bombeiros trabalhadores em funções administrativas, técnicos e profissionais de nível médio e gestores e diretores, oscilou entre 97% e 93%. Já para os profissionais da agropecuária, florestais, caça e pesca, o índice ficou em 27%, mostrando que profissionais mais constantes em centros urbanos fazem maior utilização da internet.

Os principais motivos para a não utilização da internet em 31% dos domicílios pesquisados, além da falta de interesse, foram o alto custo do serviço (29%), a falta

de conhecimento para utilizá-la (20%) e indisponibilidade do serviço na região (8%). Números que nos apontam que o uso da internet é limitado para classes sociais baixas.

A internet é mais utilizada por pessoas entre 18 e 24 anos, chegando a 85% das pessoas nessa faixa etária. Já entre os idosos, esse percentual cai para 24% (IBGE: 2016). A pesquisa ainda expõe que a utilização da internet é mais frequente junto às pessoas com maior grau de instrução, sendo que os que menos utilizam são as pessoas sem instrução (11%) e as que mais utilizam possuem ensino superior completo (97%) ou incompleto (95%).

Quanto ao uso da internet em relação às regiões do país, a pesquisa demonstrou que o Nordeste apresentou maior porcentagem de pessoas que não fazem uso da internet (40%). O motivo para essa não utilização nessa região é atribuído ao alto custo. Já no Norte, a principal causa da utilização é por indisponibilidade de acesso na região. Os residentes das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul possuem maior percentual de domicílios com internet, sendo 76%, 74% e 71% respectivamente. Já os residentes das regiões norte e nordeste esses percentuais diminuíram para 62% e 56%, respectivamente.

Como base nesse estudo, inferimos que as mulheres participantes da mobilização #MeuPrimeiroAssédio podem ser predominantemente jovens, moradoras de áreas urbanas das regiões sul, sudeste e centro-oeste, com ensino superior completo ou incompleto e que possuem renda suficiente para arcarem com os custos de uso de internet. Nos depoimentos analisados não foi mencionado qualquer questão entre assédio e raça, o que nos leva a inferir que as participantes podem ser brancas.

4.1 Meninas: infância, socialização, percepções e culpa

“As histórias dessa # me dão medo e embrulho no estômago.”

(Depoimento 1 / Comentário 50.1)

4.1.1 Meninas feridas

Levantamento realizado pela organização Think Olga, idealizadora da mobilização #MeuPrimeiroAssédio, mostra que a idade média das mulheres na época que referiram abusos é de 9,7 anos. Dados do Atlas da Violência, produzido pelo

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2018) corroboram o levantamento da organização ao mostrarem que, em 2016, 68% dos casos de estupro registrados no sistema de saúde nacional é em menores de 18 anos, sendo que desses 50% são de crianças com até 13 anos. O estudo aponta uma tendência à estabilidade dos casos de abusos nessa faixa etária entre 2011 e 2016. Os números divulgados, tanto pela organização, quanto pelo estudo do IPEA (2018), transparecem nos relatos publicados na mobilização.

Observa-se que a questão da idade é trazida por grande parte das participantes da mobilização. Ao relatar o abuso sofrido, Joana (Depoimento 1), por exemplo, revela em sua publicação que este aconteceu ainda quando criança, aos 11 anos, em uma sorveteria. Na ocasião, ela se encantou por uma pequena bicicleta de brinquedo exposta no balcão. O dono da sorveteria a convida para ir ao fundo da loja para ver outros brinquedos e abusa de Joana, passando a mão em seu corpo. Joana relata ter “congelado” naquele instante, ou seja, sinaliza perceber algo inadequado, não evidenciando, em seu depoimento, se naquele momento chega a compreender ou não estar sofrendo abuso (linhas 01 a 13).

Ao escrever “Atraída pelo joguete, não pensei duas vezes e o acompanhei até os fundos da loja.” (linhas 04 e 05), em resposta ao convite do sorveteiro, Joana refere não perceber a armação do homem para lhe levar aos fundos da loja e atribui ao fator idade uma ideia de estado de puerilidade e vulnerabilidade, próprios de uma criança de 11 anos, características que a fazem não atentar para o perigo que poderia advir ao aceitar o convite. A identidade elaborada por Joana em seu depoimento vai ao encontro da discussão de Rezende, a qual afirma que “a ingenuidade da criança faz com que ela seja incapaz de perceber a situação da qual está sendo promovida” (2013: 93). Este também parece ser o caso do comentário de Maria ao depoimento de Joana (comentário 1 ao depoimento 1). Maria também atribui a falta de malícia infantil ao fator idade, respaldando o depoimento de Joana, como podemos observar no excerto abaixo.

Depoimento 1 / Comentário 1

05 **Maria:** [...] Sua voz é um alento, é um alívio, é um alento dentro deste coro
06 formado por mulheres que são submetidas a estas situações desde antes de
07 tomarem consciência do quê significa ser mulher. [...]

Maria afirma que mulheres são expostas a abusos antes de terem um entendimento sobre o que é “ser mulher” (linhas 06 e 07). No entanto, com base em sua resposta ao depoimento de Joana, não se pode inferir o que, em seu entendimento, “significa ser mulher” (linha 7). Ao utilizar as palavras “antes de tomarem consciência” (linhas 06 e 07), Maria aponta que há um entendimento sobre esse “ser mulher” que as crianças não possuem, relacionando a identidade do “não ser mulher” ao fator idade. O comentário de Maria à publicação de Joana vai ao encontro do depoimento de Alice (Depoimento 3), a qual relata que o seu abuso acontece aos 12 anos, quando ainda não prestava a atenção em meninos e não menstruava (linhas 13 e 14). Percebe-se que Alice dá certo destaque à idade em que sofre o assédio em seguida, quando escreve: “Eu só tinha doze anos!” (linha 15). O fato de brincar de bonecas, não menstruar e não atentar para meninos são características atribuídas por Alice a uma falta de maturidade ligada a pouca idade, a uma infância ainda não sexualizada e a um “não ser mulher”. Desse modo, Alice aciona uma identidade de criança em contraponto à de mulher. Tais descrições de suas próprias atividades à época em que tinha 12 anos e de fatos biológicos apresentados podem configurar uma justificativa de Alice na direção de que não tendo atributos de uma mulher adulta, não deveria ser uma potencial vítima de abuso.

O depoimento de uma mulher que prefere não publicá-lo em seu próprio perfil de facebook, mas, de modo diferente, o envia para que uma *fanpage* feminista o faça, a qual denominamos de Feminismo Atual (Depoimento 4), também constrói sua identidade de criança inexperiente baseada na idade. A mulher relata que aos 11 anos se envolve com um rapaz 12 anos mais velho, o qual ela não sabe se a cativou ou a aliciou (linhas 04 e 05). Nessa publicação, (Depoimento 4) se evidencia a construção identitária elaborada pela mulher a partir da disparidade entre as idades dos participantes do evento, isto é, ela própria, uma criança de 11 anos, e o rapaz, um homem de 23. Tal diferença geracional apresentada pela mulher demonstra que esta e o abusador possuem distintos desenvolvimentos cognitivos e compreensões sobre sexo, ou como ela mesma afirma: enquanto criança “não tinha noção de sexo” (linhas 07 e 08), reforçando a construção de sua identidade ligada à ingenuidade infantil atribuída ao fator idade.

Em outro depoimento, Virgínia (Depoimento 10) conta que seu abuso foi aos 5 anos, descrevendo-o como “pesado” (linhas 02 e 03) e atribuindo tal impacto à pouca idade quando da violência. Virgínia acrescenta ainda que a experiência a faz passar mal ainda nos dias de hoje (linhas 03 e 04) com queda de pressão e enjoo (linha 02), indicando os efeitos deletérios duradouros da violência sexual na sua vida. Amazarray e Koller problematizam a questão dos efeitos da violência sexual a partir da apresentação de dados de um estudo de Finkelhor (1993), o qual aponta como algumas consequências comuns para crianças e adolescentes a ocorrência de “pesadelos, depressão, retraimento, distúrbios neuróticos, agressão e comportamento regressivo.” (1998: 12).

Virgínia (Depoimento 10) não revela a idade que possui ao participar da mobilização #MeuPrimeiroAssédio, podendo ou não estar na fase adulta, etapa da vida em que os efeitos do abuso sexual sofrido na infância ainda podem ser percebidos. Amazarray e Koller (1998) identificam como efeitos da violência sexual: sintomas depressivos, transtornos de ansiedade e baixa-estima, predisposição para revitimização e abuso de substâncias, entre outros, relatados por mulheres que foram vítimas de abuso na infância, diferentemente dos sintomas apresentados ainda fase infantil, sendo estes ligados a sentimentos de medo, raiva, hostilidade, comportamentos depressivo e ansioso e inadequação sexual. Sequelas emocionais como as relatadas por Virgínia, e manifestações físicas, podem ser desencadeados por picos de ansiedade, demonstrando o impacto que a participante ainda sente sobre abuso sofrido na infância, o qual está em consonância com a literatura.

O depoimento de Virgínia é seguido por comentários que respaldam a gravidade e a elevada frequência de abusos em meninas menores de 13 anos, como mostram os excertos abaixo, alinhados ao que revela a já mencionada pesquisa do IPEA (2018).

Depoimento 10 / Comentário 9

01 **Juliana:** *Também sofri abuso aos 5 anos... Só depois de muito tempo entendi o*
02 *q aconteceu ... [...]*

Depoimento 10 / Comentário 14

01 **Jéssica**: Sofri quando tinha 6/7 anos. Lembro que na época não entendi o que
02 aconteceu, só fui perceber e entender muito tempo depois...

Depoimento 10 / Comentário 22

01 **Carolina**: Aos 5 também. E se repetiu aos 7 e aos 9. Foi literalmente abuso
02 pedófilo. Enfim, tema de terapia e só fui entender depois de adolescente o que
03 eram as "brincadeiras ". [...]

Assim como os excertos acima, 19 dos 39 comentários ao depoimento de Virgínia abordam especificamente a questão da idade, seja em função do espanto pela precocidade do abuso sofrido, seja por meio de relatos mencionando a idade da mulher na época em que a violência ocorreu. Em alguns desses relatos, as mulheres mencionam incapacidade de compreensão do fato ocorrido à época do abuso, atribuindo tal dificuldade de entendimento à baixa idade, ou ao fato de serem crianças, ainda podendo ser acrescida a ausência de educação sexual.

Nos comentários de Juliana, Jéssica e Carolina (Comentários 9, 14 e 22, respectivamente) em resposta ao depoimento de Virgínia (Depoimento 10), as mulheres apresentam uma construção identitária de incapacidade de perceberem o abuso sofrido devido à idade à época da violência. Carolina acrescenta que foi abusada repetidas vezes (linha 01), não deixando claro quem a abusou. O relato de Carolina (Comentário 22 ao Depoimento 10) parece estar em consonância com os dados do Mapa da Violência (2018), que mostram que em 54% dos casos de abusos realizados por pessoas próximas à vítima, a violência é recorrente. Não podemos afirmar ser esse o caso de Carolina, mas há possibilidade de que seu abuso tenha sido realizado por pessoa próxima, tendo em vista a característica de repetição do evento. Convencer a criança de que o abuso é uma brincadeira é um mecanismo frequentemente utilizado pelo abusador para que ela não se dê conta da violência e não conte o ocorrido a outras pessoas. Essa conduta de manipulação da criança que permite ao abusador incorrer no ato criminoso reiteradamente sem ser descoberto (MACHADO, 2005).

Há ainda outro aspecto marcante no relato de Carolina que não podemos deixar de apontar, qual seja, a patologização do abusador. Ao classificar o seu

abusador como pedófilo¹⁸ (linha 01), Carolina retira dele, mesmo que não intencionalmente, a responsabilidade por seu ato, categorizando-o como doente. Dessa forma, Carolina, que apresenta a ideia de que não possuía capacidade de compreensão sobre o abuso sofrido, coloca o agressor em nível de igualdade a ela mesma, visto que, patologizado, o agressor é considerado sem discernimento sobre o que aconteceu.

Ao lado do fator idade, além de comentários que tendem a patologizar o abusar, como no caso do depoimento de Carolina, observou-se a descrição de roupas utilizadas pelas meninas em relatos de situações de tentativas e/ou consumação de abusos, manifestando a ideia de que vestir alguns tipos de roupas, como curtas e decotadas, tornam as mulheres coparticipes de seus abusos. Alice (Depoimento 3) relata que usava a camiseta de escola, manifestando a ideia de que tal vestimenta não é “provocante” à sexualidade masculina. Cathy (Depoimento 5) descreve que no momento da tentativa de abuso usava canga e chapéu, ou seja, cria uma imagem de que estava “coberta da cabeça aos pés”. Desse modo as duas manifestantes indicam a pretensão de retirar de si ou evitar a culpabilização por estar vestindo algo tido como atraente aos olhos masculinos, o que seria inadequado à cultura patriarcal.

A manifestação da cultura patriarcal e (re)vitimização das mulheres ocorre mesmo nos espaços nos quais elas deveriam ter suas denúncias acolhidas, como nas delegacias e serviços de saúde. Nesse sentido, vê-se Luana (Depoimento 9) manifestar o julgamento de sua roupa pelo policial na delegacia na qual prestou queixa sobre o assédio sofrido. O policial recomendou à mãe de Luana que vestisse a filha com roupas mais largas (linhas 09 e 10). Luana evidencia o julgamento do policial, impregnado na cultura heteropatriarcal, que culpabiliza a vítima pela tentativa abuso, como se o homem não pudesse conter seus instintos ao ver uma mulher a não ser com roupas largas e compridas.

Observa-se que além do julgamento sobre a roupa de Luana, esta é tratada pelo policial como incapaz de decidir sobre o que deve vestir, uma vez que a sua mãe é aconselhada, em lugar da própria Luana, a vesti-la com roupas mais largas. Assim, chama a atenção no depoimento de Luana a marcação da cultura patriarcal (SAFFIOTI, 2015) na fala do policial. Esta é mais uma manifestação da cultura que

¹⁸ Publicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, também chamada de CID, codifica doenças, sintomas e agravos em saúde. A pedofilia é classificada pelo código F65.4.

concede ao homem posição de superioridade e poder frente às mulheres, na qual estas são tidas como incapazes, desqualificadas intelectualmente e sem capacidade de discernimento, inclusive de decidir sobre suas próprias roupas. O poder patriarcal do policial manifesta-se também a partir da expressão de ideias aconselhadoras, construindo uma identidade, naquela interação, de conselheiro, imbuído do poder do conhecimento e razão absolutos conferidos aos homens na cultura falocêntrica em que vivemos e que se revela nas publicações das manifestantes

O julgamento do policial sobre a roupa de Luana não é incomum e lembra o caso do policial canadense que, em palestra na universidade de York em Toronto, afirmou que as mulheres que não quisessem ser estupradas não deveriam vestir-se como vadias (AMBRA, 2015). A inferência do policial, que não possui respaldo para no exercício de sua função ao fazer tal afirmação, indica culpabilização das mulheres vítimas de estupro a partir de suas roupas. A declaração do policial culminou com protestos mundiais inclusive no Brasil, por meio do evento denominado de “Marcha das Vadias”, nos quais as mulheres exigem que o estupro seja tratado como consequência da assimetria de gênero. A fala do policial se embasa na cultura que divide “as mulheres entre santas e putas, sendo as últimas sujeitas a violações diversas” (AMBRA, 2015: 12).

O patriarcado age a partir de mecanismos ideológicos que inculcam culpa nas mulheres. Nesse sentido, Mariana (Depoimento 12) demonstra, ao que parece, eximir-se da suposta culpa ao questionar se a tentativa de abuso foi sua culpa ou não, descrevendo como magra e vestindo calça e uniforme (linhas 11 e 12). Aqui evidencia-se a ideia de Mariana em manifestar a ideia de que seu tipo físico e suas roupas são opostas à identidade de mulher socialmente tida como voluptuosa que veste roupas provocantes. Desse modo, percebendo que sua manifestação pode ser interpretada pelos leitores de sua publicação como preconceito às mulheres desse biotipo e que preferem tais roupas, Mariana faz um reparo em sua descrição, revelando, desse modo uma busca pela adequação à identidade de “politicamente correto”, esperado de uma mulher que denuncia questões de violência sexual como ela o faz.

O reparo¹⁹ (SALIMEN, CONCEIÇÃO, 2009) realizado por Mariana evidencia-se quando ela relata que, independente do seu tipo físico e de sua roupa, ela não

¹⁹ De acordo com o conceito da Análise da Conversa problematizado por Salimen e Conceição (2009), o reparo é realizado quando um falante ou seu interlocutor percebe um problema gerado a partir e

merecia sofrer tal violência, assim como nenhuma mulher merece (linhas 13 à 15). Com tal reparo (SALIMEN, CONCEIÇÃO, 2009), Mariana iguala-se às mulheres que usam roupas vistas como extravagantes e possuem corpos dentro dos padrões de objetificação sexual, fazendo uso da expressão “nenhuma mulher”. Tal expressão é caracterizada na Análise da Conversa como “formulações de casos extremos”, quando a pessoa utiliza palavras como “todas/os, nenhum/a, pouquíssimo, entre muitas outras, na tentativa de “defender ou justificar uma descrição ou uma avaliação, especialmente em caso de desafio” (SILVIA, LADEIRA, 2011: 96). A formulação de casos extremos é utilizada em situações de desafio, assim podemos inferir que Mariana tenha lançado mão desse recurso também para reparar seu discurso, alinhando-o ao que é considerado socialmente adequado. O reparo de Mariana é validado por Oto, como observamos no excerto abaixo:

Depoimento 12 / comentário 15

01 Oto: Mesmo se você estivesse NUA não deveria ter passado por isso. Às 02 vezes, tenho vergonha de ser homem.

Oto manifesta a ideia de um homem consciente sobre a não responsabilidade da mulher sobre o abuso, independe da roupa que ela esteja vestindo, atribuindo

durante a interação e busca resolvê-lo. O reparo pode ocorrer na presença ou na ausência de um erro. Quando o falante esquece uma palavra no meio da frase e o interlocutor completa, por exemplo, caracteriza-se um reparo, mas não há erro. Já quando alguém diz “a casa é azul” e o interlocutor diz “não, a casa é vermelha”, por exemplo, há a presença do erro que é corrigida a partir do reparo. Desse modo, pode-se afirmar que o reparo é uma forma mais ampla de resolver um problema, podendo ou não compreender uma correção - substituição de um item por outro (SALIMEN, CONCEIÇÃO, 2009). As autoras salientam que o reparo só pode ser considerado como tal quando utilizado a partir da identificação e tentativa de solucionar um problema, ocasionando a suspensão da ação em curso, ou seja, da interação, que é retomada após a tentativa ou concretização da solução do problema identificado.

Salimen e Conceição (2009) explicam que o reparo é formado por duas partes: a iniciação - quando alguém identifica o problema a ser resolvido - e o resultado - quando o problema identificado é resolvido por alguém. Sendo que estas duas situações podem ser realizadas pelo falante ou por seu interlocutor. No caso de Mariana (depoimento 12), evidencia-se que ela mesma atenta para o problema (a possibilidade de julgamento moral sobre trecho do seu depoimento) e antecipa o reparo, na tentativa de evitar tal julgamento. Destaca-se que somente é um problema o que é identificado pelos interagentes como tal. Desse modo, não se pode afirmar que uma elocução é um problema, mas ela pode tornar-se um problema de acordo com a percepção dos interagentes (SALIMEN, CONCEIÇÃO, 2009). Dentre os tipos de reparos explicados pelas autoras, Mariana realiza a “iniciação do reparo antes do final da unidade de construção de turno (UCT) onde se localiza a fonte do problema” (SALIMEN, CONCEIÇÃO, 2009: 100), a qual se caracteriza pela realização do reparo pelo próprio falante antes mesmo deste terminar sua narrativa.

culpa pela violência sexual aos homens. Noção oposta à apresentada pela maioria dos entrevistados pela pesquisa do Instituto Avon (2015), os quais acreditam que “tem mulher que não se respeita, que usa umas roupas pra se oferecer” (2015: 9), revelando um moralismo social sobre as mulheres, embasado pela cultura patriarcal (SAFFIOTI, 2015).

Vê-se a questão da roupa como fator facilitador do abuso de maneira tão arraigada culturalmente que pesquisa elaborada por Énois/Inteligência Jovem, em parceria com o Instituto Vladimir Herzog e o Instituto Patrícia Galvão (2015)²⁰ revela que 27% das mulheres entrevistadas já deixaram de usar determinada roupa por medo de violência. A questão foi motivadora das descrições de Alice, Cathy, Luana e Mariana, ao que parece, na tentativa de tirarem de si a culpabilização pelo abuso, evidenciando que não utilizavam roupas tidas como provocativas. Nesse mesmo sentido, pesquisa do IPEA (2014) aponta que 26% das pessoas entrevistadas pensam que mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas. Tais dados revelam que os comportamentos tidos como não adequados devem ser punidos, inclusive com violência sexual, seguindo uma ordem moral machista e castradora da liberdade feminina, como observados nos depoimentos analisados neste subcapítulo.

A mulher estuprada é frequentemente culpabilizada pela violência sofrida, seja por usar saia curta ou blusa decotada, seja por se encontrar em local ou horário inadequado. Dessa forma, estaria a mulher seduzindo o homem e provocando o abuso e, portanto, tendo o efeito “desejado e/ou merecido” em retribuição ao seu “comportamento inadequado.”. No entanto, tal suposição não se sustenta, na medida em que os homens estupram mulheres vestidas de qualquer forma (SAFFIOTI, 2015), inclusive cobertas, como relata Cathy sobre os episódios de assédio.

4.1.2 As práticas de socialização de gênero das meninas

A criança, mantida ingênua e vulnerável por meio da socialização de gênero não é educada para saber identificar e pedir ajuda e/ou enfrentar o assédio, abuso e violência sexual. Dessa maneira ela pode ser mais facilmente controlada e manipulada do que um adulto, conferindo ao abusador segurança para realizar a

²⁰ Pesquisa realizada com 2285 jovens, com idades entre 14 e 24 anos das classes C, D e E em 370 cidades do país, por meio de questionário online e entrevistas em profundidade.

violência. Para tanto, o abusador pode valer-se da violência física, da sedução e da coação, usufruindo, assim, do poder que lhe é dado pelo patriarcado.

A transição do “não perceber o perigo”, para o “dar-se conta do abuso”, no caso de Joana (Depoimento 1), revela-se quando ela sente o homem tocar o seu corpo por cima e por baixo de sua roupa, sentindo o quadril do abusador tocando o seu (linhas 09 e 10). A sensação de “congelar” (linha 09) expressa no referido depoimento manifesta a ideia de falta de reação da “Joana criança.” Da publicação de Joana, infere-se que por ser jovem ou por não ter sido educada para reconhecer e enfrentar este tipo de agressão ela não sabe o que fazer para defender-se. Isso ocorre porque as mulheres, em sua maioria, são socializadas de modo excludente à prática da razão e do poder, sendo estimuladas a condutas frágeis, dóceis e apaziguadoras, ou ainda são estimuladas a sentirem-se lisonjeadas quando um homem as deseja sexualmente. Em oposição, os homens são educados para expressão do uso da força e do poder (SAFFIOTI, 2015), inclusive sobre as mulheres. Por isso pode ser difícil para as mulheres, como observamos em diversos depoimentos, perceberem e defenderem-se dos abusos.

A falta de percepção sobre o abuso, apresentada no depoimento de Joana, não afeta somente as crianças, mas também as mulheres adultas. Uma pesquisa promovida pelo Instituto Avon (2015) sobre violência contra as mulheres em ambientes universitários aponta que 10% das entrevistadas relatam, em resposta espontânea, ter sofrido violência masculina na universidade e em festas. No entanto, quando são apresentadas às mesmas entrevistadas uma lista com diversos tipos de violência, ou seja, em pesquisa por meio de respostas estimuladas, o número de mulheres que reconhece ter sofrido algum tipo de violência sobe para 67%. A grande diferença de percentual entre as respostas espontâneas e as estimuladas pode ser atribuída à falta de conhecimento das mulheres sobre o que é violência. Essa falta de compreensão de um público que se espera que tenha um maior desenvolvimento intelectual e com isso maior capacidade de discernimento, haja vista que se trata de mulheres universitárias, pode ser atribuída à naturalização da cultura patriarcal que coloca os homens como aqueles que tudo podem e as mulheres na posição de objetos, inclusive sexuais, assim como à necessidade de debate e reflexão sobre entendimento de conceitos em constante construção. Observa-se, desse modo, que

a socialização de meninas, para mantê-las ingênuas e vulneráveis, permanece vigente na sociedade atual.

Com vistas a discutir como a prática da socialização de gênero transparece nos depoimentos da mobilização #MeuPrimeiroAssédio, recuperamos a manifestação de Cathy (Depoimento 5). Cathy relata que tem a lembrança de sua avó cobrindo as suas pernas na presença de homens desconhecidos quando ainda era criança. A cobertura das pernas realizada pela avó destinava-se a protegê-la de situações de perigo que sua “inocência não via” (linhas 03 e 04). Revela-se aqui que o medo está no desconhecido, visto que Cathy não foi orientada a cobrir-se na presença de homens conhecidos, como membros e amigos da família. Evidencia-se também a proteção da infância como responsabilidade das mulheres mais experientes, haja vista que Cathy atribuiu a sua avó, a tarefa de proteger a ela mesma e a sua filha, mãe de Cathy, de situações de assédio. Situação a qual Cathy indica igualar-se à mãe e à avó agora que é adulta, quando escreve: “Já foram tantos assédios nesses 31 anos que já nem me lembro bem qual foi o primeiro” (linhas 02 e 03). Apesar da atitude protetiva da avó, observa-se que não há menção de uma explicação dela à neta sobre o motivo de ter que cobrir as pernas, podendo ser, devido ao tabu de falar sobre sexo e violências sexuais. Desse modo a tentativa de educação e preservação da neta pela avó é falha, pois seu ensinamento é difuso e incompleto, mantendo Cathy em estado de ignorância, pelo menos parcial, sobre a necessidade de “se cuidar”.

A experiência de Cathy (depoimento 5) é semelhante à problematizada por Davis (2017), a qual escreve que Susan Griffing, em seu artigo “Estupro, o crime americano por excelência” (1971), relata que quando era pequena foi chamada por sua avó para uma conversa reservada, longe dos homens, na qual ensinou à neta que os “homens estranhos” queriam fazer mal às meninas e que elas deviam evitar andar em locais escuros e não falar com desconhecidos. No entanto, mesmo com esse ensinamento, ela somente compreendeu o medo de sua avó quando foi vítima de tentativa de estupro. Ambos os depoimentos, de Cathy e de Susan, mostram que as mulheres, por vezes, recebem os mesmos conselhos de suas ancestrais femininas, mas contra a que são prevenidas não fica explícito. Talvez porque ainda seja tabu falar sobre violências sexuais em casa, em especial com crianças. Se a educação sexual em escolas e a explicação sobre o nascimento dos bebês ainda é tabu, o que podemos esperar sobre conversar a respeito da violência sexual?

A sexualidade ainda é tabu em nossa sociedade e a invisibilidade e o silêncio sobre o tema são prejudiciais à compreensão de crianças e jovens sobre o que é abuso. Diante da falta de orientação parental, os adolescentes procuram se informar junto a amigos, que sabem tão pouco quanto eles (SOUSA, FERNANDES, BARROSO, 2006). Talvez se as universitárias participantes da pesquisa do Instituto Avon (2015) tivessem tido um diálogo sobre sexualidade em casa, ou, ainda na escola, teriam uma compreensão diferente sobre o que é abuso e violência contra a mulher. A pesquisa desenvolvida por Sousa, Fernandes e Barroso (2006) é restrita à família de uma adolescente grávida, no entanto, pode-se observar que nela emergem conceitos que estão arraigados em nossa cultura. O estudo evidencia a falta de oportunidade enfrentada pelos jovens em conversar e esclarecer dúvidas com figuras parentais e/ou responsáveis sobre sexualidade, podendo tal fato ser relacionado ao medo de serem repreendidas. Desse modo, o tabu veda ao jovem a aprendizagem sobre o sexo (SOUSA, FERNANDES, BARROSO, 2006) e, conseqüentemente, sobre a violência sexual, conforme pode-se inferir a partir da falta de compreensão observada nos depoimentos de Joana (Depoimento 1) e Cathy (Depoimento 5).

Ainda nesse sentido, Joana (Depoimento 1) relata não ter percebido o risco de ir para os fundos da sorveteria com o homem, até que ele a bolinasse (linhas 09 e 10). Essa não é uma situação isolada. “O fato de que praticamente todas nós podemos recuperar episódios similares [aos de Joana] em nossa infância é a prova de que o grau de violência misógina condiciona a experiência feminina em sociedades como as nossas” (Davis, 2017: 43). Os abusadores extrafamiliares, como no caso de Joana, costumam buscar o contato com sua(s) vítima(s) em espaços onde a presença de crianças é mais frequente, como creches, escolas, parques e locais em que há maior frequência infantil (MATIVI, ROMERA, 2013). O abuso de Joana foi realizado em uma sorveteria, um espaço com grande circulação de crianças, e o argumento usado para a busca do brinquedo – a bicicletinha – guardada no estoque, pode ter sido um artifício usado para concretização do abuso de diversas crianças.

As crianças não são vítimas de violência da mesma forma, ou seja, possuem diferentes condicionalidades que as vulnerabilizam em maior ou menor grau à violência sexual. De Antoni et al. (2011) problematiza a questão da influência da pobreza e desigualdade social como possíveis influenciadores do abuso sexual extrafamiliar, sendo a privação econômica importante fator de risco para a exploração

sexual de crianças e jovens. Incluímos aqui também a questão racial (haja vista discussão no capítulo 2.1.4 deste estudo) como fator interseccional influente na violência contra as mulheres negras. A falta de escolas e creches é outro fator de risco, pois deixa a criança mais tempo na rua, exposta a esse tipo de violência. A falta de recursos financeiros para alimentação familiar também pode colocar a criança em situação de abuso, quando uma carícia pode ser permitida em troca de alimentação, inclusive com consentimento dos seus cuidadores. Temos ainda as crianças que vivem em situação de rua, as quais não contam com qualquer proteção (DE ANTONI et al., 2011). Enfim, são muitas as condições socioeconômicas e raciais que colocam as crianças em situação de vulnerabilidade ao abuso extrafamiliar, o que não significa que crianças brancas pertencentes à classe econômica mais elevada também não sejam vítimas deste tipo de violência, embora os riscos e o tipo de exposição ao abuso sejam diferentes.

Saffioti discute que “a mulher é socializada para conduzir-se como caça que espera o “ataque” do caçador” (2015: 28). As meninas são ensinadas, principalmente pela mídia, a seguirem padrões estéticos, a serem magras, mas não o suficiente para ficarem sem “curvas”, para agradar os homens. Cabelo, maquiagem e roupas “provocantes” completam o estereótipo da mulher objeto, que deve estar à disposição para satisfazer os homens, inclusive concedendo a eles favores sexuais, já que são socializadas para sentirem-se lisonjeadas quando são desejadas.

4.1.3 Como as meninas veem o abusador

Ao descrever a aparência do dono da sorveteria, “O homem, de mais ou menos 60 anos e semblante inofensivo” (linha 07), Joana (Depoimento 1) parece construir a ideia de que o homem não lhe desperta desconfiança. Em primeiro lugar, Joana descreve o homem como tendo um o semblante inofensivo. Tivesse o homem aspecto ameaçador, talvez Joana desconfiasse do convite, mas com uma aparência “normal” o homem não levanta suspeita de assédio. Além disso, Joana o caracteriza como uma pessoa de cerca de 60 anos. É interessante observar como o fator idade também é mobilizado como indicador de ausência de ameaça. Nesse sentido, ter aparência de uma pessoa de 60 anos, ao que parece, opera para acionar a categorização inofensivo, em oposição a abusador, a partir de associações entre fator idade e práticas de atividades relacionadas. Explicando em outras palavras, no senso comum,

não se associa a prática sexual (abusiva ou não) a uma pessoa mais velha. Assim, de maneira similar ao uso frequente de menção do fator idade como um descritor de inocência nas publicações discutidas neste trabalho (veja-se seção 1.1), percebe-se o emprego do descritor idade operando como categorização de homens supostamente não ofensivos ou abusadores.

No relato de Alice (Depoimento 3), que descreve o assediador como “careca e grande” (linha 04), a associação entre elementos descritores e fatores potenciais de risco de abuso dá-se em partes. Se, por um lado, o descritor “grande” remete à força física e, por inferência, à incapacidade de Alice de enfrentar o homem que a perseguiu, por outro lado, o descritor “careca” não parece oferecer relação nesse sentido. Uma hipótese a ser considerada, nesse caso, é a possível relação entre o descritor “careca” e o ideal de homem “feio” ou “bonito.” É possível que tais características possam estar mais associadas ao imaginário coletivo do que seria um homem abusador, do que a descrição apresentada por Joana. Pelo menos, serviram para Alice suspeitar de um possível abuso, em adição ao fato do homem desviar do seu próprio caminho para seguir o caminho escolhido por ela e por lhe abordar com perguntas. Alice percebe a possibilidade de ameaça e foge da tentativa de abuso (linhas 01 a 08).

Joana (Depoimento 1) atribui ao homem uma descrição que não se alinha ao imaginário de característica atribuída a um abusador, como a descrita por Alice (Depoimento 3). Dessa forma, ambas as participantes da mobilização contribuem para a crença de que o abusador pode ser identificado por determinados atributos físicos. No entanto, em entrevista à *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* (1986), a Delegada Titular da Mulher, Rosemary Correa, ao ser questionada sobre a possibilidade e traçar o perfil de um estupro, responde que isso não é possível, pois não se consegue encontrar um ponto em comum entre eles. A dificuldade de estabelecer um perfil dos estupradores pode contribuir para que as mulheres não os identifiquem antes de serem violentadas. Algumas características construídas socialmente podem estar mais ligadas ao imaginário social construído com base em estereótipos. Nesse sentido, é frequente vermos nas telas de TV, cinema e mesmo na literatura, os “homens maus” serem caracterizados por tatuagens, cicatrizes etc. Também, tendem a ser caracterizados como alguém de alta estatura, que usa barba e esconde-se atrás de óculos escuros ou sobretudos. Em comparação à

caracterização desses primeiros, os “homens bons” são descritos pela “beleza” e simpatia, e, normalmente são, escanhoados e limpos. Apesar dessas tipificações de senso comum, o estupro pode ser realizado por qualquer homem, independentemente de sua aparência física, seus modos e ou vestimentas.

No que se refere ao traçado de perfil de potenciais agressores, uma pesquisa sobre o tema do feminicídio argumenta que advogados e juízes atribuem a abusadores a identidade de homens comuns (*ordinary guys*), os quais cometeram o abuso em um momento de fraqueza, de “explosão”, ao serem provocados pelas mulheres (DOBASH et, al: 2004). Classificando-os como comuns, pode-se inferir que a estratégia por detrás dos advogados de defesa de abusadores consiste em diferenciá-los dos homens que realizam feminicídios²¹ contra as mulheres, os quais teriam um perfil criminal. Dito de outra forma, a defesa de abusadores apresenta argumentos para a construção de uma identidade de seus clientes como homens comuns, em comparação com aqueles que possuem algo incomum, os assassinos de mulheres. No entanto, estudos a partir da década de 1970 centram o foco no fato de que o homem comum age, sim, dentro de um contexto social de poder e dominação masculina sobre o feminino. Desse modo, a violência exercida por eles não pode ou não deve ser considerada incomum ou extraordinária (DOBASH et. al., 2004). Desse modo, pode-se afirmar que os homens que cometem feminicídio são homens comuns agindo dentro do padrão naturalizado pela cultura patriarcal. Entende-se que essa constatação aplica-se também aos homens que cometem violência sexual, visto que ela dá-se em um estágio anterior ao feminicídio na escala de violências contra as mulheres.

Cerqueira e Noronha (2004) mostram que a mídia utiliza algumas reportagens para construir o perfil dos estupradores. Tal perfil é “baseado em estereótipos sociais dos “perigosos” e na lógica da mercantilização da notícia, em que a dramatização se sobrepõe à informação.” (CERQUEIRA, NORONHA, 2004: 170). Estereótipo que pode ter embasado a descrição de Cathy (depoimento 5) ao homem que a assediou como aquele que tem “cara de tarado” (linha 09). A estereotipação social do homem “perigoso”, além de colaborar para a manutenção de “exclusões reais e simbólicas”

²¹ Ver seção 2.1.3 *Dados estatísticos*.

(CERQUEIRA, NORONHA, 2004), não retrata o real perfil do estupro, visto que não há um perfil do “estuprador”, ou seja, qualquer um pode sê-lo.

Segato (1999), ao discutir sobre masculinidade, abuso e poder, em estudo sobre estupro em situação de prisão, apresenta a visão de Plummer (1984), o qual aponta que os homens são criados para exercer o controle e neste sentido a violência é o braço armado do patriarcado para exercer a dominação sobre as mulheres (BIGLIA, 2007). A falta de segurança ou ausência da manutenção desse domínio produz nos homens um sentimento de inferioridade, sendo que homens pertencentes às classes sociais mais baixas e minorias podem usar o estupro como meio de adquirir o poder que não possuem em uma sociedade controlada aos homens brancos, heterossexuais e ricos. Com isso, não estamos afirmando que questões de raça e classe social são determinantes para a realização do abuso, tampouco que homens mais abastados economicamente e de supremacias raciais não realizem violência sexual contra as mulheres. Dizemos apenas que essas são condicionalidades que podem interferir na perda e conseqüente busca pelo controle e realização de atos violentos contra as mulheres.

A descrição racial do abusador não foi observada em nenhum dos depoimentos ou comentários analisados. Entretanto a questão racial constitui uma importante discussão quando se trata do imaginário coletivo sobre o homem estupro. Falando sobre algumas crenças sobre o estupro, Angela Davis (2017) apresenta o mito do homem negro estupro. Há um mito junto às mulheres brancas de que os estupros tendem a ser realizados em maior frequência por homens negros. Crença que é fruto do racismo ainda presente em nossa cultura e que leva à ampla marginalização destes homens. Outra informação relevante acerca do mito do homem negro estupro, segundo Davis (2017: 46), é o fato de que o número de estupros realizados por homens brancos é mais elevado do que aqueles realizados por homens negros. Nas palavras da autora, “mais de 90% de todos os estupros são intrarraciais e não inter-raciais” (DAVIS, 2017: 46). Dito de outra forma, em sua maioria, mulheres brancas são estupradas por homens brancos. Ainda, o número de homens brancos que estupram mulheres negras é superior ao número de homens negros que estupram mulheres brancas. Tal fato também é fruto de uma cultura racista, centrada no homem branco e heterossexual, a qual permite que ao longo dos séculos os homens brancos estuprem as mulheres negras, primeiro enquanto escravizadas, depois, enquanto

suas empregadas domésticas. No entanto, o racismo leva à criação do “mito do estuprador negro” (DAVIS, 2017). E, assim como há o mito do estuprador negro, há o mito do que o estuprador tem um perfil. No entanto, como revelam as descrições das participantes da mobilização em discussão, ele é um homem comum, seja ou não careca, grande ou com “cara de tarado, como relatam Alice e Cathy (Depoimentos 3 e 5, respectivamente).

Contribuindo para a discussão sobre o imaginário coletivo acerca o perfil do criminoso sexual, Suárez et. al. (1999) apresenta os resultados de uma enquete, a qual apontou que 77% dentre 243 respostas dos entrevistados afirmam que existe um tipo de pessoa que realiza crimes sexuais. Ao descreverem características do homens que as abusaram, Joana, Alice e Cathy (Depoimentos 1, 3 e 5, respectivamente) desvelam a tendência de tipificar o agressor por sua aparência. Dessa forma, percebe-se que o imaginário coletivo assume que certas características pessoais são mais alinhadas do que outras no ato de identificar um homem como abusador.

Curiosamente, diferentemente do depoimento de Joana, Alice e Cathy, que apresentam características fenotípicas dos abusadores, os entrevistados na enquete realizada por Suárez et. al. (1995), ao serem questionados sobre o possível perfil de um abusador, expressam características ligadas à patologização, à exclusão social e ao distúrbio de caráter. Ao lado disso, os entrevistados referem “estuprador” ou “qualquer um” para caracterizar abusadores. Suárez et. al. (1995) considera que a identificação “qualquer um” as respostas dos entrevistados não constrói uma categoria de responsáveis pelos crimes sexuais. No entanto, se considerarmos a teoria de homem comum (DOBASH et. al, 2004), as respostas alinhadas à definição “qualquer um” estariam mais próximas do perfil de abusador, ou seja, o abusador é o homem comum, é “qualquer um”.

Em referência à patologização, não é raro ouvir que o abusador é louco ou doente, categorizações que nem sempre buscam conscientemente desculpabilizar o agressor, mas desconsideram o fato de que quem tem distúrbios mentais não responde por seus atos e, desse modo, não pode ser culpabilizado pelos abusos realizados. No entanto, o abuso sexual de crianças, assim como qualquer violência contra a mulher não é uma doença, mas um exercício de dominação e poder do homem sobre a mulher ou a criança (SAFFIOTI, 2015), no caso do depoimento apresentado por Feminismo Atual, inclui as duas características.

A Pesquisa Violência Sexual: percepções e comportamentos sobre violência sexual no Brasil, mostra que 32% dos entrevistados acredita que a violência sexual é exercida por causa de doença mental. Ainda, 69% dos homens ouvidos na pesquisa acreditam que as agressões se dão por que os homens não conseguem controlar seus instintos, enquanto o percentual de mulheres que acredita nisso é de 65%. Como problematiza Minayo (2006), a patologização do agressor é uma explicação psicologicamente inaceitável, e esta percepção ainda é amplamente aceita pela população, independentemente do sexo, assim como a ideia de que a sexualidade masculina, justificada no biológico, é irreprímível.

Além das características físicas e biológicas referidas na construção da identidade do agressor trazidas por Joana, Alice e Cathy, observamos nas postagens que, em algumas circunstâncias, o abusador é identificado como um parente ou alguém próximo à família. A mesma constatação é escrita por Vanessa (comentário 32 ao depoimento 10):

Depoimento 10/ Comentário 32

*02 **Vanessa:** [...] Triste é perceber que as histórias possuem sempre os mesmos
03 detalhes em comum, um 'amigo de família', alguém próximo, vc muito jovem,
04 silêncio, dor, culpa, vergonha, a mente bloqueia, "é invenção da minha cabeça", e
05 por ae vai... [...]*

Vanessa discute que os relatos da mobilização #MeuPrimeiroAssédio apontam para um grande número de depoimentos com o mesmo perfil do abusador, qual seja, amigo da família ou alguém próximo à vítima (linhas 02 e 03), não levantando, muitas vezes, suspeitas sobre o risco do abuso. Observação que encontra ressonância no fato de o maior número de abusos registrados contra as mulheres, incluindo os que ocorrem na infância, é realizado por parentes ou pessoas muito próximas às vítimas (SAFFIOTI, 2015; MINAYO, 2006; AMAZARRAY, KOLLER, 1998).

A mesma compreensão é observada no depoimento de Amanda:

Depoimento 10/ Comentário 33

*01 **Amanda** [...] O abusador na maioria das vezes não é um cara na rua. É o
02 primo, tio, irmão, padastro, pai, avô... E ninguém vai acreditar no seu escândalo*

03 quando você é uma menina de 6 anos de idade. Essa foi a idade em que o filho
04 da vizinha colocou o Pênis pra fora, ficou esfregando num bichinho de pelúcia,
05 e depois me fez segurar. Não contei pra ninguém. Mas eu sabia que tava
06 errado. E essa memória me veio. E eu percebi que eu tinha sido abusada no
07 mesmo dia, quando um amigo insistiu em tocar em mim sem minha
08 autorização, na minha coxa... Repetidas vezes.

O relato de Amanda, feito em forma de comentário ao depoimento de Virgínia (Comentário 33 ao depoimento 10), aponta que sua compreensão é a de que os abusos em sua maioria não são realizados por pessoas estranhas, mas por familiares da vítima. Amanda, em sua experiência de abuso, amplia sua categorização de abusadores, passando do núcleo familiar para o núcleo social, de pessoas próximas, ao relatar que ela mesma foi assediada quando criança pelo filho da vizinha e posteriormente por um amigo. Situação alinhada ao que apontam dados registrados em centros de saúde em 2016, dos estupradores de crianças com até 13 anos, 30% são amigos ou conhecidos da família e 30% são familiares, descritos como pai, padrasto, irmão e mãe, deixando de fora tios, avôs, e primos. No caso de adolescentes entre 14 e 17 anos, esses percentuais são de 26% e 15% respectivamente (IPEA, 2018). O que não significa necessariamente que o número de abusos diminui com o aumento da idade das mulheres, mas que a sua configuração muda, passando de parentes para atuais e ex-companheiros, situação frequentemente não reconhecidas nem pelas mulheres, nem pela sociedade como estupros.

O relato na página Feminismo Atuarante (Depoimento 5) evidencia o medo da menina de ser abandonada pelo namorado, ou seja, alguém próximo da vítima, fazendo com que ela “cedesse” à pressão, permitindo um intercursos sexual, configurando um abuso sexual de um homem de 23 anos à uma criança de 12 (linhas 08 e 09), o que constitui estupro de vulnerável. O fato de ela pensar estar em um relacionamento coloca o homem, no imaginário da criança, em uma posição de companheiro ou namorado, de quem, não se espera que seja um abusador. Desse modo, a mulher evidencia a sua dúvida, que a acompanha desde a infância até a vida adulta, sobre se o que aconteceu configura abuso ou não (linhas 02 e 03).

Os atuais e ex-companheiros (cônjuges ou namorados), constituem 15% dos estupradores de adolescentes entre 14 e 17 anos e 17% para mulheres com 18 anos

ou mais (IPEA, 2018). Tendo em vista que muitos casos de abusos de companheiros não são registrados, esses números podem ser muito maiores, como o caso de meninas que não compreendem que é estupro manter relações sexuais sem vontade ou consentimento exemplificado no relato da Fanpage Feminismo Atual, pois são socializadas para estarem sempre à disposição para o sexo com seus namorados objetivando não “perdê-los”. Na socialização de gênero as mulheres são ensinadas a não se proteger, mas a conceder favores sexuais para manter namoros, casamentos, até empregos e outros postos (SAFFIOTI, 2015).

Se por um lado há familiares, pessoas conhecidas e companheiros que teriam a obrigação de cuidado em relação às vítimas, por outro lado há os “homens estranhos”, que se aproximam em motos e carros e estão associados ao imaginário de abusadores. Alice (Depoimento 3) além de atentar para as características físicas do assediador, conforme já discutido, demonstra a ideia de percepção do perigo ao manifestar sentimento de fraqueza nas pernas e aceleração cardíaca (linhas 08 e 09). O fato de Alice indicar não ter respondido a pergunta do homem (linhas 06 e 07) bem como o uso de passos largos para chegar a uma rua mais movimentada corrobora com o estado de alerta para o perigo sentido naquele momento.

Mariana (Depoimento 12) relata ter passado por situação semelhante à de Alice, ao ser assediada por um desconhecido. Ela conta em seu depoimento que no seu caminho para a escola, o qual percorria a pé e sozinha, observou um homem em uma moto que passou vagarosamente olhando para ela. Mariana estranha a situação e corre para a escola em busca de apoio (linhas 02 a 08). O relato de Mariana sugere a ideia de que o fato do homem ter passado de moto, em baixa velocidade e olhando para ela faz com que ela desperte para possibilidade de perigo. No entanto, somente quando o homem passa pela segunda vez por ela e já manipulando seu órgão sexual, ela foge. Neste depoimento, Mariana revela estar atenta para comportamentos “estranhos” de homens, como passar repetidas vezes de carro e lançar olhares insistentes, que podem evidenciar a sua identidade de abusador. Ideia manifestada também no comentário de Julia, como observamos no excerto abaixo:

Depoimento 12 / Comentário 2 / Respostas 2.1 e 2.2

*01 **Júlia:** Isso aconteceu cmg tb! exatamente assim! Mas o cara estava de bicicleta
02 e eu tinha uns 17 anos, estava indo comprar pão na padaria! [...]*

Tal percepção também é evidenciada nos conselhos de senso comum dado às mulheres de “não entrarem em carro de estranhos”. Imaginário social que percebe o recurso do abusador valer-se do carro como ferramenta para capturar as mulheres e crianças para então violentá-las. Este e outros conselhos dados por mãe as suas filhas, como “não beber nada no copo de ninguém” e “não aceitar nada de estranhos”, criam a ideia de que o abusador é o “estranho”, é aquele que está fora do âmbito familiar e social da vítima. E, desse modo, as mulheres não são socializadas para terem cuidado dentro de suas próprias casas ou em suas relações pessoais, embora as recomendações em relação a estranhos, mesmo que veladas, como se assumiu no relato de Davis (2017), também constituem uma tentativa [menorizada] das mulheres educarem as mais jovens.

O abuso extrafamiliar, como as tentativas relatadas por Mariana e Julia, o qual é perpetrado por pessoas externas à família, também acontece em grande número e é pouco notificado, desta maneira parecendo ser menos frequente. Pesquisas (AMAZARRAY, KOLLER, 1998) mostraram que abusos extrafamiliares envolvendo mulheres menores de 18 anos representam uma parcela de 15% a 21% do total de abusos. Já os dados do Atlas da Violência (IPEA, 2018) apresentam que quanto maior a idade das vítimas, mais elevado é o percentual de violência sexual perpetrada por desconhecidos, constituindo 32% faixa dos 9 aos 13 anos; 32% entre 14 e 17 anos e 53% em mulheres com 18 anos ou mais. O fato de as mulheres frequentarem mais os espaços públicos do que as crianças e adolescentes pode explicar essa maior frequência.

4.1.4 A culpa relatada pelas meninas

É frequente nos casos de abuso sexual envolvendo crianças que elas sintam culpa e estejam vulneráveis a sentimentos confusos, que podem ser ainda mais perturbadores quando a criança sente prazer (SELL, 2016). Além disso, muitas vezes, elas desconhecem que sofreram abuso. A vergonha e a culpa, aliadas à posição hierarquicamente inferior das crianças nas relações parentais e sociais, são motivos impeditivos para que elas denunciem a violência que lhes foi imposta e cheguem à fase adulta sem terem denunciando o abusador ou mesmo contado a alguém sobre o fato (REZENDE, 2013; AMAZARRAY, KOLLER, 1998). O depoimento de Joana

(Depoimento 1) mostra ressonância com a pesquisa de Resende (2013) e Amazarray e Koller (1998), em que pese sua afirmação de ter sentido “medo, culpa e nojo por muitos anos” (linhas 12 e 13) ao ser abusada.

A ideia de culpa também é manifestada no relato da mulher enviado à *fanpage* Feminismo Atuarante (Depoimento 4), o que contribui para a construção de sua identidade de corresponsável ou, pelo menos, conivente com abuso. A mulher inicia o relato com um pedido de ajuda para esclarecer se o fato ocorrido com ela aos 12 anos de idade foi ou não sua culpa (linhas 02 e 03), evidenciando ainda sentir-se incomodada com este fato. Conta que com medo de ser deixada pelo homem com o qual acreditava ter um relacionamento, cede à pressão e “aceita” ter uma relação sexual mesmo estando insegura sobre o fato (linhas 08 e 09). No depoimento de Joana fica evidente a manifestação do duplo poder: (1) do homem sobre a mulher e (2) do adulto sobre a criança, fazendo com que esta não reaja ao abuso, embora, no momento do ato, tenha pedido que ele parasse e fugido (linhas 08 e 09). A culpa deve-se ao fato de, em seu entendimento, ela sentir-se responsável por ter deixado que o homem fizesse sexo com ela. Saffioti (2015), argumenta que nos casos de violência sexual, no qual a vítima não tem culpa ou responsabilidade, muitas vezes ela sente-se como co-partícipe do crime. Essa percepção gera culpa, que tende a ser maior quanto mais elaborado for o processo de sedução, o laço de afeto ou o prazer sentido no ato. O sentimento de culpa expresso no depoimento 4 é a materialização de que “as mulheres são culpabilizadas por quase tudo o que não dá certo” (SAFFIOTI, 2015: 67), ou se auto culpabilizam, inclusive por serem estupradas.

Saffioti (2015) recorre a Pateman (1993) para explicar a “doutrina política do contrato”, referindo-se à imposição da subjugação feminina aos homens e ao direito destes aos corpos das mulheres através do sexo. Tais questões estão inclusas no pacto original, o qual compreende o contrato social (referente à liberdade) e o contrato sexual (referente à sujeição). Dito de outra forma, o contrato original refere-se a liberdade masculina e a sujeição feminina, concedendo aos homens o “direito patriarcal” sobre as mulheres. O depoimento 4 apresentado na *fanpage* Feminismo Atuarante é uma exemplificação de como essa lógica do contrato original e do patriarcado continuam atuantes na sociedade. Em termos práticos, o contrato sexual implica a concessão feminina ao sexo mesmo contra a sua vontade; o que em termos morais faz com que a mulher sinta-se culpada por ter cedido aos desejos do homem.

Devido à crença oriunda da cultura heteronormativa patriarcal, a mulher deve sentir-se lisonjeada quando um homem a deseja sexualmente e estar sempre pronta para o sexo independente de seu desejo. Essa crença é ainda arraigada no imaginário feminino de algumas mulheres que sofrem abuso, em especial por seus companheiros, e elas ainda podem duvidar ou mesmo não perceber que fazer sexo sem sua vontade é estupro. A pressão sobre a mulher para realização de sexo contra a sua vontade pelos parceiros não encontra respaldo criminal na legislação nacional, contribuindo para a perpetuação da naturalização dessa prática. O entendimento do estupro como “o uso e o abuso do corpo do outro, sem que o outro participe com intenção ou envolvimento compatível” (BIGLIA, 1999: 388) abarca as violências sexuais de forma mais ampla e complexa e contribui para o questionamento de práticas abusivas naturalizadas.

Sagot (2008), destaca três fatores mundialmente associados à violência: (1) normas sociais que justificam o sentimento de posse da mulher pelo homem; (2) a destinação ao homem dos recursos e tomadas de decisões nas famílias, e (3) a associação da masculinidade ao controle dominação e honra. Dessa forma a violência contra as mulheres constitui uma combinação de fatores pessoais, situacionais, relacionais e estruturais (SAGOT, 2008). O mesmo aspecto que confere ao homem a posse sobre as mulheres atribui a elas o desejo de serem possuídas pelos homens. Dessa forma, perpetua-se a crença de que seus corpos pertencem a eles, permitindo-lhes serem dominadas pelos homens. A manipulação e subjugação das mulheres começa já na infância, por meio da educação diferenciada das meninas para se encaixarem nos moldes da cultura patriarcal em que ocorre uma contradição entre “permitir” o sexo e sentir culpa por “consentir” o abuso, situação que foram subjetivadas para aceitar.

O sentimento de culpa e desejo de se desvencilhar desse sentimento, em casos de abuso, é evidenciada por Mariana (Depoimento 12), que descreve a roupa vestida na data da violência, mostrando que não fazia uso de peças tidas como provocantes ou sedutoras (linhas 12 e 13), e dessa forma, desconstruindo a identidade de sedutora na tentativa de abuso sofrida. Mulheres e crianças, muitas vezes, são desacreditadas ao realizarem seus relatos, seja por não terem resistido à violência sexual perpetrada no âmbito familiar, seja por usarem roupas tidas como

provocantes ou por estarem alcoolizadas²². “Desvela-se, assim o discurso patriarcal inscrito nas teorias da provocação, da conivência e cumplicidade femininas” (NARVAZ, KOLLER, 2007: 79), em que as as mulheres são culpabilizadas por instigarem a sexualidade masculina. Não se pode afirmar, mas talvez por ter compreensão com base no imaginário social que coloca as mulheres como coautoras das violências sofridas, que Mariana tenha utilizado descrições, expostas a partir de reparo (SALIMAN, CONCEIÇÃO, 2009), para isentar-se da culpa, que de fato não é sua (SAFFIOTI, 2015).

Na mesma linha de argumentação de Saffioti (2015), Narvaz e Koller (2007), Arruda e Luz (2013) problematizam que mulheres são treinadas para sentir culpa e culpabilizar outra mulher em casos de violência. Apesar deste senso de culpabilização da mulher, produto da cultura patriarcal, por meio do qual a mulher é posta em posição de inferioridade em relação ao homem, mobilizações como #MeuPrimeiroAssédio cumprem a função de questionar e permitir que novas ideias e conceitos sejam discutidos, trabalhando a favor da desnaturalização e da desconstrução da co-participação das mulheres em casos de violência e, conseqüentemente, da culpa. Conforme se percebe nos comentários de Bruna e Lilian (comentários 2 e 4, respectivamente) à publicação apresentada por Feminismo Atual (depoimento 4):

Depoimento 4 / Comentário 2

01 **Bruna:** Querida se você ler esses comentários quero que saiba que não foi tua
02 culpa. Tu era uma criança e ele um pedófilo nojentto. [...]

Depoimento 4 / Comentário 4

01 **Lilian:** A culpa não foi sua! Tire esse peso das duas costas, mana! Você foi
02 vítima de um pedófilo! [...]

Alguns abusos começam com um processo sutil e complexo de sedução, composto por pequenos toques e gestos, que podem ser percebidos pela vítima apenas como carinho e em seguida evoluindo para o contato genital e oral (SAFFIOTI, 2015). Nesse sentido, os comentários de Bruna e Lilian mostram a compreensão de algumas mulheres sobre o que ocorreu, na tentativa de desculpabilizar a vítima.

²² Ver seção 2.2.2 Violência sexual: conceitos e definições.

Ambas identificam o abusador como pedófilo, imaginário que vai ao encontro da definição trazida por Rezende, a qual argumenta que todo o jogo sexual realizado pelo agressor, em uma relação hétero ou homossexual, em que ele encontra-se em “estágio psicossocial” mais adiantado que a criança ou adolescente abusado, caracteriza-se pedofilia (REZENDE, 2013). No entanto, a argumentação de Rezende e os comentários de Bruna e Lilian não atentam para o fato de que a pedofilia é catalogada pela Classificação Internacional de Doenças (CID) como um transtorno de referência sexual, patologizando e desresponsabilizando, desse modo, o abusador.

O abuso realizado por homens raramente tem como motivação desejo sexual, mas constitui um ato de poder e dominação sobre mulheres (KRUG et al., 2002), não havendo justificativa baseada na patologização ou no instinto incontrolável masculino para explicar as agressões. A violência sexual tem como base a premissa patriarcal de que a posse do corpo da mulher é um direito masculino, não sendo permitido à mulher negar as investidas sexuais dos homens, embora, os homens corriqueiramente desconsiderem a autonomia feminina sobre decidir acerca de seu corpo (SAFFIOTI, 2015; KRUG et al., 2002). Assim, pode-se afirmar que, a violência contra a mulher não é patológica, mas, sim, cultural (SAFFIOTI, 2015). Seguindo essa mesma linha de pensamento, simplificar o abuso às crianças como pedofilia é contribuir para a patologização da violência sexual e conseqüente diminuição da responsabilidade masculina sobre seus atos violentos. A patologização do abuso também limita a violência sexual à conseqüências de relações interpessoais, ao invés do abuso ser compreendido como uma questão social. O “exercício violento da sexualidade serve o propósito de perpetuar a hierarquia de gênero e, mais precisamente, o poder masculino” (SUÀREZ, BANDEIRA, 1999: 37).

4.2 Mulher Ideal

*“[...] vc é um doce de mulher rs deve ser ótima mãe esposa filha etc fora
uma chef consagrada no nosso país [...] vc está aí...
linda e realizada em todos os sentidos.”*
(Depoimento 1 / Comentário 4)

4.2.1 Mulher bela

Como apresenta a discussão do capítulo teórico deste trabalho, o conceito de gênero difere do conceito de sexo, estando o primeiro ligado às características biológicas e o segundo à construção social e cultural de feminino e masculino (NOGUEIRA, SAAVEDRA, 2007; MINAYO, 2006; SAFFIOTI, 2015). Tal construção em nossa sociedade é baseada na cultura patriarcal, a qual estabelece uma relação hierárquica de poder do homem sobre a mulher, ocasionando uma diversidade de expectativas de papéis e atitudes de mulheres subjugadas aos interesses masculinos e deixando-as vulneráveis às violências que ferem seus corpos e almas (SAFFIOTI, 2015).

Desde a infância, espera-se que a criança tenha comportamentos diferentes de acordo com seu sexo e, para se adaptar a essas expectativas, a criança “incorpora tais informações ao seu autoconceito” (NOGUEIRA, SAAVEDRA, 2007: 12), assimilando estereótipos de gênero. A introjeção pelas crianças desses papéis que definem condutas e modos de agir e pensar consiste na educação diferenciada de gênero para cada um dos sexos. O essencialismo e a crença de que certas características são naturais aos homens e outras às mulheres define os denominados estereótipos de gênero. Às mulheres devem cumprir papéis de serem sensíveis, generosas e emocionais (NOGUEIRA, SAAVEDRA, 2007), bem como a necessidade de serem belas. A manifestação do estereótipo da beleza feminina evidencia-se no excerto abaixo.

Depoimento 1 / Comentário 31

01 Rita: Joana Te admiro cada vez mais. Parabéns pela decisão, força e coragem.

02 Grande beijo linda moça.

Rita (Comentários 31 ao depoimento 1) atribui à Joana as características de bonita e jovem (linha 2), estereótipo de beleza como uma tentativa de amenizar a situação passada por Joana, como se o fato de ser bela e moça (linha 2) diminuísse o impacto do abuso sofrido. Lysardo-Dias (2007) discute que, entre suas estratégias de persuasão, a publicidade brasileira, a qual tem papel fundamental na manutenção de estereótipos, vale-se do clichê da juventude, o qual é interrelacionado com o da beleza, sendo utilizados como padrões de referências pré-estabelecidos para a

percepção da realidade. Nesse sentido, “o estereótipo funciona como um discurso social amplamente difundido que é renovado, atualizado e solidificado a cada situação de uso” (LYSARDO-DIAS, 2007: 26). A mídia possui poder de reforçar os estereótipos e tem padronizado os estilos de vida que concorrem para o aumento de casos de distúrbios alimentares, cirurgias plásticas e consumo de produtos de beleza (RIBAS, CALEIRO, 2012) pelas mulheres que tentam atingir o padrão estético estabelecido como ideal de beleza.

A juventude é um dos estereótipos que se refere à beleza (VEIGA, 2011), sendo relacionada ao alcance da felicidade (LYSARDO-DIAS, 2007). Além do estereótipo de beleza, o “corpo perfeito” também é associado ao ideal de “saúde, juventude e sucesso”, problematizam Castro e Pinto (2014). Desse modo, a aparência física assume papel de grande peso na vida das pessoas, sendo os “corpos magros e esculpidos” tidos como referências, em contraposição ao envelhecimento, é percebido como uma falta de cuidado consigo. (CASTRO, PINTO, 2014). A busca pelo corpo perfeito como forma de atingir o padrão de beleza valorizado na cultura patriarcal leva muitas mulheres a buscarem o refreamento ou a reversão do processo natural de envelhecimento do corpo. Saffioti (2010) problematiza que o envelhecimento é socialmente percebido de formas diferentes entre homens e mulheres, visto que as mulheres são cobradas para manter um padrão de beleza idealizado historicamente, e pautado em padrões de gênero difíceis de serem alcançados, de acordo com Veiga (2011). Dito de outro modo, as mulheres sofrem uma maior pressão e são mais discriminadas por não manterem a imagem de juventude, afastando-se do ideal de “ser mulher” (VEIGA, 2011). Enquanto ao homem é permitido o envelhecimento, sendo os cabelos grisalhos vistos como sinal de experiência e maturidade e a barriga protuberante percebida como charmosa; as mulheres com essas mesmas características, de modo oposto, são consideradas descuidadas (VEIGAS, 2011). Outra característica relacionada à beleza é a magreza, questão evidenciada no excerto em análise a seguir.

Depoimento 7 / Comentário 2 / Respostas 2.1 à 2.4

*01 **Jéssica:** Eu tbm sofri estupro produzi hormonios cedo demais me tornei*

02 ninfomaníaca com 8 anos, continuei sofrendo assédios até hoje, mas eu sei que

03 se eu postar isso, vão dizer que eu merecia ou vão querer saber quem foi o
04 pra me estuprar porque sou feia e gorda.

05 **Lilian:** Tu n é feia meu amor

06 Nem um pouquinho feia

07 E tu merece tanto apoio quanto qualquer uma de nós :c

08 **Jéssica:** Quando eu precisei de apoio fui silenciada, mas a mulher,
09 independente se for trans ou cis, a gente consegue superar isso porque somos
10 muito fortes :) muito!

11 **Lilian:** Eu acredito na tua força amor

12 De vdd

13 E se precisar de mim

14 Conta cmg

15 **Jéssica:** Qlq coisa to aqui sua linda ♡♡♡

Jéssica (Comentário 2 ao depoimento 7) manifesta o entendimento que possui sobre sua auto imagem, a saber, feia e gorda (linha 04), características que descreve como podendo motivar a atuação de *haters* sobre seu relato de abuso. Evidenciando, desse modo, seu entendimento de que as mulheres que não são alinhadas ao estereótipo de padrão de beleza não despertam interesse masculino e, portanto, seriam abusadas somente por loucos ou deveriam ser castigadas por sua falta de beleza sendo submetidas ao estupro (linhas 02 a 04). A identidade da mulher brasileira vem sendo construída de forma histórica, culminando em um modelo de mulher sexy e sensual (CASTRO, PINTO, 2014). O estereótipo de beleza da mulher brasileira, associada à sexualidade e à sedução tida como uma de suas características naturais, cria uma expectativa de que todas as brasileiras encaixem-se nesse padrão. Essa expectativa faz com que as mulheres se empenhem e sofram para alcançar esse ideal (CASTRO, PINTO, 2014), independentemente de raça e classe social. Desse modo, a “mulher se encontra em situação de submissão ao seu próprio corpo, a uma moralidade que prega libertação física e sexual somente se ela se enquadrar no padrão de beleza feminina” (CASTRO, PINTO, 2014: 38). Evidencia-se no relato de Jéssica essa associação entre beleza e sexualidade, qual seja, a necessidade de ser bela para despertar o interesse sexual masculino.

Interessante observar que Jéssica manifesta sua ideia sobre o estereótipo da beleza atribuindo-lhe ao pensamento de terceiros, não a si mesma, evidenciando a busca por distanciar de si o pensamento machista. No entanto, ela utiliza o *emoticons* similar ao jogo de vídeo game *Pacman*, em português chamado de “come-come”, no qual o jogador precisa fazer o “personagem” comer tudo o que vê à sua frente para vencer a partida do jogo. Mazur (2004) explica que a utilização de emoticons representam emoções e expressam variedades afetivas, devendo sendo passíveis de análises assim como a linguagem não verbal nas interações presenciais.²³

A resposta de Lilian (Resposta 2.1 ao mentário 2) manifesta tentativa de desconstrução da autoimagem de Jéssica, rebatendo a escolha dos descritores para se autodeclarar feia (linha 05), afirmando que Jéssica não é nada feia, nem mesmo um pouco (linha 06). Nota-se, assim, que a resposta de Lilian ao comentário de Jéssica foca no amparo ligado ao possível descontentamento dessa última com sua autoimagem. No entanto, pode-se dizer que Lilian age de forma a reforçar, em certa medida, o estereótipo de beleza perseguido por mulheres ao buscar aproximar Jéssica deste padrão. Em outras palavras, ao deslocar o foco do abuso para a aparência física de Jéssica, Lilian demonstra o grau de importância atribuído por ela à questão da aparência física em detrimento do ato de violência relatado na publicação. Lilian ainda utiliza formulações de casos extremos para incluir a si própria, além de Jéssica, dentro do grupo de mulheres que merecem apoio (linha 07), manifestando a opinião de que essas mulheres não são feias, visto que declara entender que Lilian “não é nenhum um pouco feia” (linha 06). Evidencia-se que a tentativa de Lilian de fortalecer a autoestima de Jéssica obteve êxito, mesmo que momentâneo, visto que essa última altera seu discurso, passando da posição de quem deveria ser penalizada por ser feia e gorda (linhas 03 e 04) para a posição de auto-inclusão no grupo de mulheres “muito” fortes por enfrentarem situações de abuso (linha 09). Lilian revela o seu respaldo ao novo sentimento de Jéssica, ao reiterar que crê na força da amiga (linha 10). Por fim, Jéssica retoma o tópico da beleza, elogiando a amiga e oferecendo-lhe apoio ao que precisar (linha 14). Não fica claro, mas talvez o emprego da palavra “linda” tenha sido utilizado por Jéssica no sentido da beleza da atitude de Lilian em apoiá-la, não especificamente

²³ Ver seção 3.1.3 Análise do Discurso Mediado por Computador.

relacionada à sua aparência física. Nesse caso, apesar de uma ampliação de visão sobre o que é ser belo, Jéssica aponta outro estereótipo feminino: a essencialidade das mulheres serem generosas (NOGUEIRA, SAAVEDRA, 2007).

O tópico da beleza física evidenciado na interação entre Jéssica e Lilian encontra respaldo na cultura patriarcal de que seria um presente às mulheres feias serem abusadas pelos homens, diferentemente do que evidencia o excerto abaixo.

Depoimento 7 / Comentário 3

*01 **Taiane:** Jéssica não te conheço e imagino o quão difícil deve ter sido passar e
02 ainda conviver com lembranças disso, se algum dia ousaram dizer que tu
03 mereceu indique um psiquiatra pra essa pessoa. Sobre tua aparência e forma
04 física vou t dizer oq digo todos os dias pra minha filha: "tu é linda, perfeita
05 exatamente do jeito que tu é." Tu é mto forte por passar por isso de cabeça
06 erguida.*

Taiane, que revela ser desconhecida de Jéssica (linha 01), manifesta compreensão pelo seu sentimento, evidenciando apoio. Em menção à concepção de Jéssica de que mulheres feias seriam estupradas somente como forma de castigo, Taiane aborda o machismo via conceito de patologização afirmar que quem pensa dessa forma possui algum distúrbio psiquiátrico, quando, na verdade, esse pensamento é fruto da cultura patriarcal que padroniza a beleza feminina e concede aos homens o poder sobre seus corpos. Vale mencionar, entretanto, que Taiane, em certa medida, propõe a quebra de estereótipos, assumindo as identidades de educadora e mãe ao manifestar a ideia de que as mulheres são belas independentemente de suas características físicas (linhas 03 e 04). Observa-se que Taiane não utiliza as palavras feia e gorda, valendo-se da expressão “aparência e forma física”, formas linguísticas que: (a) operam para mitigar os descritores selecionados por Jéssica para se auto avaliar e (b) mostram-se alinhadas às identidades de educadora e mãe reveladas por Taiane em sua pastagem.

Desse modo, mesmo Jéssica tendo amenizado sua fala em relação à autoimagem negativa ligada ao estereótipo de beleza feminina, como evidencia a sequência interacional com Lilian, não se pode afirmar que ela tenha desconsiderado o estereótipo de beleza feminina.

Além da mulher ser magra, ela para ser bela necessita ainda ter seios avantajados (LYSARDO-DIAS, 2007) e, acrescentamos, quadril largo. Se esse conjunto não ocorre, mesmo sendo magra, a mulher não é considerada bonita, ou atraente, como se pode evidenciar no relato de Mariana (Depoimento 12). Ao dizer que “sempre foi muito magra” (linhas 12 e 13), associado ao fato de vestir calça e uniforme, Mariana manifesta a ideia de que não seria atraente aos olhos masculinos e, portanto, não se enquadraria no estereótipo de beleza de uma mulher “estuprável”. Possivelmente atenta para a possibilidade de julgamento moral para o fato de que nenhuma mulher deve ser estuprada, Mariana realiza um reparo (SALIMEN, CONCEIÇÃO, 2009) manifestando a compreensão de que, independentemente de sua aparência física, não deveria ter sofrido violência (linhas 12 e 13).

A sociedade recebe massivas informações que moldam os estereótipos de beleza. Lysardo-Dias (2007) observa que em uma mesma revista há publicidade de produtos que prometem beleza, notícias com especialistas, fotos de mulheres magras e jovens, dicas de como não sair da dieta e potencializar a queima calórica, entre outros conselhos relacionados à obtenção ou manutenção da beleza, com o objetivo de alcançar a felicidade. Como qualquer outro estereótipo, uma crença errônea, uma generalização infundada e privada de criticidade (LYSARDO-DIAS, 2007). Para a psicologia social, o estereótipo é um conjunto de imagens pré-definidas, solidificados em grupos sociais que possuem as suas condutas impactadas por ele (LYSARDO-DIAS, 2007).

Para Nogueira e Saavedra “os estereótipos sociais são generalizações acerca dos membros de certos grupos e que derivam predominantemente, ou são uma instância do processo cognitivo da categorização” (2007: 13). Os estereótipos são considerados sociais quando validados por um grande número de pessoas e são comumente utilizados para disseminação de preconceitos e discriminações, baseados em gênero, raça, etnias, classes sociais, entre outros (NOGUEIRA, SAAVEDRA, 2007). Os estereótipos são concomitantemente formados por componentes descritivos e prescritivos. O componente descritivo, de especial interesse para este trabalho, relaciona-se a atributos ou traços de personalidade, enquanto o componente prescritivo relaciona-se comportamentos ideais de determinados grupos. O estereótipo de gênero estaria relacionado a esse segundo componente, prescritivo,

visto que desde à infância crianças são estimuladas a desempenhar papéis esperados de acordo com seu sexo (NOGUEIRA, SAAVEDRA, 2007). Destaca-se que o componente descritivo - as seleções feitas por pessoas comuns para descrever a si próprias e terceiros - é o que revela o entendimento das pessoas sobre elas mesmas e os outros e os possíveis julgamentos acarretados por esses julgamentos.

Há diversos estudos que apontam diferenças entre homens e mulheres, baseados em naturalizações e essencialismos (ex.:NOGUEIRA, SAAVEDRA, 2007; NUNES, GOMES, GUERRA, 2016; NOGUEIRA, SAAVEDRA, 207). Tais pesquisas corroboram para construir e validar os estereótipos de gênero, comparando homens e mulheres e as colocando em situação de inferioridade em relação a eles (NOGUEIRA, SAAVEDRA, 2007). Nogueira e Saavedra também apontam alguns estudos que debatem sobre a desmistificação das diferenças entre homens e mulheres, mostrando que poucos estereótipos tinham “fundamentação empírica”. Dentre as diferenças de gênero validadas pelo estudo de Shafer (1994), de acordo com Nogueira e Saavedra (2007), destacamos: “as raparigas são mais cuidadosas e correm menos riscos que os rapazes em situações incertas ou perigosas”; “a partir dos 4/5 anos e ao longo do ciclo vital, as mulheres interessam-se mais pelas crianças” e “as raparigas aceitam melhor, do que os rapazes, as ordens dos pais, professores e outras figuras de autoridade” (NOGUEIRA, SAAVEDRA, 2007: 15). Diante das referências mencionadas, alguns questionamentos surgem com o objetivo de problematizar os resultados apontados pelo estudo de Shafer (1994) (NOGUEIRA, SAAVEDRA, 2007): Poderia uma mulher por mais cuidadosa que seja evitar um estupro, diante à força física e opressora masculina? O interesse das meninas pelas crianças não seria uma influência da cultura patriarcal, que determina a maternidade como papel de gênero feminino e que, portanto, lhes oferece como brinquedos diversos “bebês”? Não seriam as mulheres socializadas dentro da cultura heteropatriarcal para obedecerem aos homens, identificados como detentores do saber? Tais questionamentos nos mostram que os achados das pesquisas Schafer não desmistificam a diferenciação entre homens e mulheres, ao contrário, as fortalecem.

Em uma contextualização histórica sobre os estereótipos de gênero, Nunes, Gomes e Guerra (2016) problematizam o fato de que no período colonial cabiam às mulheres os papéis de fragilidade e de servidão aos homens. Ao lado desses papéis

destinados às mulheres, “o adjetivo do belo ligado ao corpo feminino e o de força ligado ao masculino configuravam modelos imperativos de caracterização dos gêneros” (NUNES, GOMES, GUERRA, 2016: 4). Concepções que não estão distantes da atualidade, como observamos por meio de menções de ideal de beleza feminino via análise dos excertos realizada nessa seção. Mesmo com o passar dos séculos, características marcantes da estereotipação do gênero feminino baseadas em uma sociedade patriarcal tais como ser “bela, recatada e do lar” são mantidas, mesmo que não explicitamente (NUNES, GOMES, GUERRA, 2016), conforme empiricamente demonstrado via Comunicação Mediada por Computador (CMC)²⁴. Embora a valorização da beleza não seja uma prerrogativa apenas da cultura patriarcal brasileira, ela é especialmente marcada em nosso país como um atributo essencial às mulheres, compelindo-as a serem magras e jovens (Lysardo-Dias, 2007: 30).

As análises dos relatos de Mariana (Depoimento 12), Jéssica (Comentário 2 ao depoimento 7) e Rita (Comentário 31 ao depoimento 1) oferecem evidências da perversidade dos padrões de beleza estereotipado, segundo o qual a mulher precisa ser jovem, magra e “gostosa” para ser bela (CASTRO, PINTO, 2014). Condição que, muitas vezes, coloca a saúde e a vida das mulheres em risco por ocasiões de submissão a procedimentos estéticos invasivos, restrições dietéticas e distúrbios alimentares em busca de uma beleza muitas vezes somente alcançadas nas capas de revistas de beleza graças aos programas de edição de imagem. O estereótipo de beleza feminino é uma perversidade (LYSARDO-DIAS, 2007) que leva a mulher a pensar que é tão feia que nem mesmo um estuprador sentiria atração pelo seu corpo. Esse tipo de atrocidade pode ganhar proporções ainda mais devastadoras em sociedades em que a mulher é socializada para que um homem a deseje como parece ser o caso do Brasil. Padrão elevado ao patamar da crueldade por levar meninas ao suicídio por não suportarem o *bullying* em relação ao seu peso, por exemplo. Uma tirania fruto da cultura patriarcal que objetifica o corpo feminino (SAFFIOTI, 2015).

²⁴ A CMC é propícia para esse tipo de exercício analítico que corrobora pesquisas como a Nunes, Gomes e Guerra (2016) por mostrar dados empíricos. Esses dados são um meio de demonstrar a veracidade das interações, da mesma forma que as gravações de conversas naturalísticas em vídeo (AC)

4.2.2 Mãe Ideal

A cultura patriarcal e androcentrica confere às mulheres os papéis de filha, esposa, mãe, sendo suas identidades moldadas por esses papéis sociais (UBACH, 2007). Às mães, confere-se uma visão romanceada e perfeita, as quais são capazes de realizar sacrifícios por seus filhos, além de diversas características positivas e meigas, a partir de uma cultura machista que não permite às mães erros e sentimentos ambivalentes ou negativos (AZEVEDO, ARRAIS, 2006), como mostra o excerto abaixo.

Depoimento 6 / Comentário 13

01 **Arlete:** *Você não imagina, Mel, a sensação de alívio e de dever cumprido*
02 *confirmar agora que você quando criança não sofreu nenhum assédio covarde*
03 *desse tipo. Eu sofri, por anos seguidos, dos nove aos 12 anos de idade, sem*
04 *poder contar com ninguém para me defender, e acredito que essa experiência*
05 *tenha me feito uma mãe mais atenta e protetora nesse sentido. Muitas vezes*
06 *esse tipo de proteção não está ao nosso alcance, mas aconselho a todas a*
07 *vocês, jovens mães, que tenham sempre em mente que a pedofilia é uma*
08 *presente "nas melhores famílias", e um olhar atento dos pais muitas vezes é a*
09 *inibição necessária para que essas pessoas sem escrúpulos se forcem ao*
10 *autocontrole.*

11 **Mel:** *eu teria te falado mãe, a gente sempre conversou sobre isso. e vc mudou*
12 *o padrão. tem mta mãe que foi abusada e permite q isso se repita com a filha.*
13 *mta triste né?*

Arlete (Comentário 13 ao depoimento 6) manifesta seu “alívio” e sensação de “dever cumprido” por não ter a sua filha, Mel, sofrido qualquer assédio. Pelo o que se pode apurar do comentário de Arlete, ela crê que seu cuidado (linhas 08 a 10) impediu que a filha passasse por tais situações, como se todos os assédios estivessem ao seu controle. Arlete revela, desse modo, a sua noção de que cumpriu a missão de ser uma boa mãe (Linhas 01 e 02), pois mesmo sendo abusada na infância, passando por diversidades, conseguiu livrar a filha do mesmo destino. A ideia de mãe ideal é uma construção que não permite às mulheres um desempenho

maternal diferente do idealizado pela sociedade (VÁZQUEZ, 2015). Recorrendo aos autores Oakley (1993) e a Kitzinger (1978), Heritage e Lindstron (1998), explicam que a palavra “mãe” refere-se tanto à reprodução biológica - questionada pelo seu essencialismo, quanto à reprodução social dos padrões esperados dessas mães. Dito de outro modo, grande parte do que é tido como natural, é, na verdade, consequência da cultura, inclusive a percepção romantizada de maternidade. As mulheres são pressionadas socialmente a gestar e posteriormente a assumir comportamentos idealizados em vista do que seria a maternidade, segundo a concepção de Vázquez (2015). Em seu comentário, Arlete revela compreender que a proteção da filha para que não sofresse assédio está inclusa dentro desse padrão social do que é ser uma boa mãe ou uma mãe ideal.

Ao relatar sua experiência de assédio, Arlete dá mostras de entender que sua vivência a tornou mais atenta e protetora (linhas 04 e 05). Ela também revela o enfrentamento do sofrimento, o qual a tornou mais atenta (linhas 03 a 05), comportamento socialmente esperado, segundo a premissa de Vázquez (2015) sobre o que significa ser uma mãe ideal ou competente (HERITAGE, LINDSTRON, 1998). Combater as adversidades, amar e proteger incondicionalmente os filhos, responsabilizar-se pelo seu desenvolvimento, dentre outros deveres, são responsabilidades conferidas socialmente às mães ideais, que podem assumir as faces de santas, guerreiras, heroínas, reforçando a ideia de que o exercício da maternidade não é fácil, é “nobre”, é próximo do “divino” (VÁZQUEZ, 2015).

Embora haja críticas sobre um “desejo universal inflexível” da maternidade, ainda há uma noção de que esta é natural às mulheres, sendo agregada a ideia de que o instinto e o desejo de ser mãe são nutridos por todas elas (VÁZQUEZ, 2015). Esse “mito da maternidade” projeta uma necessidade de perfeição baseado no senso comum, que não considera diferentes formas de estruturas familiares e de maternidade (VÁZQUEZ, 2015). Vázquez (2015) problematiza o fato de que pouco se discute sobre a opção de ter filhos ou sobre o arrependimento de tê-los, colocando as mulheres em um molde de amor incondicional e eterno, como essencial ao ser mulher. A partir disso, a personalidade das mulheres é apartada da personalidade mãe, pois mãe assumiria, segundo a autora, status diferenciado e superior às mulheres que não são mães, causando inclusive sentimentos de dor e sofrimento nessas mulheres (VÁZQUEZ, 2015). Se por um lado, as mulheres que

não se tornam mães estão sujeitas a julgamentos morais, seja por não terem o desejo de procriar, seja por não conseguirem realizar esse desejo, o julgamento moral é também aplicado às mães, que devem ter condutas exemplares a seus filhos e se sacrificar ao máximo, “dando suas vidas” para atender às necessidades de suas proles. Arlete parece atenta a esse julgamento moral, ao manifestar a ideia de que cumpriu com seu papel de mãe, evitando desse modo ser julgada negativamente por qualquer situação de assédio que a filha poderia ter passado.

A atenção para o julgamento moral também evidencia-se no excerto abaixo:

Depoimento 13 / Comentário 4 / Respostas 4.1, 4.2 e 4.3

*01 **Angela:** Mas não foi isso que te ensinei não, melhor deixar claro.*

*02 **Renata:** Dona Angela é muito amor <3*

*03 **Roberto:** Claro que não. Você criou 3 filhos sozinha e o "homem da casa" não
04 estava lá.*

*05 **Cristina:** Melhor mãe!*

Angela (Comentário 4 ao Depoimento 13) assevera não ser responsável pelo “mau comportamento” (linha 01) de seu filho. Assim, ela mostra-se atenta para a possibilidade de ser moralmente julgada como mãe não competente (HERITAGE, LINDSTRON, 1998), em vista do comportamento machista revelado pelo filho Roberto (Depoimento 13). Vásquez (2015) discute que as mães que, por algum motivo, não desempenham o papel socialmente esperado, podem ser caracterizadas como “monstros cruéis”. Algumas dessas mulheres podem se sentir desajustadas por não corresponderem ao ideal esperado de mãe (SELL, 2007). Enquanto o discurso de mãe ideal é reforçado, exigindo a experiência da maternidade apenas com conotação positiva, as mulheres que falharem nesse papel serão recriminadas, e as que o cumprirem não serão notadas, visto que “qualquer um pode fazê-lo” (MARTIN, 2007). Desajustes que, pelo menos, para efeitos práticos de manifestações públicas via interações mediadas por computador (RECUERO, SOARES, 2013), parecerem terem sido evitados por Arlete e Angela dadas as afirmações acerca da maternidade eficiente exercida por elas. Enquanto Arlete também agrega valor a isso, visto que

socialmente a boa mãe é esperada, mas não reconhecida, Angela evidencia uma atitude defensiva, antecipando-se à acusação de não ser uma boa mãe.

No estudo de Heritage e Lindstron (1998), a maternidade e os sentimentos apropriados associados a ela são tratados como naturais às mulheres pelas mães e profissionais de saúde. Em relação à moralidade, problematizam o fato de que a invocação ao biológico exerce grande força nos tipos de justificação moral, sendo a identificação de alguma atitude como não natural constituiria uma forte condenação moral, (HERITAGE, LINDSTRON, 1998). Quando isso não ocorre, ou seja, quando os sentimentos tidos como apropriados às mães não emergem, há uma tendência de a preocupação delas com esse comportamento “não natural” e, portanto, moralmente errado transpareça na fala em interação. A moralidade não é, segundo Heritage e Lindstron (1998) o tópico da conversa, mas está sempre subjetivamente incluso nela, como observamos nos excertos analisados. Angela e Arlete não tornam o tópico da moralidade relevante em suas publicações, no entanto, percebe-se que elas se revelam atentas ao conceito moral de boas e más mães.

A resposta de Mel ao comentário de sua mãe (Comentário 13 ao depoimento 6) reforça os estereótipos dicotômicos de mães boas e más. Pode-se perceber essa dicotomia quando ela expressa que “tem mta mãe que foi abusada e permite q isso se repita com a filha. mto triste né?” (linhas 12 e 13), o que revela como Mel julga moralmente cada uma dessas facetas. Explicando de outra maneira, Mel, confere às mães “más” ou “relapsas” a culpa pelo assédio realizado por um homem às suas filhas, quando nem mesmo essa mãe, em alguns casos, poderia proteger-se da violência (SAFFIOTI, 2015). Falando das mães que “permitem” (linha 12) o assédio das filhas, Mel reforça que sua mãe foi “uma boa mãe”, afinal cumpriu o seu papel de não deixar que ela sofresse assédio, tendo sido, assim, uma mãe heroína que conseguiu “enfrentar o mundo” para protegê-la (VÁZQUEZ, 2015). Com a manifestação da ideia de que sua mãe mudou o seu destino, rompendo o padrão de abusos (linhas 11 e 12), Mel reforça a ideia já apresentada por Arlete, de mãe sofredora, acentuando a face de mãe heroína. Desse modo, evidenciando o seu entendimento de que “o sofrimento e o sacrifício são a condição para o engrandecimento do ato heróico” da mãe (VÁZQUEZ, 2015: 72). A concepção de mãe heroína também é revelada por Roberto, ao manifestar o sacrifício de sua mãe em ser exclusivamente responsável pelo seu desenvolvimento e de seus irmãos,

evidenciando a ausência paterna e, desse modo, exaltando a superação materna das adversidades de gerir uma família (linhas 03 3 04).

Outro depoimento analisado é o realizado por Luana (Depoimento 9), no qual ela conta que o policial que a acompanhou até sua casa, após ela ser levada para prestar queixa sobre a situação de assédio em uma delegacia, sugeriu que a sua mãe a vestisse com roupas largas. A recomendação do policial sugere um julgamento moral de sua parte, baseado na cultura patriarcal, realizado por ele em relação à mãe de Luana, colocando em dúvida sua capacidade materna de orientar sua filha sobre as roupas que essa última deveria vestir. Revela-se, desse modo, uma situação de recomendação, de acordo com o que apresenta Luana, na qual um profissional considerado especialista em segurança dá um conselho à mãe de forma explícita e autoritária, expressando a inquestionabilidade do seu conhecimento (HERITAGE, LINDSTRON, 1998). A prática de aconselhamento às mães pode ser observada no comentário de Arlete (Comentário 13 ao depoimento 6). Vê-se que ela se dirige às “jovens mães” e as aconselha a manterem-se atentas para evitar que suas filhas sejam abusadas (linhas 06 a 10). Arlete constrói-se como alguém com voz de autoridade, à maneira semelhante como age o policial, de acordo com o relato de Mel (Depoimento 6), ou seja, como alguém que possui mais conhecimento que “as jovens mães”, por ser mais velha e por ter, segundo ela, vivenciado situações de abuso (linhas 04 a 10). Dessa forma, Arlete constrói para si e, ao mesmo tempo, exibe um status de superioridade epistêmica em relação a jovens mães. Status que é reforçado quando ela reconhece que nem todas as mães podem proteger suas filhas, mas ela conseguiu proteger a sua.

Heritage e Lindstron (1998), em análise de interações entre mães e profissionais de saúde, refletem sobre o fato de que mesmo que as mães tenham perspectivas e crenças específicas em relação aos cuidados com seus filhos, as profissionais de saúde – nesse caso, enfermeiras contratadas pelo sistema de saúde público do Reino Unido – possuem o direito socialmente estabelecido de dizer-lhes o que é certo ou errado em relação a esse cuidado.

Não há comentários sobre o conselho de Arlete às jovens mães. Desse modo não cabe conjecturas sobre como essas questões foram tomadas por seus interlocutores. Heritage e Lindstron (1998) observam em seu estudo que as mães raramente rejeitam os conselhos que recebem dos especialistas, isso pode dever-se

à imposição da subalternidade nas hierarquias de gênero, mas também ao desejo de agir como uma “boa mãe” respeitando e acatando a moralidade da comunidade.

4.2.3 A mulher obrigada a perdoar

As mulheres, desde meninas, são socializadas para desempenharem posturas sensível, dócil e respeitosa, estereótipos de gênero alinhados ao ideal feminino (SILVA, 2014). Dentro dessa conduta esperada do que é “ser mulher”, elas são, muitas vezes, pressionadas a perdoar situações agressivas e desrespeitosas as quais são submetidas, inclusive o seu abusador, como observa-se na análise dos excertos abaixo.

Depoimento 4 / Comentário 8

01 **Denise:** [...] Mas saiba, que mesmo que os traumas venham, os medos estejam
02 presentes e a culpa te assale, lembra que você tem como se libertar disso... Se
03 perdoe, por ter se entregado a alguém que só te machucou, perdoe ele até por
04 ter sido tão estúpido, porém não deixe que isso te paralise! Quero que saiba que
05 você encontra um homem, que te escutará, vai te apoiar e te amará sem
06 barreiras, sem pressa, sem amarras, alguém que ajudará você a se curar, mas
07 antes dele, já existe um alguém que cura uma ferida e esse alguém é Deus,
08 entrega seu coração para ele te livrar desse peso que não é seu, deixa Ele te
09 curar e te livrar dessa aflição.

Em resposta ao relato exposto da fanpage Feminismo atuante (Depoimento 4), Denise (Comentário 8 ao depoimento 4), aconselha a vítima de violência a perdoar-se por ela ter tido um relacionamento com o homem que a abusou (linhas 02 e 03) e perdoar também o agressor (linhas 03 04). A ação de perdoar, conforme construída por Denise, encontra-se atrelada ao mecanismo de libertação de culpa, traumas e medos acarretados pelo abuso. Denise insere o tópico do perdão de forma didática, revelando uma identidade educadora, ao apontar a solução (o perdão a si e ao agressor) para os supostos problemas de ordem emocional (os sentimentos de culpa e medo e os traumas advindos do abuso). Sendo o perdão o ato de desculpar uma ofensa, violência ou atitude considerada moralmente equivocada, ao recomendar que a mulher perdoe a si mesma por ter-se entregado ao homem, pode-se inferir que o

conselho de Denise trabalha para culpabilizar a vítima, indicando que ela foi abusada porque “deixou-se seduzir”.

Denise segue seu aconselhamento afirmando que a mulher deve perdoar o agressor “até por ter sido tão estúpido” (linhas 03 e 04). Não se evidencia no comentário de Denise a menção à violência sexual sofrida pela mulher. Ao não nomear propriamente o abuso e usar como eufemismo a palavra “estupidez”, ela ameniza a violência sofrida e a responsabilidade do agressor. Ainda, Denise evidencia a responsabilização da vítima pelo fim do seu sofrimento ao afirmar que ela tem como se libertar de seus sentimentos ao realizar o duplo perdão (linha 2), o que, reflete-se, pode causar efeito inverso se a mulher não quiser ou não conseguir perdoar. A ação de perdoar a agressão, nesse caso, incorpora compreensão e solidariedade, em que pese a atitude do homem, que, assim, fica caracterizado como não tendo controle sobre situação que culminou no abuso (SILVA, 2005) e, portanto, é digno de apoio, preceitos validados pela cultura patriarcal (SAFFIOTI, 2015).

Amorim (2009) discute que a necessidade da mulher compreender e perdoar os erros do parceiro, configura-se em outro tipo de violência à mulher, ocorrendo a revitimização, situação análoga ao que transparece no comentário de Denise. O perdão é uma atitude altruísta prioritariamente destinada às mulheres ou aos que estão no pólo inferior da hierarquia qual seja de gênero, classe ou raça. Se uma mulher é traída, ela é compelida a perdoar o “deslize” do marido. Uma das razões frequentemente invocadas para a advocacia do perdão da mulher, em caso de traição, é a necessidade de manutenção da união da família, bem como a imagem de família perfeita. De modo diferente, a traição da mulher é vista como algo imperdoável pelo homem, situações que são fruto da sociedade machista (SILVA, 2014) que subjuga a mulher.

Na sequência de seu comentário, Denise evidencia o que em seu entendimento seria uma tentativa de conforto à vítima de agressão expressar que ela encontrará um homem amável e compreensível que a ajudará a “se curar” (linha 04 a 06). Evidencia-se na interação de Denise um alinhamento ao estereótipo da mulher que necessita e está sempre em busca de um homem para amá-la e protegê-la e, assim, fazê-la sentir-se feliz, como nos contos de fadas. Revela-se, desse modo, uma ausência de crítica ao imaginário social machista de que a mulher precisa ter alguém para completá-la, no lugar de entender a si mesma como uma pessoa completa e o companheiro como

um par, um igual, e não um salvador (SILVA, 2014). Contudo, antes de encontrar “esse homem”, Denise afirma que Deus poderá também ser a redenção ao sofrimento da mulher, se ela permitir (linhas 06 a 09). Não é raro evocar a Deus ou a referências religiosas como suporte para enfrentar a violência, como se percebe na análise dos depoimentos da mobilização em foco (excertos não mostrados neste estudo). No entanto, o papel submisso das mulheres, que inclui a necessidade de perdoar, tem sido legitimado ideologicamente pelas igrejas (JARSCHEL, NANJARÍ, 2003), sendo as religiões grandes responsáveis pela perpetuação da cultura patriarcal e, conseqüentemente, da violência contra as mulheres. Situação alinhada ao comentário de Denise, quem dá indicativos de que o sofrimento da mulher vítima de violência sexual será recompensado por Deus e pelo perdão (linhas 07 a 09).

A necessidade de perdão, além de ser abordada por interlocutores de mulheres que participaram da mobilização em foco relatando abusos sofridos, também foi evidenciada no relato da própria vítima de violência, como observamos no excerto a seguir.

Depoimento 6 / Comentário 6

01 **Laís:** *isso tudo é tão forte, tão revelador. que momento estamos vivendo! eu, que*
02 *fui abusada na infância, passei anos me resolvendo com minha culpa e no*
03 *perdão ao abusador. agora estou curando (coisa de duas semanas atrás, que se*
04 *revelou em alto paraíso) toda raiva contida dentro de mim, por não me sentir*
05 *acolhida pelos meus pais enquanto criança e não ter tido coragem de contar*
06 *sobre meu primeiro assédio à eles. pensava que a raiva maior era do abusador,*
07 *mas havia muita raiva dos meus pais dentro de mim. precisei me libertar disso*
08 *agora pra levar minha relação com eles pra lugar. é tudo tão sutil e ao mesmo*
09 *tempo tão devastador quando o assunto é a sexualidade infantil.*

10 **Mel:** *Laís, suas histórias são tão fortes quanto você! deusa em si, deusa da cura*
11 *e da coragem!*

12 **Laís:** *aha, hermana linda! e que nossa cura possa ajudar na cura de outrxs*
13 *tbm.*

Laís (Comentário 6 ao depoimento 6) descreve-se como tendo passado anos sentindo-se culpada pela violência sexual sofrida na infância e tentando perdoar o

abusador (linhas 02 e 03). Desse modo, Laís faz transparecer que carrega consigo a necessidade do perdão *vis a vis* à concepção de que mulheres precisam perdoar para alcançar o bem estar divino (linha 4). Na publicação em análise, o “processo de cura” encontra-se atrelado ao perdão às figuras parentais, por quem Denise esclarece ter nutrido raiva em razão de não ter se sentindo acolhida quando criança em vista do abuso sofrido. Dessa forma, pode-se inferir que Laís evidencia a raiva como um sentimento indesejado.

A proteção integral de crianças e adolescentes é responsabilidade da família, da sociedade e do Estado (Bandeira, 2017). Sendo assim, espera-se que a família que “não consegue evitar o abuso”, acolha a criança abusada. No entanto, em muitos casos essa não é a realidade, como observamos nos depoimentos de Laís. Ela torna pública a ausência de acolhida por meio de seu desabafo: “Agora estou curando [...] toda a raiva dentro de mim por não ser acolhida pelos meus pais enquanto criança e sobre não ter tido coragem de contar sobre meu primeiro assédio à eles.” (linhas 04 a 06). Ainda, a preservação da honra e da imagem da família perante a sociedade operam de maneira a culpar as vítimas e proteger os homens, criando um espaço no qual o abuso pode ser realizado impunemente (SAFFIOTI, 2015). O não acolhimento às filhas vítimas de abuso também é uma forma de violência, situação que justificaria a raiva de Laís por suas figuras parentais. No entanto, a raiva não é um sentimento “permitido” às mulheres (FORMIGA, 2006).

Formiga (2006) problematiza o fato dos comportamentos emocionais de homens e mulheres parecerem diferentes de modo ainda mais salientes em comparação com as normas de conduta atribuídas aos gêneros, tendo a cultura um papel fundamental em sua interpretação e na percepção. A cultura manifesta-se por meio de pré-definições, conceitos, papéis e valores que são repassados entre gerações. Ao homem designa-se comportamentos que expressam força, racionalidade e competência, e às mulheres são atribuídos a emotividade, a sensibilidade, o altruísmo e a compreensão (FORMIGA, 2006). Os estereótipos de gênero permitem às mulheres manifestarem mais facilmente sentimentos como alegria e tristeza, em comparação com os homens, que devem deixar de lado tais sentimentos sob pena de serem chamados de “mulherzinhas”. No entanto, a eles são permitidas a exibição de emoções assertivas, como a raiva sem precisar preocupar-se com sua intensidade (FORMIGA, 2006), algo tido como moralmente inadequado

às mulheres. Conflito sentimental não expresso, mas evidenciado no depoimento de Laís, visto que ela busca alternativas espiritualistas, como vivências em Alto Paraíso²⁵, para “curar-se” do sentimento de raiva e alcançar o perdão (linhas 03 e 04).

Evidencia-se que Mel, em resposta à publicação de Laís, avalia o ato de perdoar desta segunda de maneira positiva (linhas 10 e 11), atribuindo a ela uma espécie de poder divino, ao dirigir-se a ela como “deusa.” Ao atribuir à Laís a categorização de Deusa²⁶ (linha 10), ser mitológico dotado de poderes, entre os quais figuram as ações de curar e perdoar, Mel tacitamente revela uma referência à “luta” interna travada pela amiga, entre a raiva e o perdão. A partir da resposta de Mel, pode-se refletir sobre a ação de perdoar ser entendida por ela como não sendo uma atitude simples de conceder (SILVA, 2008), mas, de qualquer modo, digna de congratulação e, até mesmo, esperada de mulheres “boas”, de “espiritualidade elevada e, portanto, uma atitude socialmente desejável por parte delas. Laís, por fim, manifesta a noção de que seu exemplo, de enfrentamento e perdão, servirá de exemplo às outras mulheres, ao dizer que a sua cura será a cura de outras mulheres e homens (linha 12), revelando, desse modo, contribuir para a manutenção do estereótipo de gênero patriarcal da mulher dócil.

A raiva é um sentimento proibido e recalcado dentro dos moldes em que as mulheres são socializadas, em oposição ao perdão que é mandatório. O não questionamento e confirmação desse estereótipo é observado nos excertos analisados, demonstrando que a cultura patriarcal, além de culpabilizar as mulheres pelos abusos, as compele, seja de maneira tácita, seja de modo explícito, a perdoar seus agressores. Esse tipo de expectativa que recai sobre a mulher pode, entretanto, fazer com que ela sinta-se duplamente culpada, por não ser capaz de perdoar, mas, ao contrário, sentir raiva e indignação. Nos excertos analisados acima não houve contestação sobre a necessidade de perdão. A ausência de contestação, crítica, reflexão etc. perante as avaliações positivas acerca da ação de perdoar agressores e figuras parentais que não deram conta de proteger suas filhas de abusadores opera

²⁵ Alto paraíso de Goiás é uma cidade localizada na região da Chapada dos Veadeiros (GO) e desde a década de 1980 destaca-se como um pólo de novos movimentos religiosos, especialmente críticos ao cristianismo e “produtora de novas formas de lidar com o sagrado” (MACHADO, 2014:13).

²⁶ As referências à Deusa fazem menção à um feminismo essencialista (CANDIOTTO, 2012), atrelado ao biológico e à “natureza feminina”.

como mais uma evidência de que essa atitude é tacitamente tratada como algo naturalizado e, portanto, socialmente desejável por parte das mulheres.

4.3. Mulheres corajosas, imunes e educadoras

“[...]Bravura por trazer seu relato, por expor sua dor, aquela a que estamos todas subjugadas, desde muito novas. Fico feliz de ver sua voz ressoar entre nós [...]”.
(Depoimento 1 / Comentário 6)

4.3.1 A mulher corajosa

A naturalização do feminino como corpos frágeis e do masculino representado pela força fazem parte da construção de gênero na cultura patriarcal em que vivemos ainda nos dias de hoje (SAFFIOTI, 2015). Tal naturalização, calcada em uma cultura machista pressupõe que as mulheres devam se sujeitar aos abusos (exercício do poder masculino) e calar-se perante isso. As mulheres que rompem o silêncio e falam publicamente sobre os abusos que passaram, podem ser consideradas como corajosas, como se observa na análise a seguir.

Joana (Depoimento 1) relata que, agora, enquanto adulta, optou por enfrentar o receio da exposição e contar nas redes sociais sobre seu abuso, por uma motivação maior, que é incentivar outras mulheres a compartilharem suas experiências sobre as violências que lhes foram impostas (linhas 14 a 16). Em seu relato sobre o receio de exposição, Joana faz assunções sobre sua dificuldade em romper a barreira do silêncio, enfrentar o medo, a culpa e a vergonha, e expor sua situação. Joana explica que considera importante trazer para a discussão social o assunto “estupros, abusos e violência contra as mulheres” (linha 22), avaliado por ela como “tabu.”

Percebe-se a mobilização #MeuPrimeiroAssédio como canal utilizado pelas mulheres para questionarem e denunciarem os assédios sofridos. Contudo, apesar da alta adesão de participantes, verifica-se, por meio dos próprios relatos publicados com a *hashtag* da mobilização, que há mulheres que não conseguem falar abertamente sobre os abusos sofridos. Um exemplo de participação em que o abuso não é tratado explicitamente encontra-se na publicação, de Virgínia (Depoimento 10 - linha 1). Virgínia esclarece que foi vítima de assédio, mas não relata como o fato

ocorreu. O que de fato ela relata é o mal-estar que apenas a possibilidade de narrar o evento lhe causa, (linhas 03 e 04).

Romper a barreira da aceitação da violência e do silêncio é romper com os estereótipos de fragilidade e submissão impostos às mulheres. Dito de outra forma, ao romper o silêncio, a mulher não está somente enfrentando a sua situação e o seu abusador, mas colocando em questionamento a cultura patriarcal na qual fomos subjetivados/as. Por isso é difícil para as mulheres falarem sobre isso e levarem adiante suas denúncias, como no caso de Joana (Depoimento 1) e Virgínia (Depoimento 10), pois, muitas vezes, precisam enfrentar novas violências, vindas do preconceito e do machismo.

Biglia (2007) discute que a violência é potente não tanto pelos efeitos diretos sobre as mulheres, mas principalmente por manter as mulheres em constante marginalização e opressão, não permitindo o questionamento das normas impostas pela cultura patriarcal e que perpetua as violências. Nesse sentido, Saffioti (2015) problematiza o fato de que o poder tem duas vertentes, o da potência e o da impotência. Segundo a autora, ao homem é concedida a potência, mesmo que algumas pessoas acreditem que eles são impotentes frente aos seus instintos ou patologias, fatores que supostamente os levam a cometer violências contra as mulheres. Ao contrário, a violência é a representação máxima da potência masculina frente à impotência feminina naturalizada. Acrescentamos à impotência imposta às mulheres, que já foram impotentes quando sofreram o abuso, a crença de que de nada adianta denunciar os abusos, já que a delação mostra-se incapaz de enfrentar o poder masculino, fato que é reafirmado pela forte ideologia machista, com raras exceções.

Em relação ao depoimento 1, a análise da amostra desta pesquisa revela que 23 dos 50 comentários atribuíram à Joana, nesta interação, a identidade de corajosa por ela ter feito o relato, como mostram os exemplos abaixo:

Depoimento 1 / Comentário 5

01 **Kauane**: *Parabéns pela bravura em expor sua historia. Tenho [certeza que] encorajará muitas outras mulheres que passaram por esse experiência horrível.* 02

Depoimento 1 / Comentário 15

01 **Roberto:** *Parabéns pela coragem Joana. Pessoas públicas e admiradas como*
02 *02 você tem não só o papel profissional, mas também um papel social importante, a*
03 *03 sua atitude encoraja muita gente. Minha admiração a você e meu abraço!*

A identidade de corajosa foi percebida e anunciada por diversas pessoas que realizaram comentários ao depoimento de Joana, incluindo Kauane e Roberto (Comentários 5 e 15 ao depoimento 1, respectivamente). Em seus comentários, Kauane e Roberto evidenciam o imaginário social de que romper a barreira do silêncio, enfrentar o medo, a culpa e a vergonha para denunciar o abuso sofrido é uma atitude difícil e que demanda coragem. Joana foi enaltecida pela bravura em expor seu relato, revelando a cobrança social para que as mulheres enfrentem seus abusadores. Quando a vítima de violência fala publicamente sobre a situação pela qual passou, há um rompimento do que é socialmente esperado delas, o silêncio, causado pela vergonha do estupro (MASSA, 2011), além da demonstração de sofrimento e resistência ao abuso (SELL, 2012). Tal atitude leva ao desafio de romper com as atitudes esperadas de uma vítima, e conseqüentemente as características atribuídas ao gênero feminino, sendo, desse modo, a vítima “socialmente valorizada” (MASSA, 2011: 293) ou reconhecida como vítima ideal (SELL, 2012), como evidenciam os comentários de Kauane e Roberto.

Não foi observada desqualificação das vítimas nos depoimentos analisados, ao contrário, observa-se apoio às mulheres, talvez porque os relatos realizados no Facebook são mostrados prioritariamente aos amigos de quem o publicou. Massa problematiza que a ausência de manifestação de dúvida sobre o caráter de vítima das mulheres violentadas é um fato notório, tendo em vista as diferentes formas de violência contra as mulheres, “na qual a superioridade moral das mulheres pode ser negada *a priori*, precisamente por sua condição de mulheres” (2011: 292).

Retomando a postagem de Joana (Depoimento 1) e relacionando-o com os argumentos de Massa (2011), pensa-se que talvez: (a) o fato de seu abusador, ao que parece, ser um desconhecido; (b) ela ser uma criança, quando da ocorrência do abuso; (c) ela ter sido enganada, contribuem para que sua “idoneidade moral” não seja questionada (MASSA, 2011). De modo oposto, sua bravura e coragem são reconhecidas.

Além de identificarem as mulheres que expuseram seus depoimentos sobre situações de assédio como corajosas, evidencia-se um sentimento de compreensão e sororidade às mulheres que não conseguem falar sobre os abusos sofridos, como observamos nos excertos abaixo:

Depoimento 10 / Comentário 26

*01 **Viviane:** Também não tive coragem de contar o meu eu tinha 6 anos. Foi
02 horrível. Tive serios problemas de concentração na escola na época. E também
03 admiro muito a coragem de todas as meninas que contaram.*

Depoimento 10 / Comentário 32

*01 **Vanessa:** Também não consigo relatar assim publicamente, mas parableno
02 essas mulheres corajosas! [...] E assim vivemos uma vida inteira sendo
03 abusadas nos mais diferentes níveis e achando q isso é o "normal". Fico feliz de
04 que finalmente estão falando sobre isso e trazendo o problema à tona.*

Viviane e Vanessa (Comentários 26 e 32 ao depoimento 10, respectivamente), ao manifestarem que também não conseguem falar sobre seus abusos (linhas 01, para ambas), evidenciam a recorrência e o tabu social sobre a violência sexual, segundo suas próprias interpretações. Seus comentários também manifestam respaldo ao relato de Virgínia (Depoimento 10), ao tornarem público o compartilhamento da mesma dificuldade expressa pela segunda. Ainda, Viviane (linhas 02 e 03), Vanessa (linhas 01 e 02) e Virgínia (linhas 05 a 07) expressam quem as mulheres que relatam suas situações são corajosas, sem, com isso, criticar as mulheres que não o fazem.

Considerando os comentários dessas últimas participantes, é pertinente fazer referência sobre uma pesquisa (PARENTE, NASCIMENTO E VIEIRA, 2009) que trata do enfrentamento da violência doméstica por mulheres pós denúncia e dos motivos da não delação de seus agressores. No estudo, os autores constatam que o processo de denúncia de violência doméstica ainda é bastante árduo para as mulheres e relacionam a dificuldade do processo com o baixo número de formalizações de denúncias. As autoras elencam algumas causas para explicar esse fato, quais sejam: (a) baixa autoestima; (b) crenças de que a violência é temporária; (c) estigma devido

à separação e divórcio; (d) dificuldade para mulheres com filhos encontrar trabalho; (e) vergonha de ser vista como uma mulher espancada; (f) pena do marido; (g) sentimento de amor pelos seus companheiros. Em complemento, Sagot (2000) discute que muitas mulheres percebem que se denunciarem seus maridos, correrão um risco maior, principalmente por maridos que as ameaçam de morte, ou seja, às vezes a percepção do perigo embutido em uma denúncia impede as mulheres de fazê-las.

Virgínia, Vanessa e Viviane não manifestam claramente que o medo, a culpa e vergonha, por exemplo, são os motivos pelos quais elas não conseguem relatar suas histórias. No entanto, Joana (Depoimento 1) revela que precisou enfrentar o receio da exposição (linhas 14 a 16), o medo e a culpa (linha 12) para realizar a denúncia nas redes sociais o abuso sofrido.

Faz-se interessante observar também o depoimento 4, no qual a mulher relata a situação de violência por qual passou à uma *fanpage*, Feminismo Atuante, no lugar de publicá-lo em seu próprio perfil do Facebook, sob a alegação de que a publicação anônima lhe dá mais segurança (linhas 13 e 14). Ela não esclarece os motivos de sua insegurança, mas pode-se inferir que estejam alinhados às causas apontadas por Scaranto, Biazevic e Crosato (2007) e Parente, Nascimento e Vieira (2009), e que publicando em sua própria página, ela iria se expor publicamente.

Em revisão de estudos sobre o processo de revelação e notificação de abusos por crianças, Santos e Dell'Aglio (2010) observam que os comportamentos dos adultos são considerados pelas crianças como balizadores sobre o que podem ou não falar. Diversos são os receios que impedem ou dificultam a revelação do abuso, como o medo da rejeição, descrédito, expulsão de casa, discórdia familiar e falta de compreensão sobre o que significa abuso. Há também casos em que há "pacto de silêncio" entre a vítima e o abusador para manutenção da harmonia familiar, e como a idéia difundida de que os abusos são perpetrados por estranhos, abrangendo violência física, fazem como que as vítimas não percebam que a situação pela qual passam configura-se em abuso (SANTOS, DELL'AGLIO, 2010).

Pesquisa de Staller e Nelson-Gardell, de acordo com Santos e Dell'Aglio (2010), revelam 3 etapas no processo de revelação do abuso por pré-adolescentes e adolescentes: (1) Pré-revelação; (2) Revelação de fato; (3) Consequência da revelação. A pré-revelação refere-se às fantasias e expectativas relativas à revelação,

incluindo a aceitação de que sofreu o abuso sexual, admitindo a si mesmas tal realidade. Com referência a essa etapa, as participantes do estudo referido manifestaram um “diálogo interno” no sentido de questionarem-se se o fato de não terem dito não ou se o fato de terem sentido prazer configuram consentimento ao abuso. Situação semelhante a que podemos observar no depoimento 4, quando a mulher revela que deixou que o namorado fizesse o que quisesse (linhas 08 e 09) evidenciando, desse modo, uma dúvida se foi abusada ou não (linha 02 e 03). No que se refere à revelação de fato, etapa que inclui “o momento, o local, a pessoa a as suas reações à revelação”, no qual configura-se uma interação ativa e reativa entre a vítima e a pessoa a qual escolheu para fazer a revelação. As vítimas e os confidentes, “simultaneamente recebem, processam, avaliam e reagem às informações, influenciando-se mutuamente” (SANTOS, DELL’AGLIO, 2010: 330). No tocante à etapa consequência da revelação, entende-se que a delação do abuso pode causar exposição da vítima diante familiares e da comunidade em que a vítima está inserida, podendo causar, assim, constrangimentos e outras reações, como dúvida da veracidade, rechaço, culpabilização por “destruir” a família.

Observa que as referidas pesquisas apresentam em comum como possível razão para a não realização da denúncia é a determinação pela cultura patriarcal de que as mulheres são subjugadas (SAFFIOTI, 2015). Uma cultura que subjuga as mulheres não lhes permite, muitas vezes, nem mesmo o direito à denúncia. Cultura na qual a fragilidade e a vulnerabilidade são impostas às mulheres em caráter discriminatório, mantendo a disparidade hierárquica de poderes entre homens e mulheres (MASSA, 2011).

4.3.2 Mulher imune

Ao participar da mobilização #MeuPrimeiroAssédio, Mel (Depoimento 6) não conta um episódio pessoal de abuso. Ao contrário disso, se diz surpresa por ser a única entre suas amigas a não lembrar ter sofrido um assédio (linhas 01 e 02). Desse modo, Mel não se inclui entre as mulheres abusadas sexualmente. Mel também apresenta uma identidade de conhecedora do “sexo sublime” (linhas 05 a 11), exibindo, desse modo, um contraponto às mulheres que foram vítimas de assédio, as quais não seriam conhecedoras deste sexo “espiritualizado”. Diante de tais manifestações, Mel evidencia, nessa interação, uma identidade de privilegiada frente

às outras mulheres, a partir da revelação de que nunca foi vítima de assédio e de que suas relações sexuais são alinhadas ao sagrado.

Além da afirmação exposta em seu depoimento, Mel expressa novamente sua identidade de mulher não assediada em respostas aos comentários de sua publicação, conforme observamos nos excertos abaixo.

Depoimento 6 / Comentário 9

01 **Larissa:** *fiquei curiosa, nunca falaram obscenidades pra vc nas ruas? nunca*

02 *sarraram em vc nos onibus? nunca um tarado mostrou o seu pen drive pra vc?*

03 *nunca ? te amo* 

04 **Mel:** *tu acredita q não to lembrando de nada? mto louco*

Depoimento 6 / Comentário 13

01 **Arlete:** *Você não imagina, Mel, a sensação de alívio e de dever cumprido*

02 *confirmar agora que você quando criança não sofreu nenhum assédio covarde*

03 *desse tipo. [...]*

04 **Mel:** *eu teria te falado mãe, a gente sempre conversou sobre isso. [...]*

Ao ser questionada por Larissa (Comentário 9 ao depoimento 6) se realmente nunca passou por situação de assédio (linhas 01 a 03), Mel confirma o entendimento de que nunca sofreu violência sexual (linha 04). Uma nova demonstração de identidade de mulher imune ao assédio é confirmada por Mel em resposta ao comentário de sua mãe, Arlete (comentário 13 ao depoimento 6). A reafirmação de Mel sobre ter passado incólume a tentativas de assédio dá-se de maneira tácita por meio de ação de assegurar à mãe de que ela, Mel, teria lhe contado o fato, caso tivesse ocorrido (linha 04). Desse modo, Mel ratifica a sua identidade de mulher imune, novamente diferenciando-se, dessa forma, das mulheres vítima de violência sexual.

Não podemos afirmar que Mel tenha sofrido assédio sexual e não tenha compreendido o fato como tal, no entanto, a não percepção de ter sofrido esse tipo de violência é comum entre as mulheres, pois sua prática é naturalizada na sociedade.

A Pesquisa Violência Sexual: percepções e comportamentos sobre violência sexual no Brasil, realizada pelo Instituto Locomotiva (2017), mostra que, em resposta espontânea, 51% dos 1000 entrevistados (homens e mulheres) associam violência sexual a eventos de estupro ou sexo sem autorização. Entretanto, de acordo com a pesquisa, somente 2% dos entrevistados reconhece e utiliza a palavra “assédio” como forma de violência sexual. A pesquisa mostra ainda que, em resposta espontânea, apenas, 11% das mulheres entre 18 a 25 afirmam já ter sofrido violência sexual, mas esse número sobe para 39%, quando a resposta é estimulada. Estes estudos apontam que as mulheres entrevistadas possuem dificuldade para identificar os assédios sofridos, possivelmente devido à naturalização das formas de violência contra a mulher, imposta pela cultura patriarcal.

A violência de ordem patriarcal contra a mulher (PATEMAN, 1993; SAFFIOTI, 2011; BANDEIRA, 2017) é historicamente enraizada e determinante dos comportamentos de gênero masculino e feminino. O primeiro exerce dominação e poder sobre o segundo, esse se submete ao poder do primeiro, ou o reproduz. Tais comportamentos são *modus operandi* na relação entre os gêneros, e esse tipo de comportamento, que gera violência contra a mulher, encontra pouca resistência social e institucional (BANDEIRA, 2017), dificultando também a sua identificação. Com base nas pesquisas supracitadas, podemos acrescentar à questão da naturalização dos comportamentos que geram violência contra a mulher a pouca percepção por parte das próprias mulheres sobre como se constitui este tipo violência.

Bandeira (2017) salienta que a violência não é apenas um instrumento de poder e influência que determina “cultural, étnica e economicamente” os papéis das vítimas e dos agressores. De modo diferente, a violência e o assédio não são naturais, mas representam uma ameaça às mulheres. Dito de outra forma, a cultura machista, que dá respaldo à violência, estabelece as identidades das pessoas segundo seu “sexo social”, criando relações desiguais, que submete as mulheres à inferioridade e à aceitação da violência através da naturalização desse *status quo* (MUNIZ, 2017). Embora se venha ampliando a compreensão sobre suas práticas, “cantadas” e formas mais sutis de assédio ainda não são percebidos como tal por muitas mulheres, como aponta Larissa em seu questionamento à Mel (Comentário 9 ao depoimento 6).

Assim como no relato de Mel (depoimento 6), a qual, infere-se, atribui a si uma posição de superioridade em relação às mulheres que sofreram assédio, ao mostrar-

se conhecedora do “sexo sagrado” e imune à violência, Janaína (Comentário 4 ao depoimento 12), também manifesta a ideia de possuir privilégio, em certa medida, sobre as demais mulheres, como evidencia o excerto abaixo:

Depoimento 12 / Comentário 4

01 **Janaína:** O pior foi quando um traste desse passou de carro perto da lagoa dos
02 pássaros, do mesmo jeito, passou uma, eu já achei estranho e dobrei a rua. A
03 criatura não encosta devagar o carro pra falar comigo?! "Quer uma carona
04 gatinha?" Eu educadamente respondi "não obg" continuei andando.. O traste fez
05 questão de parar o carro e SAIR DO CARRO, eu ouvindo barulho de porta
06 fechando e já pensei "aff, ele não fez isso" Quando eu olhei pra trás, ele já estava
07 em cima de mim praticamente, eu como sempre fui meio marrenta e o kungfu
08 sempre correu por minhas veias, veio o reflexo de me defender. Ele estava
09 pronto para me puxar para o carro. Ele achou que eu fosse delicada e indefesa,
10 ele levaria fácil, pensou errado meu filho. Levou um chute no meio da costela e
11 caiu pra trás, minha reação foi sair correndo logo depois do chute e cheguei na
12 sua antiga loja em frente a Igreja Adventista.[...]

13 **Mariana:** Eu lembro dessa cena! Que vontade de ter seus dotes de kungfu pra
14 chutar a cara de qualquer malandrinho que mexer comigo aahah

15 **Janaína:** O pior foi no Objetivo de engenheiro coelho. O zelador safado, esse aí
16 eu não tive dó. A professora de ed física me pediu pra ir atrás dele pra saber dos
17 bambolês que sumiram. O véio querendo passar a mão no meu corpo, fiz ele
18 sentar no arame farpado, desgraçado safado. O cara era zelador a muito tempo
19 naquela escola e fiz ele ser despedido e ainda chamei testemunhas na sala da
20 diretoria. 🤔👉

21 **Mariana:** isso aí!!! tem que causar hahaha

Apesar de relatar episódios em que sofreu tentativa de violência (linhas 01 a 09 e 17), Janaína identifica-se como diferente das mulheres vítimas de assédio, à medida em que em seu caso o ato não foi concretizado devido a sua força e astúcia. Esta inicia seu depoimento indicando que sua tentativa de assédio foi pior que a

situação vivenciada pela amiga (linha 01), evidenciando sentimento de superioridade ou de competição comparando (“o pior”) as adversidades entre as tentativas de abuso sofridas por ela e por Mariana (Depoimento 12). Mesmo percebendo o risco de abuso, Janaína relata que respondeu à pergunta do assediador (linhas 03 e 04), diferentemente do que é apresentado na maioria dos depoimentos, nos quais as meninas não respondem ao homem. Desse modo, Janaína indica novamente uma identidade diferenciada das demais mulheres, ao não reagir da mesma forma como as demais. Esta confere ao assediador do primeiro abuso narrado por ela a identidade de traste (linha 04), atribuindo-lhe o perfil de inútil e imprestável, e ao segundo, o zelador, a identidade de desgraçado safado (linha 18), dito de outro modo, alguém miserável, sem expectativas. Por meio da seleção desses adjetivos para descrever seus agressores, Janaína atribui, a estes homens posições identitárias de inferioridade em comparação a ela. O mesmo padrão de descrição que opera para identificar os agressores do primeiro e do segundo episódio de tentativa abuso narrados por Janaína se repete no momento em que ela afirma incredulidade com referência ao fato de que o homem que a assediou ter parado o carro (linhas 05 e 06) e ter-se deparado com “alguém - uma garota - forte e que sabe se defender”. Desse modo, Janaína sutilmente descreve-se como não sendo frágil e indefesa, descrição que ela torna mais explícita nas linhas 09 e 10. Observa-se que Janaína explicitamente estabelece uma relação entre o estereótipo de que este é perfil esperado do gênero feminino, qual seja, delicada, frágil, indefesa, atributos que ela nega possuir. De maneira diferente, Janaína seleciona sua identidade praticante de artes marciais como relevante, conferindo a si mesma, dessa forma, a identidade de mulher forte, que sabe se defender e, portanto, não vulnerável a abusos como as demais mulheres participantes da mobilização frequentemente afirmam ser.

É interessante observar que Janaína revela uma identidade que a afasta da identidade de mulher e a aproxima da identidade de homem propostas pelos estereótipos de gênero da cultura patriarcal, os quais atribui ao feminino características relacionadas à fragilidade e à indefensibilidade e ao masculino características relacionadas à força e ao poder. Afastando-se do perfil esperado das mulheres, Janaína também se distancia de julgamentos normalmente direcionados às vítimas de violência, construindo para si, assim, além de uma identidade aceitável perante a moral do senso comum patriarcal, a identidade de mulher superior. Com

base nas participações de Janaína na mobilização de interesse para este trabalho, infere-se que tal mulher encontra-se imune às violências enfrentadas pelas demais, identificadas por Janaína como delicadas e incapazes de se defender. Entende-se que dessa maneira, no entanto, Janaína, de forma tácita e, quem sabe, até mesmo sem perceber, associa-se às ideias machistas. Tal associação ocorre por meio do reforço do estereótipo de gênero de mulheres, que as entende como vulneráveis (linhas 09 e 10) e, portanto, carentes de proteção, e, também, do endosso de atributos tipos como masculinos, quais sejam, força e capacidade de lutar / brigar para se defender (linhas 07 a 10 e 16 a 18). O entendimento de Janaína de que há mulheres fracas, em oposição a ela, descrita por sim mesma como alguém forte, é respaldada por Mariana (Depoimento 12) em sua resposta ao comentário da primeira. Mariana atribui-se à identidade de mulher frágil e que gostaria de ter as mesmas características de Janaína para ser capaz de se proteger em situações de assédio (linhas 13 e 14).

Observa-se que Janaína não questiona a posição de inferioridade social (SAFFIOTI, 2015) das mulheres, mas, ao que parece, comunga de ideias no sentido de igualar-se ao poder dos homens mesmo perante a outros homens. A publicação de Mariana dá margens à interpretação de que ela atribui a si certa superioridade em comparação a indivíduos fragilizados, modo de agir denominado de síndrome do pequeno poder, no qual a mulher exerce atitudes diminutas de poder, embora não seja conferida a elas a mesma supremacia masculina (SAFFIOTI, 2015).

Além de Mel (Depoimento 6) e Janaína (Comentário 33 ao depoimento 12) outras mulheres também manifestam a ideia de não serem vítimas de assédio, também distinguindo-se da categorização de mulheres assediadas, como podemos observar nos excertos abaixo:

Depoimento 1 / Comentário 3

01 **Antônia:** *Acho que a maioria esmagadora das mulheres já passou por isso! [...]*

Depoimento 1 / Comentário 5

01 **Kauane:** Parabéns pela bravura em expor sua historia. Tenho [certeza que]
02 encorajará muitas outras mulheres que passaram por essa experiência horrível.

Observa-se que Antônia e Kauane em resposta ao depoimento de Joana (Comentários 3 e 5 ao depoimento 1, respectivamente) não expressam diretamente a

ideia de que não sofreram assédio, como evidência Mel (Depoimento 6). De modo diferente, elas utilizam-se de formulações de casos extremos para apresentar tal entendimento. Ao recorrer à expressão “a maioria esmagadora das mulheres” (linha 01), Antônia demonstra entender que há um grupo grande de mulheres vítima de violência sexual e um grupo reduzido de mulheres sem essa experiência. Antônia diz-se pertencente a esse segundo grupo. Caso julgasse a si como vítima, há grande probabilidade de que Antônia tivesse selecionado o pronome de segunda pessoa do plural “nós” de modo inclusivo para expressar sua consideração acerca do número de mulheres sujeitas a episódios de assédio (ex.: a formulação “a maioria esmagadora de nós mulheres”).

No mesmo sentido do comentário de Antônia, Kauane (Comentário 5 ao depoimento 1) evidencia ainda mais fortemente a ideia de que não se inclui no grupo de vítimas, ao utilizar a expressão “muitas outras mulheres”. A palavra “outras”, nesse contexto, evidencia oposição ao “eu” ou “nós” como vítimas de violência. Desse modo, Antônia e Kauane fazem uso de formulação de casos²⁷ extremos como estratégia discurso-interacional (SILVA, LADEIRA, 2011) de auto-exclusão da identidade de vítimas de violência sexual.

A formulação de casos extremos é um conceito da Análise da Conversa proposto por Pomerantz (1986) utilizado para legitimar reivindicações em casos como acusação, reclamação, justificativa e defesa. Tais formulações podem ser expressas em três situações: (1) legitimar reclamações, (2) culpabilizar um objeto e (3) atribuir julgamento positivo ou negativo a um evento devido a sua alta frequência (POMERANTZ, 1986; SILVA, LADEIRA, 2011). Sendo as redes sociais, como o Facebook, um ambiente propício para julgamentos morais e tendo em vista que a cultura patriarcal culpabiliza as mulheres pelas violências sofridas, as formulações de casos extremos podem ser utilizadas para construir a imagem de vítima, ou não, sobre si em casos de relatos de violência sexual, conforme pode-se observar nos excertos analisados. Antônia e Kauane valeram-se de tal estratégia para afastar de si elementos que costumam ser relacionados, no senso comum, à identidade de vítima.

Além das mulheres que se expressam de modo a construir para si mesmas as identidades de vítimas de violência sexual expondo suas experiências, na mobilização em investigação neste estudo, observa-se também a participação de mulheres que se

²⁷ Ver seção 4.1.1 Meninas feridas.

consideram vítimas, apesar de não relatarem as situações pelas quais passaram, como observamos nos excertos a seguir.

Depoimento 4 / Comentário 1

01 **Andréa:** *Flor, eu sei o quanto é difícil. Ainda mais quando crescemos e temos*
02 *noção de tudo que aconteceu. Mas a gente tá aqui pra te ajudar. [...]*

Depoimento 10 / Comentário 38

01 **Débora:** *[...] Estou chocada como praticamente todas amigas sofreram algum tipo*
02 *de assédio. Inclusive eu também!*

Andrea (Comentário 1 ao depoimento 4) 4), por meio da expressão “eu sei” coloca-se em posição de quem compreende o sofrimento da mulher cujo relato foi apresentado pela *fanpage* Feminismo Atuarante (Depoimento 4), ao caracterizar-se como conhecedora da situação pela qual a participante a quem ela responde passou. Andrea também apresenta a identidade de mulher comum, em oposição à identidade de mulher “diferenciada” apresentadas por Mel (Depoimento 6) e Janaína (Comentário 4 ao depoimento 12), ao expressar o entendimento de que as mulheres ajudam umas às outras a enfrentarem os traumas e consequências dos abusos. Dessa forma, Andrea evidencia uma identidade de mulher “igual”, ou seja, “não diferenciada” por não ter sofrido abuso.

De semelhante maneira Débora (comentário 38 ao depoimento 10), também se inclui no grupo de mulheres violentadas. Nesse caso, ela faz uso de formulação de casos extremos para se incluir no grupo de mulheres abusadas, diferentemente de Antonia e Kauane (Comentários 3 e 5 ao depoimento 1, respectivamente), que utilizam a mesma estratégia para afastarem de si tal identidade.

Schraiber (2007) discute que as mulheres são mais propensas a ocultar situações de violências do que a relatar situações não verdadeiras. Isso porque as mulheres vítimas de violência são estigmatizadas e expostas a sentimentos de culpa e vergonha. Sentimentos que podem ter levado Antônia e Kauane a se valer-se de formulações de casos extremos para afastarem de si a identidade de mulheres vitimadas.

Outro ponto importante a ser discutido é a relevância de mobilizações como #MeuPrimeiroAssédio como meio de contribuir para gerar discussões e ampliar visões sobre o que significa sofrer assédio e possíveis razões para auto-identificações de mulheres como vítimas de abuso ou não, conforme discute-se a partir dos relatos apresentados nos excertos abaixo:

Depoimento 10 / Comentário 33

01 **Amanda:** [...] Nunca fiz sexo a força. Não passei por coisas horríveis que já li.
02 Mas percebi que fui abusada diversas vezes na vida, e não sabia. Ser mulher é
03 ser abusada sempre e não perceber que é tão errado. Você fica acostumada. E
04 isso é tão usual que é horrível.

Depoimento 11 / Comentário 2

01 **Jaqueline:** ontem ao ler os relatos estava me sentindo uma exceção por não ter
02 sofrido nenhum assédio na infância, mas pouco antes de pegar no sono veio a
03 lembrança. eu devia ter uns 6 anos. guardei o trauma tão fundo que até ontem
04 não sabia que eu também já tinha sido vítima.

Amanda (Comentário 33 ao depoimento 10) revela que os depoimentos expostos pelas mulheres durante a mobilização #MeuPrimeiroAssédio, contribuíram para que ela compreendesse que situações pelas quais passou foram assédios. Em seu relato, a participante evidencia a invisibilidade do assédio para as mulheres, ao expôr a reflexão de que as mulheres não percebem os abusos a que são impostas, por exemplo, devido à naturalização de cantadas, da objetificação do corpo, da obrigatoriedade para o sexo, entre outras violências impostas às mulheres como “costume”.

Jaqueline (Comentário 2 ao depoimento 11), evidencia que não se incluía entre as mulheres vítimas de abuso e avalia o fato como “exceção”. No entanto, em seguida, Jaqueline revela que a mobilização desbloqueou o trauma do abuso que a impedia de lembrar do fato, revelando o papel educador da mobilização. Observa-se, entretanto, que Amanda e Jaqueline não se identificam como superiores em comparação às demais mulheres, como parecem fazer Mel (Depoimento 6) e Janaína (Comentário 4 ao depoimento 12).

As violências podem ser percebidas de diferentes maneiras, de acordo com as percepções de mundo e cultura em que as pessoas estão inseridas. A violência contra a mulher é resultado de um sistema hierárquico de poder masculino sobre o feminino, baseada na força, que objetiva manter as hierarquias de gênero, valendo-se das próprias diferenças de gênero, raça e classe para considerar as relações de dominação vigentes de forma naturalizada, normatizada e generalizada (BIGLIA, 2007).

A perpetuação de mitos sobre o feminino contribui para que as mulheres sejam mantidas na posição de subalternidade em relação aos homens, estando, desse modo, sujeitas à violência (BIGLIA, 2007). Tais mitos são: (a) A educação da mulher como um ser incompleto que precisa do homem para completá-la; (b) obrigatoriedade da maternidade; (c) a construção da fragilidade da mulher; (d) a normatização da família heterossexual e mononuclear (BIGLIA, 2007). Os mitos auxiliam a construção de identidades femininas e a aceitação da violência como parte do processo relacional. A negação da violência como prática generalizada e reconhecimento somente de suas formas mais graves contribui para sua perpetuação, conforme explica Biglia (2007). O assédio sexual, por exemplo, é uma violência, mas nem sempre é percebida como tal, devido à aceitação incontestável por muitos de que é papel do homem “investir” em relação às mulheres, cantá-las, tocá-las sem sua permissão, e que é destinado às mulheres a aceitação, o agradecimento por terem algum homem interessado nelas ou por terem sido elogiadas. Essa violência, com menor impacto físico, deixa caminho aberto para outras maiores como a agressão e para o estupro de mulheres que ousem não aceitar a investida masculina.

Como afirma Biglia (2007), a violência é potente não tanto pelos efeitos diretos sobre as mulheres, mas principalmente por manter as mulheres em constante marginalização e opressão, não permitindo o questionamento das normas impostas pela cultura heteropatriarcal. Em menor ou maior grau, nos depoimentos e excertos analisados neste capítulo, percebemos a manifestação desta cultura patriarcal, que naturaliza o assédio e perpetua o poder masculino sem questioná-lo. Desse modo, evidencia-se que a cultura machista está impregnada no cotidiano social, sendo necessárias ainda muitas mobilizações, dentre outras ações, para a mudança deste paradigma.

4.3.3. Mulher Educadora

Em seu relato, Mel (Depoimento 6) manifesta o sentimento de surpresa por ser a única entre suas amigas que não lembra ter sofrido assédio. Duas de suas interlocutoras no Facebook comentam a publicação em uma conversa de teor educativo, mostrando a Mel que o assédio possui diferentes formas e talvez ela não tenha percebido quando foi vitimizada. Vejamos abaixo os excertos.

Depoimento 6 / Comentário 9

01 **Larissa:** *fiquei curiosa, nunca falaram obscenidades pra vc nas ruas? nunca*

02 *sarraram em vc nos onibus? nunca um tarado mostrou o seu pen drive pra vc?*

03 *nunca ? te* 04 amo 

04 **Mel:** *tu acredita q não to lembrando de nada? mto louco*

Ao questionar Mel sobre o fato de nunca ter sofrido assédio, Larissa (comentário 9 ao depoimento 10) menciona alguns comportamentos que julga serem assédio sexual, como “falar obscenidades”, “sarrar” e “mostrar o pen drive” (linhas 01 a 03). Larissa faz uso de gírias para expressar algumas formas de assédio, compreendendo “sarrada” como esfregação e “mostrar o *pen drive*”, eufemismo de pênis. Não é possível afirmar, mas podemos especular que, talvez, Larissa tenha optado pelo uso dessas palavras pela visão social de que são estigmatizadas e ofensivas. A palavra pênis, por exemplo, é o nome científico do órgão sexual masculino, mas o seu uso é restrito, sendo popularmente preferível usar os eufemismos “piu-piu”, “pinto” ou “*pen drive*”. Falar “pintinho, pepeca, perereca” nos mostra que uma nomenclatura infantilizada dos órgãos sexuais são socialmente mais bem aceitos, mas fazer uso de palavras científicas, como pênis e vagina, é quase um desafio às normas sociais esperadas, principalmente das mulheres.

Independentemente das escolhas lexicais de Larissa, as ações realizadas por ela podem ser consideradas educativas sobre assédio sexual, pois, ao apresentar à Mel diferentes materializações desse tipo de violência por meio de perguntas, ela

procura ampliar a reflexão da amiga. Vale observar que a ação de educar desempenhada por Larissa se dá de maneira sutil. Em outras palavras, Larissa aborda o tópico assédio por meio de uma asserção em que indica estar em estado de curiosidade seguida de perguntas em formato negativo (nunca) que requerem sim ou não, ou elementos equivalentes, como respostas. As perguntas de Larissa trazem exemplos de assédios que podem, talvez, passar despercebidos por algumas mulheres como tal e, portanto, operam de maneira a alertar Mel (ou outras pessoas com acesso às publicações derivadas da mobilização), caso ela não tenha se dado conta de que os comportamentos elencados configuram assédio. Em sua resposta, Mel confirma não ter passado por nenhuma das situações apontadas por Larissa. Ela também não traz à tona se entende/entendia ou não que os exemplos citados por Larissa configuram assédio. Dessa forma, não se sabe se Mel tomou a fala de Larissa como ensinamento, pois ela não trata as perguntas da co-participante de forma reflexiva, mas de modo evasivo, sem afirmar sim ou não. De modo diferente, ela afirma não se lembrar de episódios semelhantes aos citados por Larissa, mas não afirma que não aconteceu (linha 03).

Depoimento 6 / Comentário 14

*01 **Mônica:** Mel, mesmo que não passado por um abuso tão opressor como muitas
02 relatam aqui, uma simples cantada ja entra no rol de assedios. Olhadas e
03 cantadas já são em si um abuso e eu duvido que tenha alguma mulher que não
04 passou por isso, infelizmente. Essa realidade tem de acabar!!*

A atividade educativa também é exercida por Mônica (Comentário 14 ao depoimento 6 - linhas 01 a 04), contudo, ao contrário de Larissa, Mônica expressa-se de maneira mais explícita em relação ao formato de sua publicação. Em primeiro lugar, ela dirige-se à Mel como sua interlocutora. Em segundo lugar, ela informa que o assédio pode ser sutil e cita como exemplo de assédio realizado de maneira capciosa as “cantadas.” Em terceiro lugar, ela alega, duvidar que haja mulheres que não tenham sofrido tal investida por parte de homens, o que supostamente, inclui Mel. Diferentemente do que acontece em relação à interlocução com Larissa, Mel não responde ao comentário de Mônica, não ratificando assim sua atividade educadora. Contudo é fundamental pensarmos que os comentários emergidos da mobilização

#MeuPrimeiroAssédio, diferentemente do que ocorre na modalidade oral, ficam registrados, podendo gerar mudanças de percepções em usuários da internet, algo que está fora de nosso alcance de mensuração.

Evidencia-se que a ação educativa também apresenta às vítimas a ideia de desconstrução da cultura machista, a qual leva as mulheres vítimas de violência à culpabilização e ao sofrimento, como publicado no excerto a seguir.

Depoimento 4 / Comentário 1

*01 **Andrea:** Flor, eu sei o quanto é difícil. Ainda mais quando crescemos e temos
02 noção de tudo que aconteceu. Mas a gente tá aqui pra te ajudar. Os traumas
03 existem e não é negando que vc vai conseguir superar. Primeiro que como as
04 manas disseram, a culpa não é sua. Você foi vítima. Agora respira, se olha no
05 espelho e vê que mulher maravilhosa e única você é. Quem sabe até fidelidade
06 não é pra você? Às vezes será muito feliz em um relacionamento aberto, no
07 poliamor, ou fora da monogamia. Além disso, se vc tiver condição, vai em um
08 psicólogo. Todos nós precisamos ir um dia. Se vc não tiver condição ou não tiver
09 pronta pra isso, procura um coletivo feminista, procura reuniões pra vc participar
10 e se soltar, principalmente em relação à sexualidade. Esse mundo do sexo é
11 lindo e você deve usufruir dele ao seu favor, mas claro, sem forçar nada. De
12 verdade, muita força. Você vai conseguir sair dessa.*

Andrea (Comentário 1 ao depoimento 4) indica a noção de que (linha 02), assim como outras mulheres, ela está à disposição para auxiliar a autora do relato apresentado pela *fanpage* Feminismo Atual (Depoimento 4). Ao evidenciar que possui conhecimento sobre o que a mulher está passando (linha 01), Andrea manifesta a ideia de que ambas estão em nível de igualdade, sujeitas às mesmas vulnerabilidades, desse modo demonstrando um “acolhimento virtual” à mulher que sofreu violência sexual e revelando a concepção de sororidade. Andrea expressa-se de maneira clara ao nomear o papel da mulher na situação de abuso: ela foi vítima, não culpada (linhas 03 e 04), bem como sugere ações alternativas para aumento da auto-estima dirigidas a mulher que está confusa e abalada por pensar que é culpada da violência que sofreu (linha 04). Evidencia-se, nesta primeira parte do comentário, uma identidade educativa de Andrea com o objetivo de tranquilizar a mulher,

revelando que a situação pela qual esta passou é comum ao gênero feminino, inclusive à própria Andrea, tentando desconstruir a culpabilização da vítima.

Em resposta à fala da autora do depoimento de que não consegue manter-se fiel a um companheiro (Depoimento 4 - linhas 11 e 12) Andrea apresenta a noção da existência de outros tipos de relacionamentos além do heteronormativo monogâmico, evidenciando que outras formas de amor são possíveis (linhas 05 a 07). Andrea apresenta o relacionamento aberto e o poliamor como alternativas à monogamia²⁸. É interessante observar que Andréa não aconselha que a mulher opte por uma forma de relacionamento específico, mas apresenta a ela diversas possibilidades de relacionamentos, revelando, desse modo, a realização de uma ação educativa na tentativa de ampliar as opções de envolvimento amorosos para a participante da mobilização.

Andrea também aconselha a mulher a iniciar tratamento psicológico, manifestando a ideia de que todos possuem seus traumas em maior ou menor grau (linha 7), evidenciando novamente uma posição de igualdade as suas “manas”, em detrimento do sentimento de inferioridade, justificado pela culpa patriarcal, apresentado pela participante da mobilização. Por fim, Andrea indica que a mulher busque apoio em um coletivo feminista, local em que paradigmas estabelecidos pelo patriarcado são questionados com a intenção de serem desconstruídos, sinalizando um local de aprendizado e fortalecimento. Andrea evidencia desse modo, que a atividade educativa e de desconstrução das amarras da sociedade machista, iniciadas por ela, podem ser continuadas e aprofundadas em novos espaços de debates, visto que a desconstrução dos paradigmas patriarcais é um processo contínuo.

A manifestação de ações educativas para a liberação da culpa da vítima é evidenciada também no excerto abaixo.

Depoimento 4 / Comentário 8

²⁸ Entende-se o poliamor como a possibilidade de relacionar-se amorosamente com mais de uma pessoa concomitantemente, diferindo-se da traição porque no poliamor todos os envolvidos estão cientes e de acordo com os outros relacionamentos de seus parceiros (PILÃO, GOLDEMBERG: 2012). Tal forma de amor também difere da poligamia porque busca a simetria de gênero, propondo uma relação em que ambos os envolvidos estão abertos para outros parceiros, enquanto a poligamia somente a um dos parceiros é permitido que possua novos relacionamentos, sendo normalmente concedido tal privilégio aos homens (PILÃO, GOLDEMBERG: 2012), como na cultura muçulmana, por exemplo. O conceito de poliamor, de acordo com Pilão e Goldermberg (2012), está em pólo oposto à monogamia, estando o swing e o relacionamento aberto como formas de relacionamento intermediárias entre estes pólos.

01 **Denise:** *Acho lindos as mulheres se unirem para falar "a culpa não foi sua", o que*
02 *de fato não foi... Muito podem querer te julgar, mas ele era o adulto, ele que tinha*
03 *consciência para onde estava te levando, ele que foi além dos limites [...]*

Denise (Comentário 8 ao depoimento 4) afirma que a culpa pelo abuso do relato apresentado no depoimento 4 foi do homem, pois, sendo ele um adulto, tinha capacidade de discernimento e compreensão que a criança, vítima da situação, não possuía (linhas 01 a 03). Tendo em vista o grande número de depoimentos que apresentam a noção de culpabilização da vítima, ideia enraizada em julgamentos morais calcados na cultura patriarcal, faz-se necessário evidenciar que, em casos de violência, a culpa não é da mulher, como faz Denise. Denise ainda evidencia que a mulher sofre tais julgamentos (linha 02), no entanto manifesta intenção de desfazer esses preconceitos expondo novas ideias que apresentam o homem como responsável pelo abuso (linhas 02 e 03). Não há resposta para esse comentário, tampouco para o comentário de Andrea (Comentário 1 ao depoimento 4). Portanto, não se tem conhecimento se a autora do depoimento 4 tomou estes comentários como ensinamentos, o que não minimiza a atividade educativa desempenhadas por Denise e Andrea. Isso porque há a necessidade de repetir-se inúmeras vezes esse discurso educativo até que esteja suficientemente fortalecido a ponto das mulheres conseguirem assimilá-lo e romperem com o sentimento de culpa.

Outro comentário com evidência da ideia de romper com o processo de culpabilização da vítima é apresentado no excerto abaixo.

Depoimento 4 / Comentário 9

01 **Andressa:** *Nossa isso é pedofilia*

02 *Você não tem culpa nenhuma querida*

Observa-se que Andressa (Comentário 9 ao depoimento 4) realiza ação educativa de desculpabilizar a vítima (linha 02), nomeando, para tanto, a ação do abusador como “pedofilia” (linha 01). Apesar da manifestação de Andressa apresentando à mulher uma ideia educativa em relação ao abuso, revela-se que tal noção foi exposta subsidiada pelo senso comum heteropatriarcal, patologizando o abusador.

No excerto abaixo revela-se a revitimização de Luana (Depoimento 9) por parte do policial, questão que também evidencia-se a necessidade de discussão para que seja identificada, assim como o assédio.

Depoimento 9 / Comentário 3

*01 **Fernanda:** Assédio duplo: o cara mal intencionado e o policial colocando a culpa
02 nas roupas e no jeito de andar!*

Fernanda (Comentário 3 ao depoimento 9) expressa publicamente que Luana passou por duas situações de violência: a primeira quando sofreu tentativa de abuso (linha 01) e a segunda ao ser orientada pelo policial a vestir roupas mais largas (linhas 01 e 02). Fernanda revela explicitamente que a situação de Luana foi um “assédio duplo” (linha 01), no entanto não apresenta uma discussão sobre o tópico permitindo aprofundamento de compreensão por Luana e demais leitores do seu comentário. A violência institucional, exercida pelo policial (Depoimento 9 - linhas 09 e 10) revela-se a partir do julgamento do policial sobre as roupas vestidas por Luana, indicando seu preconceito em culpar a vítima pela situação de abuso, especificamente por expor seu julgamento moral de que esta não estaria vestindo roupas tidas como moralmente aceitáveis para não ser estuprada.

A situação apontada por Fernanda é discutida por Sagot (2008) em estudo que revela que funcionários da justiça frequentemente realizam ações discriminatórias e sexistas, baseados em estereótipos de gênero e concepções machistas, muitas vezes violando os direitos das mulheres, assim como age o policial que atende Luana. Apesar de não detalhado, o comentário de Fernanda introduz o tópico da dupla violência sofrida pelas mulheres, apresentando, desse modo uma atividade educativa, despertando a atenção para a ocorrência destes casos.

A mobilização #MeuPrimeiroAssédio já representa por si só uma atividade educativa, tendo em vista que mulheres que não percebiam ter passado por situações de violência passaram a ter essa compreendido tal situação a partir da leitura dos depoimentos apresentados na mobilização, como mostramos na categorização Mulher

imune²⁹. Ainda assim, algumas participantes explicitam o papel educativo da mobilização e das mulheres que relatam suas experiências, como observamos abaixo.

Depoimento 1 / Comentário 32

01 **Julieta**: [...] Espero que tua história inspire mulheres e as ajude a denunciar
02 covardes.

Depoimento 10 / Comentário 27

01 [...] **Tatiana**: *Espero que esse movimento seja um novo passo para mudanças* 02
estruturais na criação de meninas e meninos também

Em sua manifestação Julieta (Comentário 32 ao depoimento 1) evidencia o desejo de que o relato de Joana (Depoimento 1) se concretize em ação educativa a partir do exemplo. Dito de outro modo, ela afirma ter esperança de que mulheres vítimas de violência espelhem-se em Joana e também denunciem seus abusadores. Tatiana (Comentário 27 ao depoimento 10) incorpora o papel educativo de Joana ao conjunto de depoimentos, ou seja, à mobilização como um todo. Tatiana manifesta a sua ideia de que a mobilização possa gerar mudanças e diminuir a assimetria de poder entre os gêneros e promover conscientização sobre os padrões machistas que necessitam ser desconstruídos.

Desde os anos 1970, o movimento feminista evidencia a violência contra as mulheres “como um problema social e político”, desfazendo a ideia de que era um problema privado, no qual “não se mete a colher” e, assim, mantendo-o fora da intervenção pública, jurídica e do Estado. A ação desses movimentos foi realizada através de pesquisas, depoimentos, manifestações, entre outros meios de busca de informações, evidenciado a diferença entre o público e o privado (SAGOT: 2008). Atuação semelhante à revelada por Sagot (2008) ocorre com a mobilização #MeuPrimeiroAssédio, a qual convida mulheres a narrarem suas primeiras experiências de assédio sexual, buscando colocar luz sobre o tema, promovendo, desse modo, discussões e questionamentos sobre padrões machistas como o que impulsionaram a realização da mobilização: o assédio virtual à uma criança que participava de *reality show* culinário. Assim, a mobilização e suas participantes

²⁹ Ver seção Mulher imune.

mostram que esse não foi um caso isolado e que não se pode negar a magnitude destes atos, cumprindo, portanto, seu papel educativo à sociedade.

Trazer o tópico assédio às redes sociais por meio da mobilização #MeuPrimeiroAssédio já é por si só uma prática educadora, conforme previamente discutido. No entanto, as identidades interacionalmente assumidas especialmente por Larissa, Mônica, Andrea e Denise pedagogizam a mobilização. A transformação de uma cultura violenta para uma cultura de respeito à mulher pode ser possível através da promoção da igualdade de gênero. Para tanto, “o sexismo precisa ser denunciado, exposto, demonstrado e desterritorializado, para ser destruído” (Muniz: 2017, 39). Somente com a conscientização de que sexismo não é natural, não é essencial, a realidade da cultura violenta pode ser transformada. Nomear a violência e identificar as suas práticas podem ser maneiras individuais e coletivas de enfrentar essa cultura (Martin: 2007).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou depoimentos da mobilização #MeuPrimeiroAssédio e teve como objetivo identificar as identidades reveladas nas interações geradas a partir das publicações no Facebook utilizando a referida *hashtag*, por meio da metodologia de Categorizações de Pertença (SELL, OSTERMANN, 2012; WATSON, GASTALDO, 2015) e da Análise da Conversa (MAZUR, 2004; SELL, 2007; GARCEZ, 2008, OSTERMANN, MENEGHEL, 2012; WATSON, GASTALDO, 2015) com vistas a problematizar a violência sexual a partir da teoria do patriarcado como poder-potência-dominação para o exercício da violência contra a mulher (SAFFIOTI, 2015).

De acordo com West e Zimmerman (1991), a socialização, as instituições sociais e as interações entre as pessoas são formadoras e mantenedoras das diferenças estabelecidas nos estereótipos de gênero (NOGUEIRA, SAAVEDRA, 2007). Tal imaginário social perpetua preconceitos de que as mulheres formam um grupo hegemônico de características padronizadas ligadas à fragilidade e ao essencialismo (NOGUEIRA, SAAVEDRA, 2007), contribuindo para a sustentação da hierarquia de poder e dominação do homem sobre a mulher (SAFFIOTI, 2015). Desse modo, a manutenção de estereótipos femininos serve à manutenção “da ideologia

masculina dominante” (NOGUEIRA, SAAVEDRA, 2007: 25). No entanto, afirmam as autoras (2007), mais importante do que mostrar a existência dos estereótipos, é exibir a sua forma de atuação, controle, e efeitos, para buscar uma mudança de paradigmas. Nesse sentido, entende-se que a mobilização #MeuPrimeiroAssédio contribui para a exposição do *modus operandi* do patriarcado, expondo casos de violências sexuais e revelando, a partir das interações, questões embrenhadas nesse emaranhado de constructo social sexista que socializa a mulher para ser bela e sentir-se lisonjeada por um homem a desejar, ao mesmo tempo em que a culpabiliza por ter sido violentada, a faz sentir culpada pela violência sofrida e a obrigada a perdoar o abusador, tendo ainda de ser jovem e boa mãe, entre outros atributos, para terem valor aos olhos da maioria dos homens e de parcela de mulheres.

A análise dos depoimentos da mobilização #MeuPrimeiroAssédio evidenciou que a mesma cultura que sexualiza as mulheres desde a infância inclui a aceitação da violência masculina, oferecendo a eles o que “lhes é de direito”, a dominação das mulheres, inclusive a sexual. Essa naturalização ocorre também no ambiente intrafamiliar, na qual a menina é exposta à violência sexual realizada por pai, irmão, padrasto, primo etc., na qual muitas vezes impera o silêncio para proteger o clã familiar, seja por vergonha de expor a situação, seja por compreendê-la como natural. Narvaz e Koller (2007) problematizam o fato de que, muitas vezes, por não acreditarem na real possibilidade de rompimento com a condição de assujeitamento e dominação impetrada pela violência, mulheres e meninas suportam, às vezes por muitos anos, situações abusivas. A análise desenvolvida neste trabalho revelou identidades que buscam romper esse padrão, como as “mulheres corajosas”, que enfrentam o medo, a culpa a vergonha e relatam a violência sofrida, contribuindo para a discussão e o rompimento de tabus. Ao lado dessas, o estudo revelou também as identidades de mulheres evidenciadas como “educadoras”, que buscam orientar outras participantes da mobilização sobre a percepção dos abusos e tentam mitigar o impacto causado pela violência na vida de algumas das mulheres que narram seus abusos.

Levando em consideração que as identidades estão baseadas nas culturas e crenças dos interagentes e que o aparato cultural dominante de nossa sociedade é a patriarcal, tornam-se evidentes os julgamentos de ordem androcêntrica nos discursos analisados. Um depoimento apresentado por Martin (2007) mostra a importância de

mobilizações como #MeuPrimeiroAssédio para clarear a cultura machista e patriarcal em que estamos inseridos com vistas a alertar as pessoas sobre a necessidade de desnaturalização das violências na busca por uma mudança social e coletiva. De acordo com Martin (2007), uma mulher violentada afirma que o que mais a ajudou a reconhecer a violência foi saber que outras pessoas reconheciam o agressor como tal, que ela não tinha culpa pelo que havia sofrido e que outras pessoas também viam o que ela via. Ela conta que suportou a violência por, em parte, negar a ela mesma o que estava passando. Em outras palavras, ela não admitia sofrer violências, pois não poderia tolerar tamanha humilhação sem saber o que fazer para mudar a sua realidade.

A dificuldade para pôr fim à situação de violência configura uma mudança que não depende apenas das mulheres, mas também de um esforço coletivo e social. A mobilização #MeuPrimeiroAssédio faz parte desse esforço comum, que, a partir de depoimentos individuais, buscam uma mudança social para o fim da violência contra as mulheres, em especial na fase infantil, como observados nos depoimentos analisados. Não vamos promover aqui o discurso do empoderamento como vem sendo utilizado ultimamente, o qual coloca nos indivíduos a responsabilidade de um problema que é social (SAFFIOTI, 2015), mas evidenciamos a importância de mobilizações sociais e a provocação de discussões para o questionamento de padrões estabelecidos pela cultura patriarcal.

De acordo com a teoria de Sacks, utilizada neste estudo, ao interagirem, os indivíduos, tácita ou explicitamente, por meio da maneira como falam e respondem uns aos outros, identificam-se ou são identificados por seus interlocutores ou, ainda, por terceiros, em diferentes categorizações de pertença (WATSON, GASTALDO, 2015). Percebe-se esse fenômeno ocorrendo, por exemplo, no comentário de Joana (Depoimento 1). Essa participante constrói-se e se exhibe na campanha em investigação como uma “menina ferida” e uma mulher. De maneira diferente, o estudo mostra que uma mesma categorização emerge a partir de distintas participações. As identidades de “educadora”, interacionalmente demonstradas por Larissa e Mônica, e de “culpada”, exibidas nas publicações de Laís (comentário 6 ao depoimento 6) e da *fanpage* Feminismo Atuante (Depoimento 4) são exemplos de participações que fazem emergir categorizações que podem ser comparadas, em razão de apresentarem padrões semelhantes. Vale ressaltar que tais

categorizações não são apriorísticas, mas, sim, identificadas a partir da análise acerca do que os próprios participantes fazem ao interagir por meio de suas interações/publicações na internet mais especificamente, via participação na mobilização #MeuPrimeiroAssédio.

Destaca-se que a análise realizada neste trabalho não encerra as categorizações de pertença discutidas, visto que algumas delas foram identificadas, mas não foram problematizadas neste estudo e, ainda, que outras categorizações podem vir a ser reveladas em nova análise. Ainda, destaca-se que devido à limitação de tempo de uma pesquisa de dissertação de mestrado permitiu a análise de 14 depoimentos, podendo resultados diferentes serem observados na análise de novos relatos da mesma mobilização, como a atuação de *haters* ao invés de acolhimento às mulheres. Mesmo assim considera-se que todos os objetivos propostos para esta pesquisa foram alcançados e que emergiram deste estudo elementos novos e esclarecedores para atores sociais que estudam e trabalham com o tema das violências.

Por fim, salienta-se o caráter inovador deste estudo, tendo em vista a pouca, ou nenhuma, produção científica brasileira de pesquisa que utilize metodologia de pesquisa de análise de Categorizações de Pertença a partir de dados de Comunicação Mediada por Computador.

REFERÊNCIAS

ALEMANY, C.. Assédio sexual. In: HIRATA, H. *et al* (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São paulo. editora UNESP. 2009. p. 25-29.

AMAZARRAY, M. R.; KOLLER, S. H.. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre , v. 11, n. 3, p. 559-578. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000300014&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 03/05/2018.

AMBRA, P. E. S.. Gênero, sexualidade e política: para uma crítica psicanalítica da identidade. **Leitura Flutuante. Revista do Centro de Estudos em Semiótica e Psicanálise**. v. 7, n. 1, jul. 2015. ISSN 2175-7291. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/leituraflutuante/article/view/23755>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

ARRUDA, J.C.S., LUZ, N.S.. Mulher vítima de violência: desbravando as razões da culpa feminina. **Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10**. ISSN 2179-510X. Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373306034_ARQUIVO_artigofazendogenero2013versaofinal.pdf>. Acesso em: 1º jul. 2018.

AZEVEDO, K. R.; ARRAIS, A. R.. O mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto. **Psicologia Reflexiva Crítica**. v. 19, nº 2, p. 269-276. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722006000200013>>. Acesso em: 30 ago.2017.

BANDEIRA, L. M.. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: STEVENS, C. *et al*. (Orgs.). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017. p.14-35.

BARROS-OLIVEIRA, J. H.. Felicidade, otimismo, esperança e perdão em jovens, adultos e idosos. **Psychologica**. n. 52, v. 1, 123-148, 2010. Disponível em:

<<http://impactum-journals.uc.pt/psychologica/article/view/993/442>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BIGLIA, B.. Resignificando violencia(s), obra feminista en tres actos y un falso epílogo. In: BIGLIA, B. Y SAN MARTÍN, C.. (Coords.). **Estado de wonderbra: Entretejiendo narraciones feministas sobre las violencias de género**. Barcelona: Virus Editorial, 2007 p. 21-34.

BORGES, M. L.. Gênero e desejo: a inteligência estraga a mulher? **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 13(3): 320, setembro-dezembro/2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n3/a12v13n3>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

BRASIL. Constituição Federal. **LEI Nº 11.340**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 30 ago. 2017.

_____. Constituição Federal. **LEI Nº 13.104**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acesso em: 30 ago. 2017.

_____. PNAD Contínua: TIC 2016: 94,2% das pessoas que utilizaram a Internet o fizeram para trocar mensagens. 2018. **Agência de Notícias - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20073-pnad-continua-tic-2016-94-2-das-pessoas-que-utilizaram-a-internet-o-fizeram-para-trocar-mensagens>>. Acesso em: 02/11/2018.

_____. *Discursos psicológicos difíciles de digerir o en torno a la psicopatologización generizada de los malestares*. In: _____. p. 171-188.

CANDIOTTO, J. F. S.. A teologia ecofeminista e sua perspectiva simbólico/cultural. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**. Belo Horizonte, p. 1395-1413, dez. 2012. ISSN 2175-5841. Disponível em: <<http://200.229.32.55/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2012v10n28p1395/4729>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

CASTRO, A. L.; PINTO, R. P.. Corporalidade brasileira na fabricação da identidade nacional. **Ciências Sociais Unisinos**. n. 50(1), 34-40, janeiro/abril 2014. Disponível em:

<http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2014.50.1.04/4059>. Acesso em: 19 fev. 2018.

CERQUEIRA, R.T.; NORONHA, C.V.. Cenas de linchamento: reconstruções dramáticas da violência coletiva. **Psicol. estud.** Maringá. vol. 9, n. 2, Mai./Ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722004000200003>. Acesso em: 12 mar. 2018.

DANTAS-BERGER S. M.; GIFFIN K. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, mar-abr, 2005, 21(2):417-425. Disponível em <<https://www.scielo.org/pdf/csp/2005.v21n2/417-425/pt>>. Acesso em: 23/03/2018.

DAVIS, A.. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo. 2017. p. 200.

DE ANTONI, C. et al. Abuso sexual extrafamiliar: percepções das mães de vítimas. **Estudos de Psicologia** | Campinas | 28(1) | 97-106 | janeiro - março. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n1/a10v28n1>. Acessado em: 02/05/2018.

DOBASH, R.E. et. al.. Not an Ordinary Killer – Just an Ordinary Guy. When Men Murder an Intimate Woman Partner. **Violence Against Women**. vol. 10, no. 6, Jun. 2004, p. 577-605, 2004. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.821.5157&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

EHRlich S. Discourse, gender and sexual violence. **Discourse & Society**. London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, 2002. Vol 13(1), p. 5–7. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Susan_Ehrlich2/publication/240705926_Discourse_Gender_and_Sexual_Violence/links/54f5b5010cf2db6fa8983be0.pdf>. Acesso em: 11/08/2018.

ÉNOIS INTELIGÊNCIA JOVEM. **#MENINAPODETUDO**. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B9I95kpb1spwSEJnWmM3Nk5HYXM/view>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

FELIZARDO, D. *at al.* Violência sexual: conceituação e atendimento. In: LIMA, C. A. (Coord.). **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

FORMIGA, N. S.. Diferença de gênero nos antecedentes das emoções de raiva, alegria e tristeza. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**. Ano IV, n. 06, Maio de 2006. ISSN 1806-0625. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/pade/article/view/1167/973>. Acesso em: 14 abr. 2018.

FREITAS, A. L. P., MACHADO, Z. F.. Noções Fundamentais: a tomada de turnos na fala-em-interação. LODER, L. L. e JUNG, N. M. (Orgs.). **Fala em interação social: introdução à análise da conversa etnometodológica**. Campinas: Mercado das Letras. 2008. p. 59-94.

FREITAS, M. E.. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **RAE - Revista de Administração de Empresas**. v. 41. nº 2 (Abr./Jun. 2001). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v41n2/v41n2a02.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

FLEURY-TEIXEIRA, E. M.; MENEGHEL, S. N. (Orgs.). **Dicionário Feminino da Infância: Acolhimento e Diagnóstico de Mulheres em Situação de Violência**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2015.

G1.COM. **Denúncias de violência sexual contra mulheres sobem 90% no carnaval, diz governo**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/denuncias-de-violencia-sexual-contramulheres-sobem-90-no-carnaval-diz-governo.ghtml>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

GARCEZ, P. M. *Microethnography in the classroom*. In: KING, K.; HORNBERGER, N. H. (Orgs.). *The encyclopedia of language and education. Research methods in language and education*. v. 10. Berlim: Springer, 2008. p. 257-272

GASTALDO, E.; W., R.. Categorizações de pertencimento como atividades conversacionais. In: GASTALDO, E.; WATSON, R.. **Etnometodologia & Análise da conversa**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015. p. 135-150

GROENENDIJK, J.; STOKHOF, M. *Questions*. In: VAN B., J.; TER MEULEN, H. (ed.) **Handbook of logic and language**. Amsterdam: Elsevier, 1997. p. 1055-1124.

HERITAGE, J.; ATKINSON, J. M. *Introduction*. In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. (Eds.) **Structures of social action: studies in conversation analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p. 1-15.

HUTCHBY, I.; WOOFFITT, R. **Conversation analysis: principles, practices and applications**. Cambridge: Polity Press, 1998. 273 p.

INSTITUTO AVON. **Violência Contra a Mulher no Ambiente Universitário**. 12p. 2015. Disponível em: <http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. Tolerância Social Contra as Mulheres. **Sistema de Indicadores de Percepção Social**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_antigo.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2018.

_____. **Atlas da Violência 2018**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2018.

INSTITUTO LOCOMOTIVA. **Percepções e comportamentos sobre violência sexual no Brasil**. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/ILocomotiva/violencia-sexual-aipg-locomotiva>>. Acesso em: 16 set. 2017.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Violência e Racismo**. Disponível em: <<http://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/violencia-e-racismo>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

JARSCHEL, Haidi; NANJARÍ, Cecília C. Religião e violência simbólica contra as mulheres. **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**. p. 1-8. 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1280156603_ARQUIVO_ValeriaCristinaVilhena.pdf>. Acessado em: 05 abr. 2018.

KAWAGUTI, L.. **SUS recebe duas mulheres por hora vítimas de abuso**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130308_violencia_mulher_sus_kawaguti_rw.shtml>. Acesso em: 02 ago. 2017

KEMPE C. H.; KEMPE, R. S. **The common secret sexual abuse of children and adolescents**. New York: Freeman, 1984.

KRUG, E. G. et al. **Informe Mundial sobre violencia y salud**. OPAS/OMS: Washington; 2004.

_____. **World report on violence and health**. Geneva, World Health Organization, 2002. Disponível em: <<https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

LEVINSON, S. *Action formation and ascription*. In: SIDNELL, J.; STIVERTS, T. (Eds.) **The handbook os conversation analisys**. Boston: Wiley-Blackwell, 2013. p. 103-130.

LIMA, Ana C. **Violência sexual em mulheres na cidade de Porto Alegre**. 2014. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora: Stela Nazareth Meneghel. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/128935/000976522.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 27 ago. 2017

LODER, L. L. *et al.* Noções Fundamentais: sequencialidade, adjacência e preferência. In: LODER, L.L. e JUNG, N. M. (Orgs.). **Fala em interação social**: introdução à análise da conversa etnometodológica. Campinas: Mercado das Letras. 2008. p. 39-58

LUA NOVA. As mulheres se defendem. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo, v. 2, n. 4, p. 36-41, mar. 1986. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451986000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 abr. 2018.

LYSARDO-DIAS, D. A Construção e a desconstrução de estereótipos pela publicidade brasileira. **Review of Latin American Studies**. Stockholm. no 2., nov. 2007. Disponível em: <http://www.lai.su.se/polopoly_fs/1.135154.1368786310!/menu/standard/file/SRoLAS_No2_2007.pdf#page=26>. Acesso em: 02 jul. 2018

MACHADO, H. B. et al.. Abuso Sexual: diagnóstico de casos notificados no município de Itajaí/SC, no período de 1999 a 2003, como instrumento para a intervenção com famílias que vivenciam situações de violência. **Texto Contexto – Enfermagem**. Florianópolis, v. 1, n. 14, nov. 2005. p.54-63. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072005000500007>. Acesso em: 09 jul. 2018.

MACHADO, T. M.. **Cristianismo alternativo**: relações entre protestantismo, neoesoterismo e rastafarianismo em Alto Paraíso de Goiás. Dissertação (Mestrado acadêmico). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2014. 109 f. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/660/1/thiagodemenezesmachado.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

MARTINELLI, A.. **#PrimeiroAssédio**: Mulheres compartilham no Twitter primeira vez que sofreram assédio. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2015/10/22/primeiroassedio-mulheres-compartilham-no-twitter-primeira-vez_a_21693923/>. Acesso em: 02 ago. 2017

MASSA, J M.. Imaginários midiáticos de um evento crítico: o "estuprador serial" de Córdoba (Argentina). **Sociedade e Cultura**. v. 14, Jul/Dez, 2011. ISSN 1415-8566. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70322141004>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

MAZUR, J. *Conversation analysis for educational technologists: theoretical and methodological issues for researching the structures, processes and meaning of on-line talk*. In: JONASSEN, D. H. (Ed.). **Handbook for Research in Educational Communications and Technology**. 2^o ed. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates. 2004. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.455.6023>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

MATIVI, J. R.; ROMERA, V. M.. A pedofilia como forma de abuso sexual de crianças e exploração sexual de crianças e adolescentes e a violência intrafamiliar. **ETIC - Encontro de Iniciação Científica**.ISSN 21-76-8498, Vol. 9, N° 9. 2013. p. 1-11. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/ETIC/article/viewArticle/3277>>. Acessado em: 03 mai. 2018.

MEDICINA NET. **F65 - Transtornos da preferencia sexual**. Disponível em: <http://www.medicinanet.com.br/cid10/1555/f65_transtornos_da_preferencia_sexual.htm>. Acesso em: 16 jun. 2018.

MENEGHEL, S. N. Femicídio/Feminicídios. In: FLEURY-TEIXEIRA, E. M.; MENEGHEL, S. N. (Orgs.). **Dicionário Feminino da Infâmia: Acolhimento e Diagnóstico de Mulheres em Situação de Violência**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2015. p. 308-311.

_____. Contadores de histórias – uma experiência de grupos de mulheres. **Athenea Digital**. Nº 14(4) (diciembre), 2014. p. 113-128.

MENEGHEL, Stela N.; PORTELLA A. P. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência e Saúde Coletiva**. v. 22. Nº 9 (Setembro). Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232017000903077&script=sci_arttext>. Acesso em: 17 ago. 2017.

MINAYO, M. C de S. Um fenomeno da causalidade complexa. In: MINAYO, Maria C. de S. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006. p. 13-24.

_____. Expressões Culturais de Saúde e Expressões de Violência In: _____. p. 83-110.

MINAYO, M. C. de S.. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006.

_____, SOUZA, E. R. (Orgs.). **Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

MUNIZ, D. C. G.. As feridas Abertas da violência contra a mulher no Brasil: estupro, assassinato e feminicídio. In: _____. p. 36-49

NARVAZ, M.; KOLLER, S. H.. O feminino, o incesto e a sedução: problematizando os discursos de culpabilização das mulheres e das meninas diante da violação sexual. **Revista Ártemis**. v. 6, jun. 2007. ISSN 1807-8214. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/2127/1885>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

NOGUEIRA, C.; SAAVEDRA, L.. Estereótipos de género. Conhecer para os transformar. In. **A Dimensão de Género nos Produtos Educativos Multimédia**. Lisboa: Ministério da Educação/Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular. pp. 11-30, 2007. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/7635144-Estereotipos-de-genero-conhecer-para-os-transformar.html>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

NUNES, B. R.; RAMOS, V. S.; GUERRA, M. de O. Bela, Recatada e do Lar: o estereótipo da mulher perfeita. **Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0497-1.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

OSTERMANN, Análise da Conversa: o estudo em fala-em-interação. In: OSTERMANN A. C.; MENEGHEL, S. (Orgs.). **Humanização, gênero, poder: contribuições dos estudos de fala-em-interação para a atenção à saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Campinas: Editora Mercado de Letras, 2012. p. 27-37

OSTERMANN, A. C.; MENEGHEL, S. N. (Orgs.). **Humanização, gênero, poder: contribuições dos estudos de fala-em-interação para a atenção à saúde**. Rio de Janeiro; Fiocruz; 2012. 167 p.

PARENTE, E. de O.; NASCIMENTO, R., O. do; VIEIRA, Jane, E. de S. Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após denúncia. **Estudos feministas**. V. 17. Nº2. Maio-Agosto. 2009. p.445-465. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24327922?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acessado em: 15 abr. 2018.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PENNAFORT, R.. **Dois envolvidos em estupro coletivo de jovem no Rio são condenados a 15 anos**. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,justica-condena-a-15-anos-de-prisao-dois-envolvidos-em-estupro-coletivo-de-jovem-no-rio,70001673566>>. Acessado em 15 ago. 2017.

PEREIRA, S. S.. **Cinderela: a mulher contemporânea**.: Monografia (Graduação em Psicologia). Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA. Disponível em: <<http://repositorio.faema.edu.br:8000/handle/123456789/574>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

PILÃO, A. C.; GOLDENBERG, M.. Poliamor e monogamia: construindo diferenças e hierarquias. **Ártemis**. v. 13, jan-jul. 2012, pp. 62-71. Disponível em:

<www.periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/viewFile/14231/8159>. Acesso em: 22 jun. 2018.

POMERANTZ, A.. Extreme Cases formulation: a way of legitimizing claims. **Human Studies**. v. 9, p. 219-229, 1986. Kluwer Academic Publishers. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/BF00148128>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

PORTAL IPEA. **Errata da pesquisa “Tolerância social à violência contra as mulheres”**. Abr. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21971&Itemid=9>. Acesso em: 22 jul. 2018.

RECUERO, R.; SOARES, P. **Violência simbólica e redes sociais no Facebook: o caso da fanpage “Diva Depressão”**. São Paulo: Galaxia [Online]. Nº 26 (dez. 2013). p. 239-254

REZENDE, S. J. As cicatrizes: Impactos na vida adulta do abuso sexual infantil. **Raízes no Direito**. nº2 - ISSN 2318-2288. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/raizesnodireito/article/view/663>>. Acessado em: 24 abr. 2018.

RIBAS, R. E. B.; CALEIRO, M. de M. Padrões estéticos e globalização: a sociedade pós-moderna frente à ditadura da beleza. **Anais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**. Viçosa, 2012. Disponível: <<http://www.intercom.org.br/PAPERS/REGIONAIS/SUDESTE2012/resumos/R33-1567-1.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

RIBEIRO, D.. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento. 2017. p.112.

RUSSEL, D.; CAPUTTI, J. **Femicide: the politics of women killing**. New York: Twayne Publisher; 1992.

SACKS, H. *et al.* The simplest systematics for turn-taking in conversation. **Language**. v. 50. Nº 4, 1974. p. 696-735.

SAFFIOTI, H.. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2. ed. 2015.

SAGOT, M. ***Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina: estudios de caso de diez países.*** San José: OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde), 2000.

_____. Estrategias para enfrentar la violencia contra las mujeres: reflexiones feministas desde América Latina. **Athenea Digital**. Barcelona, n. 14, p. 215-228, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=53701413>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

SALIMEN, P. G.; CONCEIÇÃO, L. E.. Reparo, avaliação e correção na fala-em-interação em sala de aula. In: LODER, Letícia L.; JUNG, Neiva M. (Orgs.) **Análises de fala-em-interação institucional: a perspectiva da análise da conversa etnometodológica.** Campinas: Mercado das Letras, 2009. 128p.

SANTOS, R. K.. Análise do discurso e interação na web através da rede social facebook: comentários utilizados para fins de conversação. **Revista Philólogos**. Rio de Janeiro, Ano 18, nº 53 (maio/ago 2012). p. 74-94. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/rph/ANO18/53SUP/53supl.pdf#page=74>>. Acesso em 24 jul. 2017.

SANTOS, S. S.; DELL'AGLIO, D. D.. Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. **Psicologia & Sociedade**. 22(2), 328-355. 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27861/000763940.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

SCARANTO, C. A. A.; BIAZEVIC, Maria G. H.; CROSATO, Edgard M.. Percepção dos agentes comunitários de saúde sobre a violência doméstica contra a mulher. **Psicologia Ciência e Profissão**. n. 27 (4), 694-705, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n4/v27n4a10>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

SCHRAIBER, L. B. et. al.. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Revista de Saúde Pública**. Disponível em: <https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0034-89102007000500014&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 11 mai. 2018.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Nº 16(2), 1990. p. 5-22.

SEGATO, R. L.. A estrutura de gênero e a injunção do estupro. In: Suárez, M; Bandeira L (Orgs.) **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, Editora UNB, 1999. p. 387 - 427

SELL, M.. **Identidades de Gênero Emergentes na Fala-em-interação na negociação da esterelização**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007. 104 p.

_____. **Significando o Abuso Sexual Infantil na Fala-em-interação: estratégias interacionais adotadas por conselheiro tutelar e crianças na reconstrução da narrativa do abuso**. Tese (Doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012. 195 p.

SILVA, C. R. et al. Análise da Conversa: uma breve introdução. **ReVEL**, vol. 7, nº 13, 2009. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_13_analise_da_conversa.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2017.

SILVA, E. L.; LADEIRA, W. T.. O uso de Formulações de Casos Extremos como estratégia discursivo-interacional de autovitimização em Audiências de Conciliação. **Calidoscópio**. v. 9, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2011.92.02>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

SILVA, D. G.; SILVA, G. B.. Entre medo, culpa e coragem: reflexões a partir de um trabalho de campo no JEACRIM/VD (Relato de Experiência). **Saber Digital**. v. 8, n. 1, p. 84-102, 2015. ISSN 1982-8373. Disponível em: <<http://revistas.faa.edu.br/index.php/SaberDigital/article/view/393/300>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

SOUSA, L.B.; FERNANDES, J.F.P.; BARROSO, M.G.T.. Sexualidade na adolescência: análise da influência de fatores culturais presentes no contexto familiar.

Acta Paul Enferm. 19(4), p. 408-413, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v19n4/v19n4a07>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

SUÁREZ, M.; SILVA, A. P. et al. **Reflexões sobre a noção de crime sexual**. Brasília: UnB, 1995 (Série Antropológica, 178).

TEIXEIRA, S. A. M.; TAQUETTE, S. R. Violência e atividade sexual desprotegida em adolescentes menores de 15 anos. **Revista da Associação Médica Brasileira**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-42302010000400017>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

THINK OLGA. **Hashtag Transformação**: 82 mil tweets sobre o #PrimeiroAssedio. Disponível em: <<http://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

_____. **Chega de Fiu-Fiu**. Disponível em <<https://thinkolga.com/2018/01/31/chega-de-fiu-fiu/>>. Acesso em: 02 ago. 2017

TOLDY, T. M.. A violência e o poder da(s) palavra(s): A religião cristã e as mulheres. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. nº 89, p. 171-183. 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/3761>. Acesso em: 25 abr. 2017.

TUROWETZ J.; MAYNARD D. Morality in the Socail Interactional and discursive world of everyday life. In: HITLIN S.; VAISEY S. **Handbook of the sociology of Morality**. (Ed.) London, Springer, 2013. p. 503 - 526.

UBACH, T. *LO«K»AS LO«K»URAS O«K»UPADAS. Violencias de la psicología a las mujeres: psicologización, psicopatologización y silenciamiento capítulo do livro* In: BIGLIA, B. Y SAN MARTÍN, C. (Coords.). **Estado de wonderbra: Entretejiendo narraciones feministas sobre las violencias de género**. Barcelona: Virus Editorial, 2007. p. 155-170.

UNICEF. **Violência institucional**. Cap. 6 - Quando o Estado agride a criança. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_06.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

VÁZQUEZ, G. G. H.. **Da mãe que não fui**: a experiência da ausência de maternidade ao longo do século XX. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do

Paraná. Curitiba, 2015. 254 f. Disponível em:
<<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/44449/R%20-%20T%20-%20GEORGIANE%20GARABELY%20HEIL%20VAZQUEZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

VEIGA, M. R. M.. Corpo e envelhecimento femininos: herança do patriarcado?. **Revista Sociais e Humanas**. v. 24, n. 1, p. 18-30, dez. 2011. ISSN 2317-1758. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/2546/2585>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

WAILSELFISZ J. J. **O mapa da violência 2015. Homicídios de mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO, 2015. Disponível em:
<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2017.

WIKIPÉDIA. **Hater (Internet)**. 2018. Disponível em:
<[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Hater_\(internet\)&oldid=51987591](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Hater_(internet)&oldid=51987591)>. Acesso em: 4 mai. 2018.